UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANGELA TEIXEIRA ARTUR

**As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São
Paulo.**

v. 1

SÃO PAULO

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo.

Angela Teixeira Artur

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Cancelli

v. 1

São Paulo
2011

Para tia Ana, a mais presente ausência.

Agradecimentos

Ao longo desses três anos de pesquisa muitos momentos foram marcantes. Alguns marcaram pelas dificuldades, pelas dúvidas, pelas angústias e perdas irreparáveis. Outros momentos foram marcados por avanços, por descobertas, por conquistas e satisfações. Em meio às calmarias e turbulências, entre aulas, consultas às bibliotecas e arquivos, discussões formais e informais, eventos e cafés, o que aprendi não foi somente os meandros da atividade profissional, mas aprendi muito sobre as formas de generosidade e também presenciei práticas, no mínimo, sorrateiras.

Em momentos variados algumas pessoas estiveram presentes, umas só de passagem outras prolongando sua estada. A todas tenho muito a agradecer.

Agradeço às agências de fomento, CAPES e FAPESP, pela concessão das bolsas que forneceram as condições para a realização da pesquisa e garantiram a participação em eventos que enriqueceram muito o trabalho.

Agradeço aos funcionários de todas as bibliotecas e arquivos que visitei, sempre muito prestativos, pacientes e dispostos a me auxiliar na busca por um material nem sempre muito acessível.

À Elizabeth Cancelli agradeço pela cuidadosa orientação e, especialmente, pela confiança depositada em meu projeto de pesquisa e a acolhida no programa de História Social da Universidade de São Paulo.

Aos colegas de orientação quero agradecer às conversas formais e informais, sempre muito instigantes e que influenciaram decisivamente a

redação da dissertação. Por isso, meu muito obrigado a: Júlio, Wanderson, Luciana, Aruã, Alex e Sérgio.

Agradeço àqueles que, no entusiasmo mas não menos difícil início da pesquisa, leram, criticaram e fizeram sugestões ao projeto de pesquisa: André e Chico Barbosa, Ana Letícia, Silvana Zuse, Fernando Salla, Êça Pereira e Patrícia Garcia.

À Patrícia quero agradecer em especial pela imensa ajuda, durante primeiro ano de mestrado, com os trâmites burocráticos da universidade e das agências de fomento.

À Êça, Silvana, Taís Renata, Cristiane Almeida e Liga das Mocinhas Recatadas do Alto Pari o agradecimento é também pelos entendimentos e desentendimentos, pelos ouvidos e pelas palavras, pelos “fantasmas”, pelo “olhar do ciclope”, pela amizade e companheirismo sem preço.

Agradeço àqueles que, sempre ao se depararem com textos e informações a respeito do encarceramento de mulheres, lembravam-se de mim e minha pesquisa me encaminhando pertinentes sugestões de leitura. Obrigada à Priscila Xavier, Victor Buck e a todos que não foram citados, mas sempre contribuíram para enriquecer o trabalho.

À Graciela Fonseca, agradeço o zelo com nossa recente e, pretendo, crescente amizade e às apropriadas sugestões à redação final da dissertação.

Ao Eduardo Góes e Viviane Morcelle eu agradeço especialmente pelos cafés, sempre muito estimulantes menos pela cafeína e mais por nossas inquietações teóricas e políticas desdobradas em longas discussões deveras instigantes e reflexivas. Agradeço também pelos ouvidos, pelo apoio nos momentos de angústia e de perdas, pelo incentivo a arriscar o impensável, não me esquecendo dos impagáveis momentos de descontração que, embora poucos, foram todos memoráveis.

Um muito obrigada mais do que especial vai para Victor Buck que sozinho mereceria uma sessão inteira de agradecimentos. O Vitinho acompanhou desde o início da pesquisa todas as minhas conquistas e tropeços, angústias e descobertas. Obrigada pela paciência com minhas espontaneidades nem sempre muito agradáveis, pela ajuda com as notas de rodapé, pelo seu computador quando o meu pifou, pelo super macarrão, pelos aniversários, pelas conversas, pela companhia e, principalmente, pelas moedinhas que te trouxeram ao 408! Vitinho, obrigada por tudo que compartilhamos ao longo desses anos de amizade.

À minha família, agradeço as tentativas de compreender minha constante ausência e o aconchego e amor com que sempre me receberam. Aos meus pais, Antônio e Elina, agradeço o exemplo de honestidade e respeito. Aos meus irmãos Anderson e Ricardo e à minha sobrinha Andressa agradeço o carinho, os instantes de descanso e tranquilidade.

A todos o meu muito obrigada!

“... com a barriga vazia

eu não consigo dormir.

E com o bucho mais cheio

comecei a pensar...”

Chico Science – Da lama ao caos

“Liberdade - essa palavra,

que o sonho humano alimenta:

que não há ninguém que explique,

e ninguém que não entenda!”

Cecília Meireles – Romanceiro da Inconfidência

Resumo

Em 1942, entrou em vigor um novo Código Penal e com ele foi estabelecida a primeira diretriz legislativa para a separação física de homens e mulheres no interior do complexo prisional brasileiro. Tal código determinava, pelo Art. 29º, em seu 2º parágrafo, que: “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum”. Atendendo à determinação do Código, em 1942 foi inaugurado, nos terrenos da Penitenciária do Estado, o “Presídio de Mulheres” sob os cuidados das freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers. A criação do presídio foi precedida por um debate que se estendeu pelos primeiros anos de seu estabelecimento e foi promovido por autoridades penitenciárias, políticos, advogados e médicos.

Abstract

The new Penal Code came into force in 1942, along with this, it was established the first directive role to separate men and women in brazilian prisons. The Code determinate, by Art. 29th, in its 2nd paragraph, that: “Women have to serve their sentence at especial establishment, or, on its absence, in appropriate section in the penitentiary or common prison”. Answering for the Code determination, in 1942, it was inaugurated, on land of State’s Penitentiary, the Women’s Prison (“*Presídio de Mulheres*”) in the care of the nuns from the *Congregação do Bom Pastor d’Angers*. The prison’s creation was preceded by a debate that was extended for the first years of its establishment and was promoted by penitentiary authorities, politicians, lawyers and doctors.

Figuras

Figura 1.....	73
Figura 2.....	74
Figura 3.....	76
Figura 4.....	78
Figura 5.....	80
Figura 6.....	82
Figura 7.....	84
Figura 8.....	85
Figura 9.....	89

Sumário

Agradecimentos.....	02
Resumo.....	06
Abstract.....	07
Figuras.....	08
Introdução.....	12

CAPÍTULO I

Panorama Bibliográfico.....	18
Práticas de encarceramento de mulheres.....	26
Grã-Bretanha.....	29
França.....	31
Estados Unidos.....	33
Quadro Geral.....	36

CAPÍTULO II

Características do “Presídio de Mulheres”.....	39
Uma multidão de meia dúzia: discussão sobre uma demanda.....	41
A Inauguração.....	50
Mulheres devidamente habilitadas: o quadro de funcionárias.....	56
Longe das más influências: a localização do “Presídio de Mulheres”	65
Ô lá em casa: arquitetura prisional.....	72

Panóptico.....	75
Filadélfia.....	79
Auburn.....	81
“Presídio de Mulheres”	83
Lavando a roupa suja: o trabalho prisional.....	90

CAPÍTULO III

O encarceramento de mulheres no Brasil: reclamações de longa data.....	95
O Conselho Penitenciário do Distrito Federal.....	102
Ante-projeto de Código Penitenciário do Brasil.....	117
Inspetoria Geral Penitenciária e o Selo Penitenciário.....	120
Cadastro Penitenciário e Estatística Criminal do Brasil.....	120
Enquanto isso em São Paulo.....	124

CAPÍTULO IV

No contrapelo da necessidade.....	126
--	------------

Bibliografia	138
---------------------------	------------

Anexo I	149
----------------------	------------

Anexo II	150
-----------------------	------------

Anexo III	151
------------------------	------------

Introdução

Ao longo do século XIX e primeira metade do XX diversos países europeus e americanos, sob intensos debates, promoveram reformas em seus sistemas penais. No Brasil, os três poderes não se abstiveram diante de tais debates e reformas, e no que dizia respeito à adequação das penas aos condenados, uma questão que aparecia esporadicamente no século XIX ganhou força no seguinte: E as mulheres?

Embora, o encarceramento de mulheres em salas, celas, alas e seções separadas dos homens fosse uma prática recorrente, até o ano de 1940, não havia qualquer diretriz legal que exigisse ou regulamentasse nem essa prática, nem uma instituição para tal fim específico. Assim, as mulheres presas eram separadas ou não dos homens de acordo com os desígnios das autoridades responsáveis no ato da prisão e de acordo com as condições materiais para tal.

A criação do “Presídio de Mulheres” em São Paulo foi precedida por intenso debate. A proposta inicial dessa pesquisa era o mapeamento destes debates, identificando os atores sociais envolvidos, a análise dos argumentos utilizados para justificar a criação ou não de uma instituição prisional específica para mulheres e a análise das propostas de funcionamento da instituição. Uma vez realizado esse mapeamento, procedemos, como etapa seguinte, relacionar esses dados com a produção legislativa (tais como decretos, códigos, leis, emendas, etc.) instituída entre as décadas de 1930 e 1950.

Com a sistematização dessas informações, propunha-se identificar qual seria a natureza dessa instituição e quais as suas funções no interior do projeto de Estado.

O procedimento inicial consistiu no levantamento e na revisão da literatura que serviu de suporte para a realização do trabalho proposto,

buscando aprofundamento teórico, metodológico e temático. Tal levantamento contemplou as bibliotecas da Escola Politécnica (POLI) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FD), da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP), da Faculdade de Educação (FE), da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Medicina (FM) e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), todas da Universidade de São Paulo; a biblioteca do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Um segundo levantamento, buscando localizar documentação produzida no interior da instituição prisional e a esta referente, foi feito junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e ao Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo.

A diversidade das fontes exigiu, diferentes tratamentos de acordo com a natureza de cada documento, identificando seu lugar de produção sócio-econômico, político e cultural¹. Duas grandes categorias foram adotadas para a classificação das fontes documentais: a documentação normativa estatal, composta por leis e decretos, atas de reuniões e assembléias, relatórios e pareceres; e os debates públicos em forma de artigos e livros. Dois foram, também, os enfoques adotados: um de caráter *pontual*, destacando o contexto mais imediato e específico da documentação; e outro de caráter *relacional*, mais amplo destacando os tipos de relações que se pode estabelecer entre os diferentes documentos².

No que diz respeito à documentação bibliográfica, o primeiro procedimento foi a identificação interna do discurso operacionalizada em três

¹“É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 67.

²“Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros (...) Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado.” Cf. M. Certeau, op. Cit., p. 72.

níveis: a descrição, o argumento e os modos pelos quais a descrição e o argumento se combinam internamente³.

No caso da documentação normativa estatal, as precauções tomadas pelos historiadores são ainda maiores. No interior de pesquisas históricas, a utilização de registros produzidos no aparelho de Estado está bastante assegurada, mesmo que com limitações⁴. São vestígios fundamentais das ações, interesses e conflitos que mobilizavam a elite política de uma determinada época. Com efeito, neste caso, foi necessário um procedimento que transcendesse os limites de uma análise de discurso, o que não significou subtraí-la.

A existência de diferentes discursos e de um diálogo entre eles compôs um acirrado debate. Apontando para relações que se caracterizaram pela inexistência de passividade e aceitação das condições das próprias relações. Tensões, conflitos e lutas sociais vão, em alguma medida, expressar, de algum modo, contradições e divergências na leitura de uma dada realidade social. Identificá-las foi, portanto, imprescindível. Todavia, aí não se encontra a novidade no trabalho do historiador. Foi preciso, ainda, compreender tais contradições e divergências localizando-as em seu contexto histórico, ressaltando seus diferentes agentes e interesses e reconstruindo as diversas relações produtoras deste conflito.

Neste sentido, na presente pesquisa não pretendemos “explicar” o que “realmente” se passou, mas nos propusemos a identificar as diferentes etapas do processo de produção e os efeitos sociais e políticos desse debate

³“Considerado um gênero, então, deve o discurso ser analisado em três níveis: no da descrição (mimese dos ‘dados’ encontrados no campo da investigação que está sendo demarcado ou designado para a análise; no do argumento ou narrativa (diegese), que corre paralelamente à matéria narrativa ou se entremeia com ela; e naquele em que se realiza a combinação desses dois níveis anteriores (diataxe).” WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001, p. 17, 2. ed.

⁴ CERVO, Amado Luiz. “Fontes Parlamentares Brasileiras e os Estudos Históricos”. In: *Latin American Research Review*, vol. 16, nº 2. 1981. pp 172-181.

construído pelos distintos agentes sociais envolvidos no processo de criação e estabelecimento do “Presídio de Mulheres”. Assim, o que pretendemos é

entender como os atos modificam os contextos nos quais são efetuados, e como algumas dessas modificações conduzem à criação e à difusão de novas linguagens e novos contextos⁵.

Vencida esta primeira etapa de *pontuação interna* da documentação, entramos na segunda etapa: estabelecer as *relações* entre os discursos e as diferentes fontes. Este trabalho foi de confrontação crítica com um contexto mais amplo, conferindo especial atenção às *consonâncias* e *dissonâncias*. Realizando a busca de consistência interna, conferência cruzada de detalhes entre as fontes e os efeitos produzidos por tais relações.

Vale, ainda, destacar a advertência feita por Le Goff: todo documento é monumento, isto é, um instrumento de poder e produto de determinadas relações de força⁶. Exigindo, portanto, igual desvelo no trato com toda a documentação, independente de sua natureza. Tal consideração nos reporta para a direção seguida pela pesquisa, na qual nos propusemos a considerar as origens do “Presídio de Mulheres” como produtos e como vetores de relações sociais:

De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais.⁷

⁵ POCOCK, op cit., p. 74.

⁶ Jacques Le Goff - *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 545-548.

⁷ MENESES, op cit., p. 113.

Relevante ainda é não desconsiderar o fato que, tomar a categoria mulheres como objeto de uma pesquisa histórica demandou certos cuidados:

“Uma história social das mulheres não pode deixar de proceder, como etapa primordial, a uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos: trabalha com processos não determinantes, secundários ou alternativos e, por isso, com estruturas, conjunturas, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo. A coexistência de uma pluralidade de tempos simultâneos abre uma vertente estratégica para o estudo da experiência histórica das mulheres”⁸

Atentamos assim para a variabilidade histórica, destacada por Michelle Perrot, do próprio termo “mulheres”⁹ E mais ainda, para a própria diversidade de que é composto o termo: não se pode pensar em mulheres sem uma definição mais precisa segundo condições sociais, econômicas, raciais, religiosas, políticas e culturais¹⁰. Em suma, ser mulher não corresponde a uma categoria universal e a-histórica, é, também, socialmente construída e transformada. Além disso, não pode ser definida e pesquisada isoladamente de

⁸DIAS, M. Odila L. da S. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: *Uma questão de gênero*. Porto Alegre, Rosa dos Tempos, 1992, p. 48.

⁹ “O fator decisivo foi, aqui e alhures, creio eu, o próprio movimento das mulheres (...) Dessa maneira, a questão da diferença entre os sexos se torna, desde o início dos anos 70, o objeto de reflexão e de intensos debates ou divisões entre as feministas essencialistas, sobretudo aquelas próximas da psicanálise, da linguística e de toda uma vertente de estudos literários(...) as também ocorrem debates entre as feministas chamadas ‘diferencialistas’, vinculadas à idéia segundo a qual a diferença entre os sexos não um dado da natureza, mas uma construção social.” PERROT, Michelle. *Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência*. In: *Cadernos Pagu*, nº 4, 1995, pp. 17.

¹⁰ “As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.” PERROT, Michelle. “A mulher popular rebelde”. In: *Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. pp. 212.

sua relação com a categoria, também, histórica “homens”, nem vice-versa¹¹, mesmo no interior de um estudo sobre *História das Mulheres*”.¹²

¹¹Aliás, a idéia segundo a qual a diferença entre masculino e feminino não é um dado natural imutável, mas uma construção histórica e cultural, convém particularmente ao procedimento histórico.” PERROT, op. cit, 1995, p. 24.

¹²“(…) as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, (...) mas, diferentemente apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens”. MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. Cadernos Pagu, 11, 1998, pp. 99-105.

Capítulo – I

Panorama bibliográfico

As práticas de encarceramento humano e a manutenção de pessoas por longos períodos no cárcere, além de seu isolamento, são formas de punição conhecidas da sociedade ocidental desde, pelo menos, o século XVI. No embasamento dessas práticas, uma série de preceitos religiosos alicerçados no silêncio, no isolamento e na penitência¹³ foram continuamente impostos tanto aos homens quanto as mulheres infratoras. Os conventos católicos foram as primeiras instituições nesses moldes nos idos de 1500, inspirando mais tarde, no final do século XVIII e ao longo do século XIX, as reformas penais de quase todo o Ocidente.

Nesse período, o que era considerado infração e as punições a estas correspondentes foram profundamente repensadas. As punições corporais mais comuns tais como mutilações, torturas, suplícios e execuções públicas, foram desaparecendo paulatinamente até que, em fins do século XIX e princípios do XX foram legalmente abolidas dos códigos penais europeus e americanos. Em meio a esse movimento, a alternativa que obteve eco foi a debatida no discurso religioso da regeneração por meio da penitência. A longa reflexão silenciosa, garantida pelo isolamento do indivíduo do restante da sociedade, possibilitaria intenso contato consigo mesmo, profícuo para tomar consciência dos atos e,

¹³UNITED STATES BUREAU OF PRISONS – **Handbook of Correctional Institution Design and Construction**. 1949.

principalmente, do encontro com Deus, passos frequentes para o arrependimento.

Baseados na organização dos conventos, foram construídos pequenos recintos de modo a garantir o isolamento e a penitência. Eram os primeiros projetos arquitetônicos que, baseados nas legislações penais organizaram o espaço de punição que substituiria o sistema clássico na imputação de castigos físicos.

Na análise sobre estas novas práticas de encarceramento humano, várias obras se tornaram referências obrigatórias. Um dos mais influentes trabalhos acadêmicos surgiu na segunda metade do século XX: *Manicômios, prisões e conventos*¹⁴, de Erving Goffman, publicado em 1961. A principal contribuição dessa obra foi a identificação e a definição das instituições totais: “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”¹⁵. Nesse trabalho, o principal objetivo de Goffman era chegar a uma versão sociológica da estrutura do “eu”. Para tanto, reconheceu que os campos de vida recriados na prisão não anulam nem substituem os exteriores, permanecendo estes como referências para os internados.

A partir de estudos sobre a história das penitenciárias, dos orfanatos, dos asilos e das habitações populares, foi lançado, em 1971, o livro, *The Discovery of the Asylum*¹⁶, de David Rothman. Rothman se propôs a explicar por que, durante o século XIX, nos Estados Unidos, houve um intenso movimento voltado para a institucionalização de algumas categorias da população. Ele defendeu a idéia de que as elites políticas e econômicas temiam a crescente democratização da sociedade. Com isso, procuraram difundir a idéia de que a institucionalização poderia tornar os cidadãos

¹⁴GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

¹⁵Idem, p. 11.

¹⁶ROTHMAN, David. *The Discovery of the Asylum*. Social Order and Disorder in the New Republic. New York, Aldine de Gruyter, 2002. Revised Edition.

produtivos, servindo de modelo para o resto da sociedade. Essa definição de um modelo de cidadão produtivo teria gerado simultaneamente o modelo de cidadão improdutivo que tornou a “descoberta do asilo” num acontecimento progressista e ao mesmo tempo profundamente conservador. Para Rothman, este conflito não resolvido teria sido a raiz do fracasso da institucionalização reabilitadora no período pós-guerra civil. Em seus argumentos, o avanço da democracia não corresponde ao aumento da liberdade dos indivíduos. Pelo contrário, com o avanço da democracia o que se viu foi um simultâneo aumento de instrumentos de controle social.

A obra *Vigiar e punir*¹⁷ de Michel Foucault, publicada em 1975, é uma referência de peso. Assentado, principalmente, em documentação institucional produzida no final do século XVIII e ao longo do século XIX, Foucault faz uma análise dos mecanismos sociais que teriam motivado as grandes mudanças que se produziram nos sistemas penais durante a era moderna no ocidente. A obra também contribuiu para alteração de um certo modo de pensar e fazer política ao apresentar uma nova definição das relações de poder. Para Foucault, não seria necessário apropriar-se de algo para dominá-lo ou submetê-lo, uma vez que o poder se exerce por meio de estratégias sistematicamente renovadas¹⁸. A obra de Foucault é, sem dúvida, uma das maiores referências no que diz respeito às práticas de encarceramento e aplicação de punição na sociedade ocidental do século XIX.

A coletânea de artigos de Michelle Perrot, publicada no Brasil em 1988, sob o título de *Os excluídos da História*¹⁹, trouxe à baila a discussão a respeito das dimensões dos sujeitos da História. Além disso, registrou o “silêncio dos arquivos e dos sótãos” sobre os transgressores da ordem burguesa. Entre esses, Perrot deu destaque às mulheres, aos operários e aos

¹⁷FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão. 3ª ed. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, vazes, 1984.

¹⁸Idem, p. 26.

¹⁹PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

prisioneiros. *Os excluídos da História* contribuiu, sobretudo, ao trazer a público as maiores dificuldades a serem enfrentadas para se pesquisar determinados atores sociais, durante tanto tempo ignorados por parte considerável da historiografia, o que os torna, por isso mesmo, objetos riquíssimos de investigação histórica.

É também de Michelle Perrot o trabalho organizado em 1980, *L'impossible prison*²⁰. Nesse livro, um grupo de historiadores franceses se lançam ao debate com Michel Foucault a respeito de seu trabalho *Vigiar e punir*. Os artigos consistem em estudos especializados sobre casos específicos da França do século XIX. O mais interessante desse estudo, a meu ver, consiste no argumento de que haveria um contraste nas continuidades escondidas na transformação do castigo entre 1750 e 1850.

Inicialmente influenciada pelo trabalho de Foucault, *Vigiar e punir*, Patrícia O'Brien teve sua obra, *The Promise of Punishment*²¹, publicada em 1982. Baseada nas prisões e nos sistemas punitivos da França no século XIX, seu estudo começa com um panorama dos valores reformistas na Medicina, no Direito e na Filantropia que teriam moldado a ascensão do sistema penitenciário. O'Brien alega que os diferentes programas de reabilitação do preso (como a liberdade condicional, a intensificação do rigor sobre os reincidentes ou o estabelecimento dos patronatos) não significam o fracasso da prisão, nem qualquer movimento incipiente de sentido humanitário, de desinstitucionalização. Em vez disso, eles indicariam a enorme extensão das medidas corretivas que avançavam para a vida egressa dos ora aprisionados. Exercendo influência na vida daqueles que um dia foram encarcerados, mesmo muito tempo depois de terem cumprido suas penas e serem libertos.

²⁰PERROT, Michelle. (org.) *L'impossible prison*. Recherches sur le system pénitentiaire au XIX siècle reunites par Michelle Perrot. Débat avec Michel Foucault. Paris, Éditions du Seuil, 1980.

²¹O'BRIEN, Patricia. *The Promise of Punishment*. Prisons in Nineteenth-Century France. Princeton, Princeton University Press, 1982.

Sob a co-edição de Norval Morris e J. David Rothman, foi publicada, em 1998, a coletânea *The Oxford History of the Prison*²². Ela conta com colaboradores que traçaram uma história das punições e dos aprisionamentos desde a antiguidade até períodos recentes, apresentando as transformações da ideologia e das práticas do encarceramento a partir de uma abordagem mais ampla de mudança social e política. O livro é dividido em duas partes, a primeira apresenta uma narrativa histórica mais pontual, focando principalmente o sistema prisional dos Estados Unidos e Grã-Bretanha a partir da década de 1780. Os capítulos da segunda parte analisam mais detalhadamente uma série de temas, tais como a justiça local, a reforma escolar e juvenil e a história da literatura sobre as práticas de aprisionamento.

No Brasil, a regulamentação estatal sobre as condições de confinamento das mulheres foi bem posterior à dos homens. As prisões, sua administração, suas condições de funcionamento, seu quadro de funcionários, suas funções e seus aprisionados compuseram as linhas centrais de muitas pesquisas que tentaram entender a regulamentação sobre as condições de aprisionamento das mulheres no Brasil. Estes são temas já bastante presentes em pesquisas acadêmicas na área do Direito e das ciências ligadas à saúde.

Discussões a respeito, por exemplo, da formação identitária das presas e/ou do tratamento jurídico e social dispensado aos seus crimes estão presentes há longa data nos estudos jurídicos, como aponta Ramidoff²³. As condições sanitárias e o atendimento por parte do sistema carcerário às questões de habitabilidade ligadas à higiene²⁴, os tipos de tratamento que

²²MORRIS, Norval & ROTHMAN, David (Edited by). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York – Oxford, Oxford University Press, 1998.

²³ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Mulheres Reclusas*. In: *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília, 1 (18) – jan./jul. 2005, p. 113-125.

²⁴ LIMA, G. M. B. *Mulheres Presidiárias: Sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações*. 2005. Dissertação (Mestrado de Enfermagem em Saúde Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

envolvem a saúde mental das presas²⁵ e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis²⁶ são os temas que recebem maior atenção das pesquisas ligadas, principalmente, à Enfermagem, à Medicina e à Psiquiatria²⁷.

Já nas Ciências Sociais e Humanas, não são muitos os trabalhos dedicados à presença feminina nas instituições prisionais. Nos últimos vinte anos, pesquisas sobre o cotidiano e o tratamento carcerário dispensado às presas despertou o interesse de antropólogas. Cito, como exemplo, o trabalho de Marina Albuquerque Silva em sua dissertação, defendida em 1992, *Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência*²⁸, no qual, a partir de pesquisas de campo, realizadas nos anos de 1980 e 1981, na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, a autora se propõe a localizar padrões culturais e as principais formas de representação da criminalidade e da delinquência feminina. Para isso, parte da observação direta e da elaboração de diagnósticos. Ao discutir o que seria a desordem social e qual o papel que ela ocupa, a autora acaba por identificar diferentes tipos de desordens. Assim, ela propõe que exista um conjunto de desordens já esperadas, ou em suas próprias palavras uma “ordem de desordens”. Entre essas ordens já esperadas não constam as desordens femininas, consideradas como “novas desordens”.

Outro exemplo na área das Ciências Sociais é o trabalho de Rosemary de Oliveira, *Mulheres que Matam: Universo imaginário do crime no feminino*²⁹. Aqui a autora destaca as significações e representações da

²⁵ EVANGELISTA, Roberto. *Representações da assistência psicológica e do psicólogo no imaginário das sentenciadas da penitenciária feminina*. São Paulo, Dissertação de Mestrado-USP, 1993.

²⁶ FERREIRA, Marizete Medeiros da Costa. *Infecção pelos retrovírus HIV-1, HTLV-I e HTLV-II na população feminina da Penitenciária do Estado de São Paulo*: prevalência, fatores de risco e conhecimento desse risco. São Paulo, tese de doutorado – USP, 1997.

²⁷ LIMA, Márcia de. *Mulher e prisão: um desafio à saúde pública*. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho de evento nacional em CD-ROM.

²⁸ SILVA, Marina Albuquerque. *Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 1992.

²⁹ ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que Matam: Universo imaginário do crime no feminino*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

violência e da criminalidade no cotidiano da mulher assassina da classe popular, buscando identificar quem é essa infratora e que lugar ela ocupa no cenário da criminalidade. Rosemary de Almeida relaciona a publicidade do crime com a classe social da encarcerada. Descreve as inúmeras restrições sofridas na tentativa de acessar os processos de crimes cometidos por mulheres da classe média cearense. A obra é composta por estudos de caso a partir de entrevistas e análise de prontuários, todos realizados no Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, na cidade de Fortaleza, Ceará, entre 1997 e 1999, valendo-se de reportagens de jornais, processos criminais e visitas ao presídio.

Bárbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz, em parceria, lançaram em 2002 o livro *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*³⁰. O livro está dividido basicamente em três partes: inicialmente apresenta um conjunto de descrições a respeito do cotidiano vivido e observado pelas pesquisadoras na penitenciária Tavalera Bruce e no manicômio judiciário. Na sequência, fazem um breve histórico sobre o aprisionamento de mulheres no estado do Rio de Janeiro. Por fim, apresentam a análise de dados coletados nas entrevistas com as presas. A obra é resultado de pesquisas realizadas no período em que as autoras compunham um grupo de trabalho ligado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro visando a elaboração de propostas para uma nova política penitenciária.

Na área da Educação, o encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo a partir de 1950 foi o tema central da pesquisa *Mulher Encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*³¹, de Hélio Roberto Braunstein. O autor faz um

³⁰SOARES, Bárbara M. & ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

³¹BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. *Mulher Encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/USP, 2007.

levantamento sobre a questão da mulher encarcerada no âmbito das políticas públicas e a partir disso faz uma descrição dos procedimentos administrativos e do tratamento de uma unidade prisional destinada ao encarceramento de mulheres.

Fora do caminho traçado pelas obras resultantes de pesquisas acadêmicas, há também o livro de Maria Werneck, *Sala 4: Primeira Prisão Política Feminina*. Publicado, aproximadamente, em 1988, trata-se de um livro de memórias onde são apresentados diversos relatos, hinos, letras de músicas e manifestos de presos políticos na Casa de Detenção do Distrito Federal durante a década de 1930. Werneck descreve o cotidiano prisional, a movimentação de presas na cela, a comunicação com os presos políticos do sexo masculino e com carcereiros. Nomeia suas companheiras de luta e de cela e uma infinidade de situações ligadas ao cotidiano carcerário das presas políticas após o golpe de 1930.

Ao contrário da literatura internacional, entretanto, pouca atenção foi dispensada ao tema, no que diz respeito aos estudos do século XX. Foi somente nos últimos vinte anos que a temática recebeu maior atenção dos historiadores e, apesar de ser crescente, a produção ainda está em fase de consolidação no que concerne à pesquisa histórica³². Nesse sentido, ganha destaque o levantamento histórico a respeito das prisões em São Paulo produzido pelo sociólogo Fernando Salla, *As Prisões em São Paulo, 1822-1940*³³, que ao se utilizar de bem documentada cronologia das prisões, mapeou a trajetória das instituições prisionais (Cadeia da Capital, Casa de Correção e Penitenciária do Estado) e das práticas de encarceramento, bem como suas bases legais e suas condições materiais.

³² MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.) “A Prisão no Brasil”. In: *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009. Volume I.

³³ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo, Annablume, 1999.

Outro livro importante foi *Os signos da opressão*³⁴, de Regina Célia Pedroso. A autora faz um levantamento dos mais diversos estabelecimentos carcerários criados no Brasil durante o período de 1890 a 1940. Ela faz um apanhado dos debates sobre questões como o trabalho penitenciário e a superlotação carcerária, estabelecendo uma relação entre o modelo prisional e os mecanismos de controle utilizados pelo Estado que reforçariam e legitimariam a mentalidade da época. Conclui apontando a existência de um descompasso entre a ideologia da “modernidade prisional” e a situação “calamitosa” das prisões.

Na recente coletânea, *História das Prisões no Brasil*³⁵, organizada em dois volumes e composta por diversos artigos produzidos, principalmente, por pós-graduandos espalhados por diversas regiões do país, a diversidade teórica e o aparato documental escolhido não constituem um conjunto de reflexão homogênea, mas apontam diversos caminhos que podem ser percorridos por essa nova área de pesquisa histórica que ora se constitui. Alguns artigos trilham a história das instituições, analisando os discursos administrativos e sua compreensão sobre o poder. Há também artigos que se propõem a refletir sobre a história do cotidiano carcerário, nos mostrando que a temática das prisões aparece como uma riqueza de possibilidades a ser explorada pelos historiadores³⁶.

No que diz respeito à prisão de mulheres, os trabalhos são bastante escassos. O primeiro levantamento histórico a respeito de uma prisão para mulheres no Brasil foi a monografia de conclusão de curso em direito, *Origens*

³⁴PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão*. História e Violência nas Prisões. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

³⁵MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.) *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, Volume I e II.

³⁶ Outra obra que trata do assunto é o livro *Carandiru*, de Elizabeth Cancelli. Aqui a autora faz uma análise da Penitenciária do Estado, tratada como um modelo de eficiência e higiene, de acordo com as exigências do Código Penal de 1890. Cancelli aponta ainda o papel exercido pelos médicos psiquiatras e pela criminologia sobre a aplicação das penas. CANCELLI, Elizabeth. : a prisão, o psiquiatra e o preso. Brasília, UNB, 2005.

da Prisão Feminina no Rio de Janeiro. O Período das Freiras (1942-1955), de Elça Mendonça Lima³⁷. O texto baseia-se, sobretudo, na documentação administrativa da Penitenciária de Mulheres da Capital Federal (Rio de Janeiro) e no livro *A questão sexual nas prisões* de Lemos Brito. Nesse estudo, a autora comparou o discurso das autoridades com o das freiras responsáveis pela administração da penitenciária, identificando nesses discursos um acordo quanto à definição da mulher como um “vazio de determinações”. A implementação da prisão feminina foi apontada como uma “técnica de aceitação da condição subordinada”³⁸. Assim, a autora acaba definindo a criação do complexo penal feminino como uma via de mão única. O Estado – tratado como uma entidade completamente desligada das relações humanas – decide e as detentas – vítimas dessa técnica – aceitam.

Práticas de encarceramento de mulheres

Por volta de meados do século XIX, os regimes prisionais tanto para homens quanto para mulheres eram geralmente organizados em duas instâncias: as prisões locais, ou cadeias, e as penitenciárias estatais, ou presídios. Os componentes básicos das prisões em ambos os níveis eram bastante parecidos em alguns países europeus e nos Estados Unidos. Nas duas instâncias havia celas, sessões de trabalho, capela, escola e enfermaria. Mas em muitos outros aspectos eles diferiam acentuadamente. Deter um prisioneiro por longo período de tempo certamente produz demandas diferenciadas no complexo prisional. Também, quando nos referimos ao encarceramento de mulheres, devemos levar em conta a separação entre a natureza desses dois tipos de prisões. De um lado, temos a detenção de poucos dias. De outro lado,

³⁷LIMA, Elça Mendonça. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras (1942-1955)*. Rio de Janeiro, OAB, 1983.

³⁸Idem, p. 75.

temos o longo encarceramento ocasionado muitas vezes por sentença. As detenções correspondiam ao maior número de casos de encarceramento de mulheres ao longo do século XIX e meados do XX. A maioria por prostituição, alcoolismo, vadiagem e pequenas brigas.

O confinamento de mulheres em prisões (locais ou penitenciárias) existia, desde, pelo menos, o século XVIII³⁹. Entretanto, este encarceramento acontecia sob condições muito variadas, sem qualquer regulamentação até, pelo menos, a década de 1820 na Europa. O encarceramento das mulheres era praticado de acordo com os desígnios das autoridades responsáveis pela detenção. Não havia obrigatoriedade legal de aprisionar as mulheres separadamente dos homens, de modo que se a autoridade responsável pela detenção não o fizesse, não responderia legalmente por isso.

Houve, ainda, durante todo o século XIX e início do XX, na Europa e nos EUA, mais dois agravantes no que diz respeito às práticas de encarceramento de mulheres. O primeiro era o espaço físico. As prisões de até então não haviam sido projetadas levando-se em consideração a presença de mulheres; que tipo diferenciado de detento que deveria ser guardada em separado dos homens. Em muitos casos, delegados e chefes de polícia intencionavam aprisionar separadamente os homens das mulheres, mas não havia espaço físico para tal separação. As celas eram geralmente pequenas, superlotadas, juntas umas das outras e misturavam pessoas dos mais variados tipos e detidas pelos mais variados delitos⁴⁰. A separação proposta, durante o século XIX, dizia respeito não somente à segregação entre homens e mulheres, mas devia ser operada entre as próprias presas. Dever-se-ia, primeiramente, separar as detidas ou que estivessem aguardando julgamento das já

³⁹ZEDNER, Lucia. "Wayward Sisters. The Prison for Women." In: MORRIS, Norval & ROTHMAN, David (Edited by). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York – Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 295.

⁴⁰PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 235.

sentenciadas, entre essas mais outras duas separações eram recomendadas, por tipo de crime e idade.

O segundo agravante que diz respeito ao encarceramento de mulheres era o quadro de funcionários. Composto por carcereiros das mais variadas orientações éticas, esses quadros não recebiam qualquer treinamento profissional específico para lidar com um público tão variado (sexo, idade, variedade de sentenças, de crimes cometidos, condições de saúde). Assim, não era incomum que as cadeias públicas fossem transformadas nos períodos noturnos – e, por vezes, nos diurnos também – em verdadeiros prostíbulos⁴¹.

Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha, a primeira referência legal ao encarceramento de mulheres foi o *Gaol Act* proposto pelo Sir Robert Peel, em 1823. Esse ato exigiu que as mulheres uma vez detidas fossem mantidas separadamente dos homens. Outra exigência do Goal Act era a de que as presas fossem supervisionadas somente por carcereiras do sexo feminino, proibindo que qualquer homem fosse autorizado a frequentar ou sequer visitar a ala feminina da prisão, a menos que estivesse acompanhado por uma funcionária do sexo feminino⁴².

Essa separação foi resultado de uma intensa campanha de mulheres oriundas das camadas britânicas mais burguesas⁴³. Ligadas a projetos de caridade, essas burguesas dedicaram especial atenção à vida de mulheres em situação de cárcere, atenção que se estendeu ao longo de todo o século XIX. Uma das primeiras e mais influentes figuras na organização da vida prisional das mulheres, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos, foi Elizabeth

⁴¹ZEDNER, 1998, p. 307.

⁴²ZEDNER, op. cit., p. 298.

⁴³ZEDNER, Lucia. *Women, Crime and Custody in Victorian England*. Oxford, Clarendon Press, 1994.

Fry⁴⁴. Ela era uma típica Quaker engajada com o trabalho religioso e filantrópico e fez numerosas campanhas com vistas ao estabelecimento de uma regulamentação mínima para as práticas de encarceramento de mulheres, além de denunciar uma situação que considerava crítica: as promíscuas condições dos regimes prisionais vigentes.

Combinando visitas missionárias com ampla publicidade, Fry rapidamente ganhou visibilidade. Durante as décadas 1820 e 1830, fez viagens promocionais pelas ilhas britânicas, conquistou várias adeptas e criou várias associações de senhoras como, por exemplo: *Ladies Association for the Reformation of Female Prisoners in Newgate*, criada em 1821; *British Ladies Society for the Reformation of Female Prisoners*, criada em 1817⁴⁵. Juntas, essas associações empenharam considerável energia na conquista de melhores acomodações, estabelecendo regimes especiais para as mulheres e programas de tratamento moral.

Esse trabalho deu origem a uma forte tradição de reivindicações por reformas prisionais impulsionadas por mulheres das classes médias nos Estados Unidos. A maioria delas advinha do setor liberal, principalmente Quakers ou Unitarians⁴⁶. E muitas estavam profundamente envolvidas numa variedade de outras campanhas sociais, por exemplo, o pacifismo e anti-escravismo. A empreitada foi bem sucedida, suas grandes campanhas chamaram bastante a atenção para as condições de bem estar de mulheres prisioneiras, garantiu que o estado das prisões femininas se tornasse um assunto de importância e debates públicos.

Chamadas de “Ladies Visitors” eram conhecidas por agregarem referências morais, tais como: inocência, pureza, modéstia, passividade e altruísmo, o que as levou a serem consideradas como modelo de inspiração para a regeneração das presas. No entanto, essas associações nem sempre eram

⁴⁴ ROSE, June. *Elizabeth Fry, a biography*. London & Basingstoke: Macmillan, 1980.

⁴⁵ ZEDNER, op. cit., 1994.

⁴⁶ Tradução do dicionário Oxford: um membro de uma igreja cristã que não acredita na Trindade e não tem educação formal.

bem recebidas no interior das nas prisões. Muitas autoridades consideravam sua intervenção amadorística e causadora de entraves ao cotidiano prisional⁴⁷.

Escrevendo anos mais tarde, Fry deplorava a contínua presença de homens nas prisões femininas da França: “*Os guardas! Essa é a praga das prisões onde as mulheres são mantidas*”⁴⁸. Entre 1837 e 1838, em visita à França, Fry descreveu seu choque diante da quantidade de internas que engravidaram no interior da prisão e que sofriam todo tipo de exploração dos guardas. Para a maior parte das autoridades penitenciárias, a segregação estava circunscrita apenas à existência de quartos ou celas nas prisões masculinas para as quais as mulheres poderiam ser encaminhadas. O consenso era o de que a separação física dos sexos era o único meio possível de criar um ambiente condutor de reforma.

França

No início do século XIX, na França, os reformadores das prisões defendiam a indispensabilidade de garantir a proteção das mulheres, uma vez que, nas condições de então, elas não estavam livres da exploração masculina (tanto de outros prisioneiros quanto dos próprios guardas). Por um lado, a justiça exigia que as mulheres fossem punidas por seus crimes; por outro lado, o ideal do esclarecimento exigia que elas fossem tratadas diferentemente e separadamente. Assim, por volta de 1820, a maioria das cadeias francesas já providenciavam acomodações diurnas e noturnas separadas para homens e mulheres⁴⁹.

Em 1863, iniciou-se a construção da primeira prisão para mulheres na França. Em 1869, a obra estava concluída e no ano seguinte o presídio foi inaugurado na cidade de Rennes com o nome de “*Maison Centrale de Force*

⁴⁷ZEDNER, op. cit., 1994, p. 299.

⁴⁸ “*The Guards! This is the plague of prisons where women are kept*”. ROSE, op. cit., 1980.

⁴⁹O’Brien, op. cit., p. 62.

et de Correction”. A prisão foi projetada para abrigar entre 900 e 1000 mulheres, mas no ano de sua inauguração abrigou somente 230⁵⁰.

No que diz respeito ao quadro de funcionários, as prisões francesas, bem como tantas outras, tiveram certa dificuldade no recrutamento de mulheres que se adequassem às exigências do trabalho carcerário. Ao mesmo tempo, a larga população de freiras católicas proporcionou um quadro de pessoal prontamente disponível de mulheres cuja moral e fé religiosa atendiam às expectativas reformadoras. Nesse sentido, ordens religiosas inteiras, como as irmãs de *Marie-Joseph*, se dedicaram a compor os quadros de funcionários das prisões para mulheres na França⁵¹. Elas cumpriam o papel de modelos de feminilidade e religiosidade que os administradores das prisões esperavam.

Entretanto, nem todos na França estavam de acordo com o trabalho dessas ordens religiosas. Republicanos anticlericais objetaram o emprego das freiras nas instituições dirigidas pelo Estado. Outros objetaram em graus mais pragmáticos:

As irmãs consideram os interesses de sua comunidade religiosa acima dos demais; elas escolhem as melhores súditas das prisões centrais, aquelas que sejam capazes de facilmente ganharem a vida.

As freiras assim se instrumentalizaram com grupos de trabalho pesado de mulheres “administráveis” que estariam em condições de reproduzir as próprias ordens religiosas.

⁵⁰<http://pharouest.ac-rennes.fr/e352009U/lycee/tpe/ville/Prison/Prison.htm> Consultado em: 21/11/2009.

⁵¹ ZEDNER, Lucia. “Wayward Sisters. The Prison for Women.” In: MORRIS, Norval & ROTHMAN, David (Edited by). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York – Oxford, Oxford University Press, 1998.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, uma lei aprovada em 1828 exigiu que todas as prisões nacionais segregassem os prisioneiros das prisioneiras⁵². A primeira prisão nos moldes reformistas inaugurada em separado para as mulheres nos Estados Unidos foi fundada em 1835. Localizada em Nova York, a *Mount Pleasant Female Prison*, foi estabelecida tentando dar vazão à superlotação existente nas prisões de Nova York. Ela permaneceu a única prisão para mulheres no país até os anos de 1870. Contudo, a administração de *Mount Pleasant* não era autônoma, estava oficialmente sob a responsabilidade dos inspetores da prisão de Sing Sing⁵³.

No Estados Unidos, embora a legislação a exigisse, a segregação de homens e mulheres significava somente a existência de alas distintas no interior da mesma prisão, enquanto a França tinha estabelecido prisões especificamente para mulheres já nos anos de 1820 e a Grã-Bretanha por volta de 1850⁵⁴.

Somente em 1874, foi fundada no estado de Indiana a *Indiana Reformatory Institution*, a primeira prisão para mulheres completamente independente em sua administração e fisicamente separada dos estabelecimentos masculinos nos Estados Unidos. Além dessa, outras três instituições desempenharam papel central no movimento reformista pelo pioneirismo de suas técnicas e estruturas. Foram elas: *Massachusetts Reformatory Prison for Women*, inaugurada em 1887; *Western House of*

⁵² Female Offenders: Special Needs And Southern State Challenges - A Special Series Report Of The Southern Legislative Conference – 2000. Pg.11.

⁵³ FREEDMAN, Estelle B. *Their Sisters' Keepers: Women's Prison Reform In America, 1830-1930*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1981.

⁵⁴ ZEDNER, op. cit., 1998, p. 316.

Refuge, fundada em Albion e inaugurada em 1893; e *Belford Hills Reformatory*, fundada em Nova York e inaugurada em 1907⁵⁵.

O envolvimento das mulheres na reforma prisional começou com as visitas de voluntárias à prisão – uma atividade que muitas vezes foi considerada pelas autoridades prisionais como marginal. Nos últimos anos do século XIX e início do XX, essas mulheres desempenharam um papel muito mais central. Na fundação da *American Prison Association*, em 1870, por exemplo, elas formaram um conjunto sólido, dedicado a intensificar o debate sobre os métodos penais e sobre a execução da reforma penal⁵⁶.

Nessa e em outras organizações similares, mulheres filantropas desenvolveram novas idéias sobre a proposta de prisões femininas e, com efeito, sobre o próprio governo e seu regime político. Muitas propunham um novo tipo de "feminismo social", argumentando que elas, como mulheres, tinham virtudes femininas únicas que poderiam ser aplicadas de modo muito frutífero no desenvolvimento de instituições mais aptas a responder às necessidades especiais que seu sexo demandaria⁵⁷. As novas instituições reformatórias para mulheres eram o resultado direto desses esforços, essas instituições criadas nos modelos de reformatórios, ao invés de francas prisões, eram efeitos das mudanças de concepções sobre as mulheres infratoras no final do século XIX nos Estados Unidos.

Em alguns aspectos os vinte reformatórios fundados para mulheres no período que foi de 1870 a 1935 ecoaram o etos e a organização das primeiras prisões para mulheres estabelecidas na Grã-Bretanha por volta da metade do século. Significativamente, muitas reformadoras americanas influentes tinham visitado Mount Joy Female Convict Prison em Dublin e estavam impressionadas com as possibilidades do tratamento diferenciado de uma instituição separada, governada e dirigida inteiramente por mulheres.

⁵⁵ FREEDMAN, op. cit., p. 1981.

⁵⁶ RAFTER, Nicole Hahn. *Partial Justice: Women, Prisons, and Social Control*. New Brunswick, Transaction Publishers, 1990.

⁵⁷ ZEDNER, op. cit., 1998, p. 315.

Portanto, as perspectivas de reformas dos estabelecimentos prisionais americanos, em certos aspectos, diferiam das britânicas. Enquanto as prisões para mulheres na Grã-Bretanha eram pesadamente restritas por sua arquitetura local aproveitada das instalações projetadas para os presos do sexo masculino, as reformadoras americanas passaram a investir também em projetos arquitetônicos específicos cujas construções correspondessem aos ideais que elas procuravam inculcar em suas internas e assegurar institucionalmente.

A maioria desses novos estabelecimentos era fundada em áreas rurais, frequentemente em vastos campos. O Massachusetts Reformatory Prison for Women ocupava trinta acres, a House Refuge em Hudson, Nova York, se estendia por quarenta acres e o Western House of Refuge foi construído num campo de cem acres.

De muitas maneiras, a vida nesses reformatórios estava longe de ser menos severa do que nas prisões masculinas da mesma época, e há ainda um aspecto importante, o reformatório representava uma maior infração sobre a liberdade das mulheres. Embora as práticas penais sobre as sentenciadas variassem de estado para estado, a norma era uma sentença “indeterminada” de três anos. “Indeterminada” porque as sentenças correspondiam legalmente ao período de três anos, contudo a presa só era definitivamente libertada quando se considerasse que esta tivesse atingido os objetivos da reforma, gerando assim um número alto de mulheres que permaneciam muitos anos nas prisões chegando a ficar por toda a vida.

Usava-se como justificativa para esse tipo de tratamento o argumento de que as mulheres eram enviadas para os reformatórios não para serem punidas na mesma proporção da seriedade de suas infrações, mas para serem reformadas e recuperadas. Num processo que, como era sustentado, exigia tempo. Cada vez mais, a pressão para deter as mulheres por tão longos períodos vinha não somente dos reformadores, mas também do crescente Movimento Eugênico, que pretendia atribuir “genética inferior” à estas

mulheres removidas da circulação social, e que portanto deveriam permanecer afastadas da sociedade pela maior quantidade de tempo possível.

Quadro Geral

Na Europa, o desenvolvimento da ciência médica, particularmente a psiquiatria, foi a força impulsionadora da reforma penal. Essa “medicalização” do desvio promoveu um novo modo de pensar. Como explicaria o Dr. Eugene Dally, explicou:

Deve-se tratar criminosos como doentes, não levando em consideração nem o ódio, nem a raiva, nem o espírito de vingança e limitar-se a preservar a sociedade dos perigos que sua presença traz”⁵⁸

Ao mesmo tempo, o aumento da influência do darwinismo social focou atenção no potencial da mulher criminosa, elas poderiam produzir futuras gerações de “crianças viciadas, neuróticas”, como o médico escocês, Dr. Clouston, chegou a defender:

Quando ilegitimamente crianças nascem de tais jovens mulheres, as chances estão enormemente a favor de se tornarem ou imbecis, degeneradas ou criminosas.

A incapacidade genética foi tomada prioritariamente sobre a punição como a proposta primária da custódia feminina.

O último quarto do século XIX foi um período de considerável inovação para as prisões de mulheres no Ocidente. De modo geral, o impulso para a reforma veio principalmente de um poderoso corpo de mulheres que,

⁵⁸ “One must treat criminals as sick, having with regard to neither hate no ranger nor the spirit of vengeance and limit oneself to preserving society from the dangers their presence brings”. Zedner, 1998, apud, Eugene Dally.

muito influenciado pela existência de reformatórios já estabelecidos para menores delinquentes, fizeram campanha para lançarem instituições similares para mulheres adultas. Muitas dessas reformadoras tinham sido ativas na salvaguarda de crianças e outras tinham ganhado experiência numa gama de movimentos de reforma social, educacional e de bem-estar. Um princípio central de suas filosofias era o de que as mulheres exigiam tratamento separado, apropriado ao seu sexo.

Significativamente, nos Estados Unidos, e em parte da Europa Ocidental, foram as políticas penais para mulheres que promoveram as maiores inovações nesse período. Isso ocorreu por conta da menor escala de aprisionamento de mulheres, o que permitiu flexibilidade para novas experimentações. A emergente visão nos EUA das mulheres infratoras como voluntariosas e o crescimento do reconhecimento na Europa das razões médicas para a infração criminal entre mulheres, tendiam a aumentar as questões sobre a utilidade da punição daquelas que poderiam não ser totalmente responsáveis por seus crimes. Isso levou à remoção de muitas mulheres das prisões de custódia. Elas seriam sentenciadas e levadas aos novos reformatórios, cuja proposta ostensivamente não era punir, mas curar e reabilitar.

Outro efeito existente dessa investida médica sobre as mulheres infratoras era o fato de que se construía uma tentativa de controle sobre elas através da imposição de pequenas sentenças em prisões locais, especializadas, decorrentes de infrações insignificantes em prisões locais, por períodos indeterminados nessas novas instituições especializadas. Essas mulheres estavam sujeitas à detenção até que elas fossem consideradas reformadas ou curadas. Aquelas que se mostraram recalcitrantes ou incuráveis, como no caso de mulheres portadoras de deficiências mentais, estavam sujeitas a permanecer confinadas indefinidamente.

Estas práticas de aprisionamento de mulheres seguiram o modelo do “Regime de Estágio Progressivo” configurado para homens. Funcionava

como uma série de estágios a serem alcançados no interior do regime carcerário, por meio do qual as condenadas seriam deslocadas durante o período de sua sentença dependendo de seu comportamento. Para os homens, a característica central do Regime Progressivo era a existência do estágio dos “trabalhos públicos”, no qual eles eram empregados em trabalho pesado em pedreiras e na construção de obras públicas. Não havia trabalho comparável ou considerado adaptável às mulheres, que pudesse ser aplicado em similaridade ao dos “trabalhos públicos”.

A visão de Elizabeth Fry da prisão para mulheres era claramente diferente daquela das prisões criadas para homens. Enquanto as propostas de reforma da prisão masculina enfatizavam o tratamento uniforme, direção formal e rígida adesão às regras, Fry advogava que as mulheres fossem “carinhosamente tratadas” com gentileza e simpatia, assim elas seriam alegremente submetidas às regras e cooperariam voluntariamente em sua própria reforma.

CAPÍTULO – II

Ao longo do século XIX e primeira metade do XX diversos países do mundo, sob intensos debates, promoveram reformas em seus complexos penais. Os três poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo) do Estado brasileiro não se abstiveram diante de tais debates e reformas, e no que diz respeito à adequação das penas aos condenados, uma questão que aparecia esporadicamente no século XIX ganhou força no século seguinte: E as mulheres? Diversas questões eram discutidas: Suas infrações poderiam ser consideradas como crime? Caso o fossem, quais os mecanismos de punição deveriam recair sobre elas? Deveriam receber o mesmo tratamento jurídico e penal aplicados aos homens? Por que?

No Brasil, as respostas só vieram em 1940, com o Código Penal que decretava a separação física entre homens e mulheres no interior dos estabelecimentos prisionais. Os códigos anteriores mencionavam castigos corporais e especificavam quais crimes deveriam ser punidos e como. O Código Criminal do Império, de 1840, por exemplo, determinava que as mulheres não fossem julgadas quando grávidas, nem fossem enviadas às galés e que o local de seu aprisionamento deveria ser análogo a seu sexo⁵⁹. No Código Penal de 1890, os castigos corporais foram abolidos e não há qualquer menção ao estabelecimento de um cárcere específico para mulheres⁶⁰.

⁵⁹ Código Criminal do Império, 1830. “Título II: Das Penas - Capítulo I - Da Qualidade das Penas, e da Maneira como se hão de impor e cumprir: [...] Art. 43. Na mulher prenhe não se executará a pena de morte, nem mesmo Ela será julgada, em caso de a merecer, senão quarenta dias depois do parto. [...] Art. 45. A pena de galés nunca será imposta: 1º As mulheres, as quais quando tiverem cometido crimes, para que esteja estabelecida esta pena, serão condenadas pelo mesmo tempo a prisão em lugar, e com serviço análogo ao seu sexo.”

⁶⁰ Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

Em sete de dezembro de 1940, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto-Lei n.º 2.848 que dispunha sobre as determinações de um novo Código Penal brasileiro. Entre as novas normas de conduta social impostas nesse novo código havia a regulamentação sobre o aprisionamento de mulheres. Dizia o Código em seu parágrafo segundo do artigo vigésimo nono: “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”.⁶¹ No ano seguinte, 1941, sob o decreto-lei 3.689, foi estabelecido o Código de Processo Penal destinado à regulamentação do próprio processo penal, de modo a garantir a estrita aplicação da lei penal⁶². Por meio do artigo 766º desse código ficou determinado que “A internação das mulheres será feita em estabelecimento próprio ou em seção especial”.⁶³

Portanto, o Código Penal promulgado em 1940 e que passou a vigorar a partir de primeiro de janeiro de 1942 regulamentou primeiramente que as penas impostas às mulheres infratoras deveriam ser cumpridas em estabelecimentos prisionais especiais, que tivessem a finalidade única de encarcerar mulheres; em segundo lugar, estabeleceu que as presas estivessem sujeitas ao trabalho. Diferentemente dos homens, não podiam realizar trabalhos extramuros, uma vez que estavam “sujeitas a trabalho interno”.⁶⁴ Assim, em julho de 1942, foi inaugurada em São Paulo a primeira instituição prisional sob regulamentação e administração estatal, orientada pelo novo

⁶¹Código Penal, Decreto-Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

⁶²MEDEIROS, Flávio Meirelles. **Direito Processual Penal. Necessidade e Importância.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 27, 31/03/2006 [Internet]. Consultado em 22/06/2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1027

⁶³Código de Processo Penal, Decreto-Lei n.º 3.689 de 03 de outubro de 1941.

⁶⁴ “O regime penitenciário não pode ser mitigado, sujeitando-se as reclusas à progressão do art. 30 e à obrigação do trabalho, com a única e óbvia diferença de que este há de ser, exclusivamente, interno (§2.º do art. 29) e susceptível de escolha pelas detentas, na conformidade de suas aptidões e ocupações anteriores (parág. Único do art. 31)”. LIRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal: Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.* Vol. II. Arts. 28 a 74. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1942.

Código Penal, específica para mulheres, o “Presídio de Mulheres” instalado nos terrenos da Penitenciária do Estado de São Paulo.

Com a exigência imposta pelo novo Código Penal de que as mulheres cumprissem suas penas em estabelecimentos próprios, alguns penitenciários se lançaram à discussão a respeito do tipo de estabelecimento a ser criado, sua localização, a natureza dos trabalhos que seriam exercidos e qual especialização deveria ter o quadro de funcionários a ser contratado para tal instituição.

Uma multidão de meia-dúzia: discussão sobre uma demanda

Em doze de agosto de 1941, no Diário Oficial do Estado de São Paulo foi publicado em sua seção primeira, na primeira página o Decreto-Lei n.º 12.116 que dispunha sobre a criação do “Presídio de Mulheres” a ser instalado nos terrenos da Penitenciária do Estado. No Parágrafo único do Artigo 1.º desse decreto, define-se que: “somente serão recolhidas mulheres definitivamente condenadas”.⁶⁵ Esse artigo opera uma distinção de fundamental importância. Ele distinguia presas de condenadas e determinava quais dessas duas categorias seriam as recolhidas no “Presídio de Mulheres”. A distinção dizia respeito à situação jurídica das mulheres encarceradas. Enquanto algumas encontram-se detidas para mera averiguação, aguardando julgamento ou cumprindo penas curtas, outras já haviam passado por processo,

⁶⁵ Decreto-Lei n.º 12.116 de 11 de agosto de 1941.

sido julgadas, consideradas culpadas e condenadas a longas penas⁶⁶. Por isso, somente as presas já condenadas deveriam ser recolhidas nessa nova instituição.

Esse novo instrumento de punição sobre as mulheres não compreendia o restante da massa carcerária feminina cujas sentenças ainda não constavam como passadas em julgado, de modo que sua situação cotidiana e jurídica no interior do complexo prisional permaneceu inalterada.

No que diz respeito ao volume das condenações, o número de mulheres que respondiam a processo sendo efetivamente condenadas era reduzidíssimo. Com isso, uma mobilização estatal que envolvesse a elaboração de legislação específica, a aplicação de recursos financeiros e a busca por pessoal especializado, com vistas à criação de uma instituição carcerária específica e exclusiva para mulheres, não se justificava apenas numericamente.

No caso da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, por exemplo, apesar de os dados serem um pouco mais fartos não diferem muito em seu conteúdo do “Presídio de Mulheres” de São Paulo. Lemos Brito⁶⁷, em 1943, ao defender a necessidade do trabalho penal entre as condenadas, afirmava que:

⁶⁶ Cancelli nos alerta para a diferença entre as meras detenções e os encarceramentos por condenações: “Tecnicamente, no Brasil dos anos 20, 30 e 40, estavam registrados, como ocupantes das prisões, apenas aqueles que efetivamente haviam sido condenados. O número de pessoas encarceradas, por isso, era aparentemente pequeno. O Cadastro Penitenciário e Estatístico do Brasil, por exemplo, informa que, em 1934, estavam cumprindo pena em todo o país 6.212, dos 46.228.607 habitantes, o que correspondia a 0,000103 por cento da população. Esses números, fornecidos pelo Conselho Penitenciário, por meio de sua Inspetoria Geral não retratavam a realidade criminal do Brasil, uma vez que a polícia possuía o poder de promover o encarceramento de pessoas sem condenação formal da Justiça, expediente cada vez mais usado pelas autoridades policiais”. CANCELLI, Elizabeth – “Repressão e controle prisional no Brasil: Prisões Comparadas”. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.

⁶⁷ José Gabriel de Lemos Brito foi professor, penitenciário, membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal de 1924 até 1939, quando foi nomeado presidente do conselho por Getúlio Vargas, permanecendo no cargo até 1957. Foi também presidente da Inspetoria Geral Penitenciária durante toda a década de 1940. Produziu uma extensa bibliografia sobre criminalidade e sobre o complexo prisional brasileiro.

Na organização de nossos estabelecimentos penitenciários de mulheres, todavia, não se pode lançar uma larga visada no que entenda com o trabalho, dado o **diminuto número delas**. Na última visita feita a seu presídio na Capital Federal **havia trinta e cinco mulheres**, mas entre estas diversas processadas.⁶⁸

Algumas pesquisas corroboram as afirmações de Lemos Brito. Célia Pedroso, por exemplo, em pesquisa sobre as organizações penitenciárias brasileiras do início do século XX, afirma que “Com base nos relatórios penitenciários sabemos que a porcentagem de mulheres no cárcere era muito pequena, em torno de 3% se comparadas aos homens”.⁶⁹

Ainda fazendo referência à Penitenciária Feminina do Distrito Federal e valendo-se de levantamentos estatísticos do ingresso de condenadas na penitenciária, Elça Mendonça, em seu trabalho monográfico, reitera que:

É interessante, neste sentido, apontar para um fato estatístico notável acerca da detenção e prisão feminina na época. O contingente de mulheres condenadas é em geral baixíssimo, tanto em números absolutos como em números relativos, se comparado ao contingente masculino na mesma situação. Como vimos, não passa de 6% da população presa masculina em 1943 (...) O notável, além do diminuto número de mulheres condenadas, é o altíssimo número de detenções feita na massa feminina, que não é retido pelo aparelho prisional. Assim temos que: Para o ano de 1944: ingressam na Penitenciária de Mulheres 176 internas; são excluídas da Penitenciária de Mulheres 154 internas; foram matriculadas como ‘sentenciadas’ 11 internas.⁷⁰

Quanto ao “Presídio de Mulheres” de São Paulo, os números são ainda menores. No ano de sua inauguração, em 1942, o Presídio recebeu

⁶⁸BRITO, José Gabriel de Lemos. *As Mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário*. In: **Estudos Penitenciários**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1943, p. 20. (Grifos nossos)

⁶⁹PEDROSO, op.cit. 1995, p.113.

⁷⁰LIMA, op.cit. 1983, p. 32-33.

apenas sete sentenciadas. E, num prazo de dez anos, passaram por seus corredores apenas 212 sentenciadas⁷¹.

As condenações, cujas penas sobre as mulheres correspondiam a longos anos de privação de liberdade, eram poucas, o que gerava uma reduzida demanda sobre o presídio. A documentação do período (relatórios estatísticos e relatórios dos conselhos penitenciários) não apresenta indícios de um aumento considerável da criminalidade feminina ou do volume de condenações. A quantidade de mulheres condenadas em cumprimento de pena nas prisões do estado de São Paulo era de trinta e cinco presas entre os anos de 1925 e 1926⁷². Cerca de dezoito anos depois, em 1943, por exemplo, a quantidade de condenadas em cumprimento de pena no estado era de vinte e cinco mulheres⁷³. Esses dados mostram que não houve uma relação direta entre os índices de criminalidade feminina ou o volume de condenações de mulheres e a criação do “Presídio de Mulheres”. O estabelecimento dessa instituição não teria sido motivado, portanto, por uma possível ameaça de aumento de criminalidade.

Tais números dificilmente poderiam exercer, efetivamente, alguma pressão sobre o legislativo no sentido de forçar a elaboração e aprovação de leis e orçamentos com vistas à criação de uma nova instituição. Os levantamentos feitos pelos conselhos penitenciários, tanto do Distrito Federal quanto do Estado de São Paulo, entre 1924 e 1940, em nenhum momento indicam grandes variações ou aumentos significativos dos índices de criminalidade feminina ou do volume de condenações de mulheres – que representassem, por isso, qualquer ameaça à ordem social vigente motivando o estabelecimento de uma instituição repressora especializada. Uma mera

⁷¹SILVA, Marina Albuquerque. *Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 1992, p. 06: “[...] recebendo 07 (sete) sentenciadas: 05(cinco) por homicídio, 01 (uma) por aborto provocado por terceiros e 01(uma) por estelionato [...] de julho de 1942 a julho de 1952, passaram pelo “Presídio de Mulheres” 212 sentenciadas”.

⁷²ALMEIDA, Candido Mendes de. *As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil*. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, mar. 1928.

⁷³Arquivos Penitenciários do Brasil. Ano VI, nºs 1 a 4. 1945, p. 518.

possibilidade de promoção de desordem social provocada por um pretenso aumento de criminalidade feminina não parecia estar, sequer, em pauta. Se a criminalidade ou as condenações exerceram alguma influência na criação do presídio, certamente, não foi por conta de sua quantidade.

No debate que se travou sobre a criação do “Presídio de Mulheres” em São Paulo – promovido por médicos, advogados, políticos, professores e penitenciaristas – a argumentação foi variada. Quando o tema em discussão era a demanda quantitativa alguns discursos eram consonantes, outros além de divergirem se contrapunham. Esse embate de argumentos e motivações indicava a gama de interesses que entraram em jogo no momento do estabelecimento da instituição.

Antes mesmo da aprovação do decreto, em 1940, o então presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo publicou na Revista Penal e Penitenciária⁷⁴ um artigo que causou polêmica entre os demais penitenciaristas do estado. Com a pergunta “*E as mulheres?*” intitulando o artigo, Cândido Mota⁷⁵ defendia a criação de uma instituição penal específica para mulheres. Defendia, sobretudo, que esta fosse instalada em local distante dos estabelecimentos destinados aos presos do sexo masculino. Dentre as questões levantadas por Cândido Mota, ele chegou a questionar veementemente as alegações de que não haveria demanda para a construção de uma prisão específica para mulheres e prometeu apresentar dados que comprovassem a existência de um elevado número de mulheres criminosas encarceradas nas prisões paulistas.

⁷⁴ Foi criada em 1941 e teve poucos números publicados. A revista era vinculada à administração da Penitenciária do Estado e seus artigos continham pouca divulgação de caráter científico e grande número de discursos e textos de dirigentes da própria penitenciária e do Conselho Penitenciário.

⁷⁵ Candido Nanzianzeno Nogueira da Mota ocupou diversos cargos públicos. Foi senador do estado de São Paulo, ocupando a vice-presidência da Câmara Alta paulista até 1930, quando voltou a exercer o magistério como Professor Catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Após sua aposentadoria em 1934 passou a presidir o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo até 1942, quando de seu falecimento. Foi autor de *São Paulo e a República* e de diversos ensaios de Direito Penal.

Há em nossa modelar organização repressiva, de que o estabelecimento do Carandiru é exemplo vivo, uma lamentável lacuna, que urge preencher.

Quero referir-me à falta de um presídio próprio para as mulheres criminosas, **cujo número não é tão pequeno como a muitos se afigura** e como espero demonstrar, dentro em pouco, logo que tenha em mãos os dados estatísticos já requisitados.⁷⁶

Contudo, Mota veio a falecer, em 1942, dois anos após a publicação do artigo. Já os dados estatísticos aos quais se referiu nunca chegaram a ser publicados.

Enquanto, de um lado, Cândido Mota afirmava que a inexistência de uma instituição penitenciária específica para mulheres, no interior do maior e mais equipado complexo penitenciário do país, corresponderia a um hiato cujo complemento é de urgente solução. De outro lado, as palavras do, então, conselheiro do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo⁷⁷, Marrey Junior⁷⁸, seguiam em sentido oposto.

Na sessão ordinária do departamento do dia dezoito de julho de 1941, Marrey Junior apresentou algumas propostas de emendas como condição para aprovação do projeto. Após serem lidas as emendas, o projeto

⁷⁶MOTA, Cândido. *E as mulheres?* **Revista Penal e Penitenciária**, São Paulo, v.1, p. 95-107, 1940. (Grifo nosso)

⁷⁷Com o golpe do Estado Novo, perpetrado pelo governo de Getúlio Vargas em 1937, o Congresso Nacional foi fechado e as atividades do legislativo foram interrompidas. Para o controle das atividades administrativas, o novo regime estabeleceu o Departamento Administrativo do Serviço Público. Em São Paulo esse Departamento era composto por 14 conselheiros. Entre suas atividades estava fazer, em certa medida, as vezes do legislativo, avaliando e legitimando as atividades do executivo (a Interventoria Federal, à época). O DAESP não era um órgão propositor de leis, mas podia alterá-las, aprová-las ou barrá-las.

⁷⁸José Adriano Marrey Junior, nasceu, em 1885, em Minas Gerais e faleceu, em 1965, em São Paulo. Era advogado e atuou em diversos cargos públicos. Em 1936 foi eleito o vereador (pelo Partido Democrático que ajudou a fundar em 1926) mais votado da cidade de São Paulo, afastando-se da vida pública um ano depois com o golpe de 1937. Voltou a ocupar cargos públicos em 1941 a convite do interventor Fernando Costa. Foi um dos 14 conselheiros do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo entre os anos de 1939 e 1945. Foi, também, Secretário Estadual de Justiça e de Viação e Obras Públicas e em 1947 foi novamente eleito o vereador mais votado da cidade.

foi aprovado com todas as emendas propostas. No dia doze de agosto do mesmo ano, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o decreto-lei nº 12.116 que dispunha sobre a criação do “Presídio de Mulheres”.

Nessa mesma sessão, antes da aprovação do projeto, Marrey Junior pediu a palavra para sua exposição de motivos, recurso pelo qual promovia a defesa não só da aprovação do projeto como também justificava a inclusão das emendas propostas. Nesse discurso, Marrey dizia que:

Reconhecia, entretanto, a diretoria [da Penitenciária do Estado] que o assunto não era de urgência, podendo ceder lugar a outros de maior relevância – uma vez que diminuto era, como ainda o é, o número de sentenciadas recolhidas à Casa de Detenção de São Paulo e às cadeias do interior; - dez, mais ou menos, no interior e nove na Capital, onde, diga-se de passagem, se acham bem localizadas, em cômodos apropriados, em condições de higiene, com refeitório próprio, enfermaria, sala de trabalho, que o governo passado construiu nos fundos da Casa de Detenção e onde, portanto, não existe promiscuidade com os detentos homens.⁷⁹

Marrey Junior alega que a diminuta quantidade de sentenciadas recolhidas não justificava a criação de uma instituição, afirmava que as condições de encarceramento das mulheres no estado de São Paulo eram adequadas e negava a existência de promiscuidade. Mais ainda, reconhecia que a demanda era pequena e utilizou-a para justificar a, até então, inação da administração pública frente ao tema. Nessa fala Marrey desarticulou os principais argumentos que justificariam a criação de um estabelecimento prisional específico para mulheres, e o fez no interior de um discurso – no caso a exposição de motivos – que propunha justamente a criação de tal

⁷⁹Marrey Junior, José Adriano. 98ª Sessão Ordinária, de 18 de julho de 1941, do Departamento Administrativo. Publicado sob a forma de nota com o título: “Presídio de Mulheres”. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. II – 2 sem, 1941, pp. 478-485.

instituição. A indicação que Marrey nos dá é a de que a motivação efetiva para a criação do “Presídio de Mulheres” não é nenhum dos elementos por ele elencados (localização, separação física, salubridade do local, promiscuidade, etc.).

Se as sentenciadas eram poucas, estavam bem acomodadas, não havia promiscuidade com os detentos homens e havia outros assuntos de maior relevância, por que mobilizar todo um aparato estatal (recursos materiais, legais e humanos) para criar uma instituição cujos atributos, de acordo com o conselheiro, já estavam devidamente presentes na Casa de Detenção da Capital?

O que intriga na fala de Marrey é que ele está dizendo que a instituição que ora se cria com sua contribuição e aprovação é dispensável. Aquilo que era alegado como motivo para não criação do presídio (diminuto número de sentenciadas) continuava existindo – “como ainda o é” – e não era empecilho para a criação naquele momento. Marrey Junior ao dar andamento ao projeto de lei está garantindo uma solução para algo que ele não considerava como um problema – “o assunto não era de urgência”. Em outras palavras, Marrey Junior, estava dizendo que a ação estatal frente ao problema não está ligada diretamente ao fato de ser considerado um problema público. No indicando que a criação do presídio não foi da ordem da necessidade pública. Assim, a necessidade pública não seria o suficiente para garantir a ação estatal.

Durante essa mesma seção o relator do projeto, o conselheiro Cirilo Junior⁸⁰, pediu a palavra e declarou apoio sem nenhuma restrição à fala de

⁸⁰ Carlos Cirilo Júnior nasceu no Paraná, em 1886, e faleceu em São Paulo, em 1965. Formado em direito foi político, advogado e professor, lecionou disciplinas de Direito Civil, Comercial e Criminal na Faculdade de Direito de São Paulo. Filiado ao Partido Republicano Paulista, chegou a dirigir o *Correio Paulistano*. Elegeu-se deputado estadual, federal, teve participação ativa no movimento constitucionalista paulista fazendo parte da Frente Única Paulista, fez parte do conselho do DAESP e durante o governo Juscelino Kubitschek foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores. CODATO, Adriano. *Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP, 2008.

Marrey.

Em nota para os *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, o professor Basileu Garcia⁸¹ comentou a aprovação do decreto que criou o “Presídio de Mulheres”. Ele fez referência a Cândido Mota e considerou necessária a criação do presídio, sem colocar em pauta qualquer questionamento a respeito da quantidade de mulheres condenadas no interior do complexo prisional:

No primeiro número da “Revista Penal e Penitenciária”, editada pela nossa Penitenciária, o prof. Cândido Mota, o ilustre mestre de Direito Penal, publicou um artigo em que fazia sentir a necessidade a que ora se vai atender com a presente iniciativa. Esse artigo tinha o sugestivo título de: “E as mulheres?” e nele já indicava a necessidade de um presídio exclusivamente feminino.⁸²

Para Basileu Garcia, a criação de uma instituição exclusivamente para mulheres condenadas era entendida como uma necessidade. Ele acreditava que o presídio definido no decreto bastaria para atender a devida execução de suas penas condenatórias.

A inauguração

Ao vigésimo terceiro dia do mês de julho do ano de 1942 foi inaugurado o “Presídio de Mulheres” nos terrenos da Penitenciária do Estado de São Paulo. Nessa ocasião, estiveram presentes diversas autoridades políticas, penitenciárias e policiais, além de suas primeiras damas e jornalistas.

⁸¹ Jurista e professor de Direito Penal da Faculdade Direito do Largo São Francisco.

⁸² GARCIA, Basileu. *Uma opinião valiosa sobre a criação do “Presídio de Mulheres”*. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, vol. II, 2 sem., 1941, p. 485.

Entre eles estava o então presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo Flamínio Fávero⁸³. Em seu discurso por ocasião da inauguração iniciava-o lembrando das palavras do ex-presidente do Conselho Penitenciário:

Recebe hoje esplêndida resposta a pergunta que nosso inolvidável e grande mestre Prof. Cândido Mota formulou, na epígrafe do artigo publicado no primeiro fascículo da “Revista Penal e Penitenciária”: - “E as mulheres?” - Elas, de agora por diante irão ter, também, carinhosa lembrança na ação terapêutica que o Estado ministra aos seus condenados.

As constantes referências à Cândido Mota demonstram o alcance de suas palavras entres seus congêneres penitenciaristas. Com efeito, Mota não poupou esforços para divulgar sua campanha em defesa de uma instituição penitenciária para mulheres totalmente distinta e geograficamente distante das prisões masculinas. Mesmo com intensa campanha (publicação de artigo, elaboração de proposta, solicitação de intervenção do conselho do Distrito Federal) o “Presídio de Mulheres” foi instalado no interior do complexo da Penitenciária do Estado. A partir disso, algumas das referências à Cândido Mota vinham carregadas de justificativas, sempre procurando responder às suas colocações. Nesse sentido, a primeira parte do discurso de Flamínio Fávero, durante a cerimônia de inauguração do Presídio foi todo organizado de modo a responder os principais pontos defendidos por Mota e não contemplados por essa nova instituição, começando pela questão numérica

⁸³Nascido em 1895 e falecido em 1982. Foi médico legista, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e membro fundador da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de S. Paulo, exercendo, na mesma instituição, o cargo de Secretário Geral de 1927 até 1936 e de 1937 até 1945 o cargo de Presidente. Com o falecimento de Cândido Mota em 1942, assumiu também a presidência do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo. FERLA, op.cit, 2005.

A falha que desaparece, era notória, por certo, mas justificável ante o número reduzido de detentas a ser submetidas ao regime penitenciário. **Para tão poucas, seria justo construir complexo aparelhamento, como o do presídio masculino, afim de oferecer solução condigna ao problema? Parece que não.** Outros imperativos estavam a exigir os recursos financeiros do erário público; não poderia deixar de atendê-los a elevada visão do esclarecido Governo.⁸⁴

Se o reduzido número de detentas era justificativa para a ausência de uma intervenção do aparelho de estado frente à questão do encarceramento de mulheres e, como bem o disse Marrey Junior, “ainda o é”, o que justificaria o então estabelecimento?

No embate político acerca da criação de uma instituição penal especificamente para mulheres condenadas por crimes ou contravenções as divergências foram constantes. No que diz respeito à ação de institucionalização propriamente dita, não havia consenso quanto à urgência de seu estabelecimento, nem quanto à quantidade de mulheres condenadas que a instituição deveria ser capaz de abrigar e nem mesmo quanto à sua localização.

Mas, houve um ponto em que, em algum momento de seus posicionamentos, quase todos opinaram: a demanda quantitativa. De modo muito diverso, mas presente em quase todas as falas, um grande volume de mulheres presas para cumprimento de suas condenações já passadas em julgado seria o principal argumento que justificaria a criação de um estabelecimento penitenciário específico para mulheres. Tanto para Marrey Junior quanto para Cândido Mota a quantidade de mulheres condenadas seria a justificativa por excelência para o estabelecimento de uma instituição

⁸⁴ FÁVERO, Flaminio. *Discurso*. **Revista Penal e Penitenciária**. São Paulo, Ano III, v. III, 1º e 2º semestre, 1942, fascículo 1 e 2, pp. 323-328. Inauguração do Presídio de Mulheres, 1942. (Grifo nosso)

específica. Para o primeiro era a pequena quantidade que justificava a inação, durante décadas, por parte do legislativo frente à questão do encarceramento de mulheres. Já Mota, por sua vez, alegava existirem mais mulheres presas do que se acreditava, o que por si só justificava a criação de uma penitenciária especializada.

Já Flamínio Fávero, mesmo concordando que o número de condenadas era pequeno e que havia outros assuntos mais relevantes a serem tratados pelo Estado, defendia que a instituição devia existir independentemente do número de condenações. Entretanto, um grande volume de mulheres presas cumprindo pena continuava sendo inexistente e mesmo assim o “Presídio de Mulheres” foi criado. Esse tema era incansavelmente repetido por aqueles que discutiram a institucionalização da punição sobre mulheres. Ao se questionar se *“Para tão poucas, seria justo construir complexo aparelhamento, como o do presídio masculino, afim de oferecer solução condigna ao problema?”* e apresentar como resposta *“Parece que não”*, o que Fávero estava dizendo era que a institucionalização da punição sobre as mulheres independia de sua quantidade, que a prática da institucionalização recaía sobre outras motivações.

Começa, aí, a aparecer outro tema: a exigência de um adequado cumprimento das penas como finalidade da nova instituição. Entendido por muitos como uma necessidade, as formas de execução das penas era recorrente em diversas falas. Na sequência do discurso, Fávero afirmava que: **“Entretanto, poucas embora, as sentenciadas *faziam jus a bom trato no modo de execução das penas condenatórias*”**.⁸⁵

Quando da aprovação pelo DAESP do decreto de criação do “Presídio de Mulheres”, Basileu Garcia comentou de sua satisfação frente ao projeto que ora seria executado. Ele afirmava que:

⁸⁵FÁVERO, Flamínio. *Discurso*. **Revista Penal e Penitenciária**. São Paulo, Ano III, v. III, 1 e 2 sem, 1942, fascículo 1 e 2, pp. 323-328. Inauguração do Presídio de Mulheres, 1942.

A impressão que me desperta o projeto é a melhor possível. A falta de um presídio para mulheres, organizado de acordo com as normas que regem o nosso sistema penitenciário, era extraordinariamente sensível, por várias razões. As mulheres condenadas cumpriam e cumprem pena nas cadeias públicas. Ora, as cadeias destinam-se ao aprisionamento provisório e não ao cumprimento definitivo das penas. Não estão sujeitas aos métodos racionais estabelecidos para a obtenção da plena eficácia da medida penal.⁸⁶

Basileu nos informa que, mesmo inexistindo um estabelecimento penitenciário específico para mulheres, aquelas que eram condenadas a longas penas cumpriam esses anos nos estabelecimentos criados para receber provisoriamente os presos, o que impossibilitava a aplicação de um regime penitenciário. O que ganhou destaque nesse discurso foi que o estabelecimento de uma instituição penitenciária feminina não se limitasse a ser um espaço físico onde se mantivessem encarceradas as mulheres infratoras. Garcia defendia um presídio para mulheres que garantisse o “cumprimento definitivo das penas” de modo que se pudesse chegar à “obtenção da plena eficácia da medida penal”.

Nesse mesmo sentido, Famínio Fávero prossegue com seu discurso e vai apontando quais seriam as motivações efetivas para a criação do presídio. Ele foi buscar nas palavras de uma psiquiatra argentina argumentos que legitimassem o que ora era inaugurado:

A Dra. Telma Reca, do Patronato de Reclusas e Liberadas de Buenos Aires, em valioso trabalho publicado nos “Anais da Sociedade Argentina de Criminologia”, realça exatamente esses dois aspectos cruciantes do problema do cárcere feminino visíveis por toda a parte. Salientando a dificuldade da

⁸⁶GARCIA, Baliseu. *Uma Opinião valiosa sobre a criação do “Presídio de Mulheres”*. In: MARREY Junior, José Adriano. **PRESÍDIO DE MULHERES. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo**. São Paulo, v. II, 2 sem, 1941.

tarefa, universalmente reconhecida, diz textualmente o seguinte: “A exiguidade do número de mulheres delinquentes condenadas encarece a construção e a manutenção de tais edifícios, e torna mais difícil estabelecer neles programas racionais e completos de educação e readaptação. Contudo, o problema existe, e é necessário e urgente afrontar sua solução”.

O estabelecimento de uma instituição específica estruturada por um espaço físico próprio eram consideradas realizações caras e de difícil manutenção, porém correspondiam às condições mínimas necessárias para a execução dos chamados “programas racionais e completos de educação e readaptação”. A, até então, inexistência de estabelecimentos específicos inviabilizava, portanto, a aplicação desses programas de regeneração. A instalação do “Presídio de Mulheres” vinha para garantir não somente um espaço físico que recolhesse as mulheres condenadas separadamente dos homens. Ele vinha também para garantir a aplicação de mais um recurso punitivo além da privação da liberdade, no caso, os programas racionais de educação e readaptação social.

Nesse momento o interesse maior é pela execução dessas condenações. Mais do que punir muitas ou poucas o que está em jogo é garantir que efetivamente se puna, que se aplique aquilo que se entende como pena para as mulheres.

O foco de tal institucionalização incidia sobre um grupo muito específico, presente no interior do complexo prisional paulista. O “Presídio de Mulheres” não era direcionado ao recolhimento de todas as mulheres consideradas infratoras, ele abrigou somente as condenadas, as demais permaneceriam espalhadas pelas cadeias públicas masculinas e delegacias do estado.

Em suma, as discussões a respeito da institucionalização penitenciária para mulheres, realizadas durante os anos imediatos ao

estabelecimento do “Presídio de Mulheres” e promovidas por políticos e penitenciariastas foram intensas. O interesse pela institucionalização era comum. Já sua forma de execução, seu ônus econômico e seu retorno social geravam várias divergências. Para uns a pequena quantidade de mulheres condenadas inviabilizava o estabelecimento de diretrizes nacionais de regimes penais sobre as condenadas, que onerariam os custos em tal empreendimento. Para outros a quantidade era irrelevante, convinha executar de forma completa e eficiente a pena à qual foram condenadas.

Em meio a esse embate de interesses, o presídio foi criado, entrou em funcionamento em vinte e três de julho de 1942 e foi organizado a partir de quatro de seus elementos principais: o corpo de funcionárias especializadas, seu componente físico, o regime de execução penal e as mulheres condenadas.

Mulheres devidamente habilitadas: o quadro de funcionárias

Uma questão bastante discutida, quando o assunto era a instauração de um estabelecimento penitenciário para mulheres, era: *que tipo de profissional reuniria as condições mínimas necessárias para lidar com mulheres infratoras?* O quadro de funcionários da instituição, especialmente no que dizia respeito ao trato direto com as presas, foi alvo de constantes discussões. Entretanto, poucas foram as divergências a respeito da contratação dos funcionários que seriam responsáveis pelas atividades internas do presídio.

No artigo terceiro do decreto que dispôs sobre a criação do “Presídio de Mulheres”, determinou-se que:

O pessoal necessário para o desempenho de todas as funções e serviços internos da nova Seção, será constituído por mulheres, devidamente habilitadas – e contratadas segundo as necessidades – até o máximo de quinze (15).

§ 1.º - Será contratada igualmente uma professora de

educação moral e cívica.⁸⁷

Este artigo dispunha especificamente sobre o conjunto de servidores do “Presídio de Mulheres”. A determinação presente no artigo era a de que, a condição primeira, para a realização dos serviços internos do presídio, os trabalhos fossem executados por mulheres. A segunda condição impunha que estas fossem “devidamente habilitadas”. Tais habilidades devidas não foram descritas na letra do decreto, mas cabe destaque para essa determinação, na qual independentemente de quais fossem as habilidades devidas, os serviços deveriam ser desempenhados por mulheres. A condição biológica era uma exigência anterior à condição profissional, à habilidade para a realização de determinadas tarefas.

Dois anos antes das determinações do Decreto que criou o presídio, Cândido Mota já apresentava a proposta de que se contratassem religiosas católicas para a gestão do cárcere feminino. Para ele, o exemplo a ser seguido era o da “Penitenciária de Mujeres” da Espanha e chegou a citar trechos do regulamento dessa instituição propondo que se fizesse o mesmo em São Paulo:

E, para terminar, completando o meu ponto de vista, basta transcrever algumas disposições do Regimento interno da “Penitenciária de Mujeres” de Alcalá de Henares aprovado pela Real Ordem de 31 de janeiro de 1882:

[...] Art. 5.º - São atribuições e deveres da [Madre] Superiora:

1.º - Distribuir como creia ser mais conveniente o serviço entre o pessoal das Filhas da Caridade designado à Penitenciaria, tanto no que diz respeito à ordem das celas, dos dormitórios, etc.⁸⁸

⁸⁷SÃO PAULO. Decreto-lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941. Dispõe sobre criação do “Presídio de Mulheres”. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 12 ago. 1941. Número 183, p. 1.

⁸⁸MOTA, Cândido. *E as mulheres?* **Revista Penal e Penitenciária**. São Paulo, 1 sem. 1940, pp. 95-104, mar. 1940.

Em primeiro de julho de 1941, quando o projeto de lei sobre a criação do Presídio foi encaminhado ao DAESP, numa primeira avaliação recebeu parecer favorável do relator Cirilo Junior. No texto desse projeto constava o seguinte:

Artigo 3.º – O quadro do pessoal da nova Seção será constituído de Irmãs da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor, do Rio de Janeiro, ou outra Congregação, a juízo do governo, e de um professor de educação moral e cívica.⁸⁹

Duas semanas depois, Marrey Junior, apesar do parecer favorável emitido pelo colega Cirilo Junior, propôs uma série de emendas ao projeto. Durante sessão do dia dezoito de julho, Marrey Junior expunha os motivos das alterações propostas ao artigo terceiro explicando sua opção por manter no texto do decreto essa indefinição quanto às habilitações do quadro de funcionários a ser contratado para o presídio:

Assim, penso escapar à nossa competência a designação das pessoas que devam constituir o quadro dos empregados da Seção. Preferi deixar inteira liberdade de escolha ao Exmo. Sr. Interventor Federal. Com isso, não quero manifestar hostilidade à lembrança de ser o pessoal contratado recrutado na Congregação religiosa indicada ou em outra qualquer. É certo que o sr. Diretor da Penitenciária informa sobre os excelentes resultados oriundos do trabalho especializado das Irmãs de Angers, na França, como certo é que há da parte de alguns doutrinadores um tanto de retraimento quanto a entrega da direção dos cárceres

⁸⁹ CYRILLO JUNIOR, Carlos . *Pareceres para o expediente da sessão de 2-7-1941*. In: ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DAESP, 01 jul. 1941, São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1941, p. 10.

de mulheres a Irmãs de Caridade ou Comissões de Damas, cuja boa vontade, escreveu Ingenieros, não basta para instruir e educar as detidas de maneira a poderem afrontar as contingências da luta pela vida.⁹⁰

Por fim, mesmo sem que houvesse uma determinação clara constante no decreto, o trato direto com as presas no interior do Presídio não ficou a cargo dos funcionários da Penitenciária do Estado, nem foi solicitado aparato policial para tal, também não houve concurso público ou contratação de carcereiros especializados por meio do Departamento Geral de Presídios do Estado de São Paulo⁹¹, como era de praxe. O trato direto com as presas e a realização de todos os serviços internos ao Presídio ficou a cargo das freiras católicas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers⁹².

Inicialmente as freiras eram contratadas individualmente. As primeiras freiras foram admitidas em dezenove de junho de 1942, perfazendo

⁹⁰MARREY JUNIOR, exposição de motivos. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. 1941, p. 481.

⁹¹ A Diretoria Geral da Penitenciária do Estado foi transformada em Departamento Geral de Presídios do Estado em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 13.298, de 07 de abril de 1943. O Departamento estava subordinado à Secretaria de Justiça e Negócios Interiores e era composto por todos os presídios do Estado: Penitenciária com o “Presídio de Mulheres”; Seção de Taubaté e Instituto Correcional de Ilha Anchieta; a Casa de Detenção da Capital e as Cadeias Públicas do Interior; Manicômio Judiciário.

⁹² Maria de Santa Eufrásia Pelletier nasceu a 31 de julho de 1796, na Ilha de Noirmoutier, próxima à costa da Grã-Bretanha, fundou a Congregação na cidade de Angers na França em 1825. A congregação recolhia inicialmente mulheres penitentes e órfãs, oferecendo educação religiosa moral e técnica. Vislumbrando o papel mundial do seu Instituto, a Fundadora pretendia colocá-lo sob a proteção da Santa Sé e, para isto, ligá-lo diretamente a Roma, de maneira que nenhum bispo pudesse fazer mudanças nas constituições. Apoiada no Bispo de Angers, Madre Pelletier conseguiu que o Papa Gregório XVI desse à Congregação um cardeal protetor. O progresso da Congregação foi muito rápido e a sua Obra se difundiu no mundo todo. Os primeiros conventos fundados no continente sul americano foram já em meados do século XIX no Chile, Uruguai e Argentina. A congregação se instalou no Brasil somente na segunda metade do século XIX, instalando-se primeiramente no Rio de Janeiro em 1891, depois na Bahia em 1892, São Paulo em 1897 e Juiz de Fora em 1902. Nos países sul americanos a congregação já administrava desde o final do século XIX instituições penitenciárias para mulheres e reformatórios para menores. Na Argentina, por exemplo, administravam o cárcere feminino de Buenos Aires desde a década de 1880. Fonte: *Padre José Leite, S.J., Santos de Cada Dia, 3a ed., Ed A O – Braga*.

um total de oito contratações. A Irmã Maria Mathilde do Santíssimo Sacramento Baptista de Oliveira foi admitida “para, a título precário, exercer as funções de chefe junto a Secção destinada ao “Presídio de Mulheres”, da Penitenciária do Estado, nos termos do decreto-lei n. 12.116, de 11 de agosto de 1941, mediante os vencimentos mensais de Rs, 250\$0”.⁹³

Na mesma data foram contratadas as irmãs Maria Mathilde do Santíssimo Sacramento Baptista de Oliveira, Maria Ursula de Jesus Simões Braga, Maria de São Francisco de Reges dos Santos, Maria de São José Buarque de Gusmão, Maria de São Luiz Gonzaga Abib, Maria de São Boaventura Ferreira de Carvalho, Maria de Nossa Senhora do Pilar de Almeida, Maria da Divina Luz Andrade Morato, todas elas “para, a título precário, prestar serviços junto à Secção destinada ao “Presídio de Mulheres”, de Penitenciária do Estado, nos termos do decreto-lei n. 12.116, de 11 de agosto de 1941, mediante os vencimentos mensais de Rs...200\$0”.⁹⁴

No caso do “Presídio de Mulheres”, além das funcionárias responsáveis pelos serviços internos ainda havia a determinação de contratação, como consta do primeiro parágrafo do decreto⁹⁵, de uma professora de educação moral e cívica. Pois bem, a professora foi contratada, contudo, esta também era uma freira da mesma Congregação:

a Irmã Maria Antonieta de Jesus Rosa para, a título precário, exercer, interinamente, o cargo de professora de educação moral e cívica da Secção destinada ao “Presídio de Mulheres” da Penitenciária do Estado, nos termos do decreto-lei n. 12.116, de 11 de agosto de 1941 mediante os vencimentos mensais de rs. 400\$0...⁹⁶

⁹³ Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 21 de junho de 1942.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Artigo terceiro, parágrafo primeiro: “Será igualmente contratada uma professora de educação moral e cívica”. Decreto-Lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941.

⁹⁶ Publicado no DOESP de 08 de julho de 1942.

Flamínio Fávero foi quem mais defendeu a contratação das freiras. Durante a inauguração do Presídio, discursou longamente a respeito da adequação dos trabalhos executados pela Congregação aos objetivos da instauração do “Presídio de Mulheres”:

Por fim, o 3.º ponto básico no aparelhamento penitenciário de mulheres é o pessoal idôneo para, em ambiente propício, executar as idéias da verdadeira e talvez única finalidade da pena. É o elemento preponderante. Esse pessoal, de ação multiforme, forrar-se-á de dupla qualidade: técnica e moral. Possuindo conhecimentos adequados para ensinar e educar, há de fazê-lo num padrão ético inatacável. Sua estrutura constitucional, precária. Mas a plasticidade maior ou menor da massa pode receber forma suficiente para úteis realizações. Às vezes, basta a paciência do artífice. Outras, a presença do modelo. Então, o pessoal que vai pôr em campo a idéia regeneradora fará, ao mesmo tempo de artífice e modelo, para ser completo. Eu diria, assim, meditando bem no assunto, que, num presídio de mulheres, é *magna pars* exatamente o pessoal que vai realizar o trabalho de reconstrução dos caracteres fraquejantes, assim como num lar é relevante a ação pertinaz dos pais.⁹⁷

Elemento “preponderante”, nas palavras de Fávero, o corpo funcional composto por freiras católicas deveria exercer maior influência sobre a regeneração das condenadas cumprindo dois papéis simultaneamente: aquele responsável por dar nova forma, moral e religiosa, às condenadas; e servir como a própria medida daquilo que ora se moldava.

Cerca de um ano após a instauração do “Presídio de Mulheres”, em São Paulo, e da Penitenciária Feminina da Capital, no Rio de Janeiro – ambas sob a administração da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom

⁹⁷ FÁVERO, op. cit, 1942.

Pastor de Angers –, Lemos Brito explica porque recomendou⁹⁸ a contratação dos serviços da congregação:

Eis porque eu recomendo, e sugeri ao ministro Francisco Campos a entrega do novo estabelecimento de Bangu à orientação e direção interna das irmãs do Bom Pastor, porque elas, com a sua imensa experiência, sabem melhor do que os homens e do que as mulheres laicas como descobrir e encaminhar estas tendências, aprimorar ou substituir por outras mais aconselháveis as profissões anteriores, sem mudanças que seriam perigosas no seu objetivo de nivelamento das sentenciadas.⁹⁹

A longa experiência da Congregação foi sua carta de referência junto aos penitenciários do período. A Congregação já era responsável pela administração de estabelecimentos penitenciários e reformatórios para mulheres infratoras e meninas órfãs desde o século XIX em países da América do Sul como Argentina, Chile e Uruguai desde, pelo menos, a década de 1880¹⁰⁰.

Entre os anos de 1942 e 1946, o trabalho das freiras no interior do presídio era orientado pela Congregação, contudo a admissão das mesmas foi individual. O acordo formal entre as instituições – entre a Secretaria de Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo e a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers – firmado em contrato e publicado no Diário Oficial do Estado só se realizou em meados de 1946:

Aos doze (12) dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e seis, na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior,

⁹⁸ Mais adiante veremos como, pelo intermédio de Cândido Mendes, a referida Congregação tornou-se uma opção à administração de instituições prisionais para mulheres no Brasil.

⁹⁹ BRITO, op. cit., 1943.

¹⁰⁰ CAIMARI, Lila M. *Whose Criminal Are These*. Church, State, and Patronatos and the Rehabilitation of Female Convicts (Buenos Aires, 1890-1940). *The Americas*, 54:2. October 1997, 185-208.

perante o exmo. sr. dr. Edgard Baptista Ferreira, Secretário do Governo, designado para responder pelo expediente desta Secretaria, e os srs. dr. Fabio Egydio de Oliveira Carvalho, Diretor Geral da mesma Secretaria e dr. Antonio de Queiroz Filho, Diretor Geral do Departamento de Presídios do Estado, compareceu a Irmã Maria Matilde do Santíssimo Sacramento Batista de Oliveira, representando a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, a fim de assinarem o presente contrato pelo qual, em conformidade com as cláusulas adiante especificadas, assume a obrigação de dirigir o Presídio de Mulheres, dependência do Departamento de Presídios do Estado, situado em terrenos da Penitenciária do Estado à Avenida Carandiru, nesta Capital.¹⁰¹

O contrato foi dividido em duas partes: na primeira parte constam as atividades a serem exercidas pela Congregação no trato direto com as presas, bem como suas obrigações para com o Departamento de Presídios do Estado; na segunda parte do contrato constam as obrigações do Departamento para com a Congregação e com o próprio presídio.

Dentre as obrigações das freiras estabelecidas pelo contrato estão:

2) – Para o fim constante da cláusula anterior, a Congregação manterá no Presídio de Mulheres nove (9) Irmãs, no mínimo, para desempenho das tarefas de administração, vigilância das reclusas e execução do regime presidiário, bem como das demais atribuições relacionadas com a ordem, disciplina e finalidade daquele instituto penal¹⁰²

¹⁰¹ Publicado no DOESP em 10 de julho de 1946.

¹⁰² Termo de contrato que assinam a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, pelo Departamento de Presídios do Estado, e a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers com o fim de estabelecer as condições segundo as quais esta Congregação de Religiosas toma a seu cargo o Presídio de Mulheres, em 10 de julho de 1946.

A instituição penitenciária que há pouco fora criada a partir de toda uma mobilização de recursos – legais, humanos, financeiros, materiais – estatais, com vistas a atender uma certa demanda de interesses foi efetivamente entregue à administração das freiras católicas. O estabelecimento da ordem e da disciplina no interior do presídio já não era mais da alçada do Estado, que abriu mão, inclusive, de definir em contrato que tipo de ordem e disciplina deveriam ser mantidas no interior da instituição.

E, até aqui, não há indícios de que tal prática não seja interessante do ponto de vista político. Os agentes públicos vinculados às diferentes instâncias que compunham o Estado – legislativo, executivo e judiciário – se mostraram bastante satisfeitos com o currículo da Congregação e receptivos à sua participação nesse braço mais executivo do judiciário (a administração prisional).

Além disso, outras atividades eram esperadas da Congregação:

3) [...] d) – Trabalhar pelo progresso moral e *instrução doméstica* das sentenciadas entregues aos seus cuidados;

[...] g) – Encarregar-se da administração interna, ordem, asseio e economia do Presídio e dar a cada uma das reclusas trabalho adequado, tendo em vista as conveniências de idade, aptidão, educação e saúde das mesmas;

[...] i) – Organizar e manter em dia os assentamentos do Presídio, *comunicando à Diretoria Geral todas as ocorrências verificadas no Reformatório*;¹⁰³

A instituição penitenciária pela qual as freiras eram responsáveis, tinha entre suas atribuições a instrução doméstica. Ora, qual a relação de um presídio com a “instrução doméstica”? A proposta de reeducação social aqui presente é, de longe, distinta da proposta aplicada nas instituições prisionais masculinas, mas nem por isso desvinculada do projeto de modernidade

¹⁰³ Idem, grifos meus.

nacional. A institucionalização da punição se fez justamente em meio a esse processo de modernização não só do aparelhamento de Estado com também das relações sociais. Nesse processo os papéis dos cidadãos passaram por uma redefinição e a atuação religiosa e a punição sobre mulheres infratoras não ficaram de fora, ocuparam lugares bem definidos.

Na segunda parte do contrato, as obrigações da Secretaria de Justiça, começavam com:

4) – A Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, por sua vez, através do Departamento de Presídios do Estado, se obriga a:

a) – Fornecer às religiosas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, prédio para residência das mesmas e adequado ao Reformatório;

[...] d) – Confiar, permanentemente, as chaves do Presídio de Mulheres a irmã Superiora;

[...] h) – Manter o serviço de vigilância externa do presídio;¹⁰⁴

Nesse trecho do contrato fica patente que a ação do Departamento de Presídios praticamente não adentra o “Presídio de Mulheres”, garantindo a vigilância externa, confiando as chaves à irmã superiora e recebendo os comunicados das ocorrências internas. O nome da instituição fazia jus às suas características até mesmo no campo semântico, o “Presídio de Mulheres” é destinado ao encarceramento de mulheres infratoras e todo o funcionamento e tratamento penal administrado às presas é definido por outras mulheres.

Nesse sentido o Departamento de Presídios agia mais com um mantenedor e regulador básico de uma instituição cuja existência era de seu interesse, mas seu funcionamento poderia ser relegado à terceiros sem qualquer prejuízo à esses interesses.

¹⁰⁴ Ibidem.

Longe das más influências: a localização do Presídio

O decreto que dispôs sobre a criação do “Presídio de Mulheres” foi o nº 12.116 de onze de agosto de 1941. Em seu artigo primeiro, definia-se que “É criada junto à Penitenciária do Estado e sujeita às leis e regulamentos em vigor, no que lhe for aplicável, uma Seção destinada ao “Presídio de Mulheres”, subordinada à administração daquele estabelecimento”. Em vinte e três de julho de 1942, o presídio foi efetivamente inaugurado nos terrenos da Penitenciária do Estado.

Entretanto, a decisão quanto à localização do presídio não foi unânime. Anos antes da inauguração, o então presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, Cândido Mota tinha fortes restrições que a instalação do presídio naquele local se concretizasse.

Precisamos, entretanto, agir com a tradicional energia; e, se tantas autoridades estrangeiras aqui vindas têm ficado maravilhadas com a nossa Penitenciária, imagine-se como ficarão quando essa obra tiver o seu complemento numa penitenciária exclusivamente para mulheres, construída ou adaptada em bairro diverso!¹⁰⁵

Ao longo dos anos que antecederam o estabelecimento do “Presídio de Mulheres”, Mota fez várias investidas contra o local escolhido para a instalação do presídio. Além de publicar artigo, apresentou proposta alternativa e, inclusive, solicitou apoio do presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Lemos Brito¹⁰⁶.

Para Mota, a separação entre homens e mulheres no interior do complexo prisional deveria ser o mais completo possível. Não bastava que

¹⁰⁵ MOTA, op. cit., 1940.

¹⁰⁶ Logo a seguir.

estivessem segregados no interior de um mesmo estabelecimento por meio da criação de alas ou seções, a segregação tinha que ser garantida por meio de uma ampla distância geográfica entre as instituições, de modo que fossem localizadas bem longe umas das outras.

Mas, perguntar-me-ão, em bairro diverso porque? Porque não aproveitar para isso uma parte do grande terreno que circunda o atual presídio do Carandiru, e que já é do domínio do Estado? [...] Pela simples razão, direi, de que isso importará a criação duma penalidade não prevista em lei alguma, e que, mais do que draconiana, será a renovação do suplício de Tântalo...

A penalidade e o suplício aos quais Cândido Mota se referiu apareceram logo na sequência de seu texto quando fez menção a Charles Lucas, citando uma passagem de sua obra *Theorie de l'enprisonnement*:

A observação e a experiência nos provaram que só a idéia de um apartamento para os prisioneiros de outro sexo estar junto da sua residência, e quase sob o mesmo teto, agia sobre as imaginações e prejudicava a disciplina interna. É um estimulante a mais para o espírito irrequieto do preso.¹⁰⁷

A presença feminina imediata era dispensável para provocar transtornos na seção masculina de um presídio. Segundo a tese de Lucas, com a qual Mota concordava, bastava a mera idéia da presença feminina nos arredores da prisão para provocar nos prisioneiros os descontroles da indisciplina. Resumindo, é com a mente dos prisioneiros homens que ele estava preocupado. A integridade física das prisioneiras sequer foi citada.

Além das comunicações com o exterior, o prisioneiro pensa, sonha com as comunicações com o interior e com os meios

¹⁰⁷ MOTA, op. cit., 1940.

de conseguí-la. Não são somente as comunicações sexuais, mas as visuais, as verbais ou as epistolares, o que a disciplina deve prevenir; pois não se poderão imaginar todos os expedientes, inventados pelo espírito dos presos, para burlar a vigilância, sobretudo nas comunicações epistolares, tão difíceis de impedir. Enfim, quando mesmo se conseguisse impedir todas as relações internas, a coincidência das épocas da liberação provocaria sempre a saída, entre os presos dos dois sexos, um comércio de libertinagem, resultado inevitável do sistema de alojamentos separados.¹⁰⁸

Ele explica que sua preocupação é com os problemas que as mulheres presas poderiam causar aos presos do sexo masculino. O que estava sob a ameaça da presença feminina era a disciplina e a tranqüilidade dos homens presos.

Este ser causador de transtornos deveria estar, assim, bem longe dos homens disciplinados. Longe, inclusive de suas idéias. As mulheres são entendidas como, praticamente, o próprio transtorno, uma vez que sua presença se fazia dispensável para causar inquietações, bastando a mera idéia de sua proximidade para estimular “expedientes, inventados pelo espírito dos presos, para burlar a vigilância”

Empenhado em sua investida de manter os presos do sexo masculino longe das presas do sexo feminino, Mota alegava que

Não faltam para isso lugares nas redondezas da nossa Capital; e, com o dinheiro que, dizem, pretende o Governo gastar num novo pavilhão junto à atual Penitenciária, poderá, com vantagem, reformar uma velha chácara dos arredores, ou então, após as adaptações necessárias e que pouco custarão – enviar essas pobres flores emurchecidas, tristemente dispersas pelas cadeias de nosso vasto território, não para um novo “Saint-Lazare” – a horrível chaga social, no dizer de Maxime Du Camp -, mas para o

¹⁰⁸ Idem.

nosso “Paraíso”, todo reformado, para ver se ali se revigoram aos doces encantos dos seus vastos jardins.¹⁰⁹

Mota sabia que não faltavam condições – como terrenos e dinheiro¹¹⁰ - para a instalação da instituição. Suas investidas não ficaram sem resposta. Marrey Junior ao propor emendas ao projeto do presídio, mais uma vez lembrava as palavras de Cândido Mota e concordava que mais conveniente seria a instalação de um estabelecimento específico para mulheres fora dos terrenos da penitenciária masculina.

É de louvar-se, pois, qualquer iniciativa tendente a dar melhor agasalho à infeliz condenada – de forma a poder ser preparada para realização do fim primacial da prisão, isto é, para melhor vida em consequência de sua presuntiva regeneração. Pondo-se de lado algum exagero na informação de que as recolhidas às cadeias andem em promiscuidade com os demais sentenciados – é apenas de lamentar-se que a Secção, de que se cogita, tenha caráter precário, haja de ser instalada nos terrenos da Penitenciária para homens, e que o Estado não possa ainda cuidar de obviar tal inconveniente, criando estabelecimento próprio, como o lembrou o professor Cândido Mota, presidente do Conselho Penitenciário, em artigo subordinado ao título – *E as mulheres?* com que se exibiu à publicidade a Revista Penal e Penitenciária, sob a direção do Serviço de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado – estabelecimento afastado da Penitenciária, situado em algum lugar das redondezas de São Paulo.¹¹¹

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Desde, pelo menos, 1935 alguns deputados como Campus Vergal encaminhavam e defendiam junto à câmara dos deputados projetos com orçamentos de criação de instituições prisionais para mulheres. Esses projetos não chegaram a ser aprovados, mas a discussão já acontecia no legislativo desde essa época.

¹¹¹ MARREY JR, op. cit, 1941.

Também, Basileu Garcia ao comentar a aprovação do decreto lembrava das investidas Mota pela instauração de um estabelecimento exclusivo para mulheres:

No primeiro número da “Revista Penal e Penitenciária”, editada pela nossa Penitenciária, o prof. Cândido Mota, o ilustre mestre de Direito Penal, publicou um artigo que fazia sentir a necessidade a que ora se vai atender com a presente iniciativa. Esse artigo tinha o sugestivo título de: “E as mulheres?” e nele já indicava a necessidade um presídio exclusivamente feminino.¹¹²

Mesmo com todo o esforço investido na campanha de instalação de um presídio para mulheres geograficamente distante do presídio para homens, o “Presídio Feminino” foi aberto nos terrenos da Penitenciaria do Estado, de acordo com o parágrafo único do artigo primeiro do decreto-lei 12.116:

Parágrafo único – Na Seção de que trata este artigo – instalada em imóvel situado nos terrenos da Penitenciária especialmente adaptado – somente serão recolhidas mulheres definitivamente condenadas.¹¹³

Dois anos após o falecimento de Cândido Mota e um ano após a inauguração do “Presídio de Mulheres” tornou-se pública uma de suas solicitações de auxílio externo. Em 1943, durante conferência realizada em São Paulo, Lemos Brito, ora presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, ao tratar a respeito do que costumou chamar “a questão sexual nas prisões” revelou que

¹¹² GARCIA, op. cit., 1941.

¹¹³ Decreto-Lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941.

... o vosso saudoso e venerando companheiro e nosso mestre professor Cândido Mota, que a propósito me escrevia, em 20 de agosto de 1941, uma bela carta, solicitando o meu apoio no sentido de impedir que se levasse adiante a idéia de aproveitar-se o antigo palacete residencial dos diretores da Penitenciária do Carandiru para nele instalar as mulheres condenadas, submetendo-as, pela primeira vez, a um regime racional educativo. Seria natural que eu lhe oferecesse minha solidariedade. Mas de há muito tomei por norma, neste assunto, não estorvar as soluções boas ou mesmo regulares por pretender as ótimas ou perfeitas, de vez que a experiência me ensinou a considerar o perigo que para a reforma penitenciária no Brasil sempre representaram os adiamentos. [...] Daí haver transigido por mais de uma vez com idéias minhas, pessoais, afim de não ensanchar a possibilidade de novas procrastinações da solução que todos vimos pleiteando desde os bancos acadêmicos, **sem encontrar eco na administração, preocupada com outros assuntos e temente de empregar somas vultosas em instalações para homicidas e ladrões, como é comum dizer-se.**¹¹⁴

Entre os envolvidos no debate parece não ter havido discordâncias frente a tese de que uma penitenciária para mulheres deveria ser implementada em estabelecimento específico e em local distante das penitenciárias para homens. Entretanto, Lemos Brito toca num ponto em que seus interlocutores tocaram algumas vezes que era o desinteresse administrativo na liberação de recursos para tais fins. Um dos argumentos mais repetidos na falas daqueles que comentaram a criação do presídio foi justamente o baixo custo da empreitada.

Cirilo Junior, em seu primeiro parecer sobre o projeto, durante a exposição de motivos, já dizia que

¹¹⁴ BRITO, op. cit., 1943.

A criação ora proposta, imposta pelo novo Código Penal, acarreta apenas uma despesa mensal de 3:450\$000 (três contos, quatrocentos e cinquenta mil réis), compensada por transferências de verbas para o orçamento geral da Penitenciária, pois as sentenciadas nas cadeias do Interior, e que são transferidas para o novo presídio, evidentemente são alimentadas e custeadas pelo Estado.¹¹⁵

Basileu Garcia argumentava no mesmo sentido: “Por outro lado, a vantagem da unidade de administração é duplamente apreciável. Em seu favor milita, antes de mais nada, a razão econômica”.¹¹⁶

Da combinação dos fatores políticos com os econômicos – não pela falta de recursos, mas pelo receio “de empregar somas vultosas em instalações para homicidas e ladrões, como é comum dizer-se” – Lemos Brito concluiu que

Admitamos que tal solução, pela vizinhança da Penitenciária do estabelecimento feminino não seja recomendável. Mas é preciso convir que a permanência das mulheres nas cadeias públicas, de mistura com os mesmo homens e até com alienados, constitui um crime. E entre o erro e o crime não me parece que devamos vacilar. Se, pelo repúdio ao erro, ainda há quem prefira o crime daquela promiscuidade, eu, mau grado meu ponto de vista já expresso em vários escritos, ficarei com o erro da convizinhança...¹¹⁷

Lemos Brito concordava que a separação integral seria o mais adequado. Mas alegava que diante da momentânea impossibilidade da construção de uma instituição “ideal” – em suas palavras – fica com aquilo

¹¹⁵ DAESP: Parecer nº 830, 02 de julho de 1941.

¹¹⁶ GARCIA, op. cit., 1941.

¹¹⁷ BRITO, op. cit., 1943.

que é possível no momento. Recorre, inclusive, novamente à Concepción Arenal:

“Eis aí está. É a separação material que se impõe, não importando ao legislador a exigência de estabelecimentos que distem quilômetros um do outro, ou, como pretendeu Arenal, que nem sequer se levantem na mesma localidade. Tanto temia ela a influência perniciosa e revolucionária do *odor di femina* nos presídios de homens. Esse odor pecaminoso poderia ser transmitido pelo vento...”¹¹⁸

Lemos Brito recorreu ainda ao Código Penal de 1940, que não exigia a ampla distância geográfica, somente a separação física. Mesmo que não estivessem sujeitas ao regime estabelecido pela pena, elas estavam longe dos homens e isso era o que importava.

Ô lá em casa: arquitetura prisional

A privação da liberdade é o instrumento punitivo mais amplamente difundido e aplicado pelas sociedades ocidentais sobre indivíduos condenados por crimes ou contravenções. Contudo, a prática de tal privação, realizada por meio do encarceramento, data de poucos séculos.

¹¹⁸ BRITO, op. cit., 1943.

Figura 1: confinamento misto antes do regime penitenciário¹¹⁹.

As prisões existentes tinham como função manter recolhidos aqueles – homens ou mulheres, separados ou na mesma cela – que aguardavam o julgamento ou a execução de suas penas, e as penas impostas não costumavam ser a permanência por longos períodos na própria cadeia.

¹¹⁹ Fonte: UNITED STATES BUREAU OF PRISONS – **Handbook of Correctional Institution Design and Construction**. 1949.

Durante a era Moderna, por exemplo, as punições corporais eram as penas mais recorrentes. As mutilações, as torturas, os suplícios e as execuções (enforcamentos e esquartejamentos públicos) estavam entre os principais num amplo rol de castigos físicos.

Figura 2: Castigos físicos públicos¹²⁰.

¹²⁰ Fonte: Handbook of Correctional Institution, op. cit., 1949

Uma outra punição bastante comum era o degredo, praticado, principalmente, por países europeus. Era bastante freqüente o desterro de pessoas condenadas para as áreas de colonização européia em além mar. Brasil, Estados Unidos e, principalmente, Austrália foram colônias que receberam grandes contingentes de condenados que supriam parte das demandas por mão-de-obra¹²¹.

Ao longo do século XVIII surgem algumas propostas européias de reformas judiciárias. Essas propostas envolviam os crimes, as penas e um projeto arquitetônico. O italiano Césare Beccaria, em seu livro *“Dos delitos e das penas”*, publicado em 1764, fazia forte oposição aos códigos criminais cujas penas eram os castigos corporais. Outro reformador famoso foi o inglês John Howard que teve sua obra *“O Estado das Prisões na Inglaterra e País de Gales”* publicada em 1776. Influenciado pela obra de Beccaria e por sua própria experiência das condições das cadeias, se lançou em defesa de uma reforma da legislação criminal inglesa. Howard chegou a conseguir do parlamento inglês a aprovação de um ato para o estabelecimento de “casas penitenciárias” baseadas num regime de confinamento celular e de trabalho prisional.

- Panóptico

O também inglês Jeremy Bentham ganhou repercussão com sua obra *“Theory of Penaltys and Recompenses”*, publicado já no século XIX, no ano de 1819. Trabalhou em um plano para prisão circular com celas externas que se tornou famoso na história sob o nome de Panóptico, ou “casa de inspeção”, por causa da facilidade com a qual toda a instituição poderia ser totalmente observada a partir de uma posição central em seu interior. Bentham derivou a idéia do projeto de uma fábrica desenhada para facilitar a supervisão. O projeto arquitetônico foi desenhado originalmente em 1791.

¹²¹ UNITED STATES BUREAU OF PRISONS – **Handbook of Correctional Institution Design and Construction**. 1949.

Figura 3: Planta do Panóptico¹²².

¹²² Fonte: Handbook of Correctional Institution, op. cit, 1949.

As instituições no modelo Panóptico não chegaram a ser amplamente construídas na Inglaterra, embora a prisão de Millbank, cuja construção foi inaugurada em 1812, tinha um desenho em que todas as celas poderiam ser vistas de uma posição central no interior da instituição. Poucas prisões panópticas, com algumas modificações do projeto original de Bentham, foram erigidas na Europa no início do século XIX. A única prisão circular construída nos EUA foi a primeira Penitenciária do Oeste da Pensilvânia, inaugurada em 1826. Ela tinha uma arquitetura bastante fiel à Panoptica, mas as paredes das celas eram tão espessas e as próprias celas tão escuras que inviabilizavam o projeto de Bentham de facilitar a inspeção a partir de um ponto central.¹²³

¹²³ Idem.

Figura 4: Vista interna de uma prisão Panóptica¹²⁴.

Os desdobramentos da arquitetura prisional no final do século XVIII e início do século XIX não foram aleatórios. A elaboração dos projetos era toda formulada de acordo com o regime prisional a ser executado naquele estabelecimento. Absolutamente tudo – do tamanho das celas, das espessuras das paredes, das funções das estruturas, da iluminação natural ou artificial, da circulação, do lazer – era projetado para a execução da pena e devido funcionamento do regime a ser estabelecido. Portanto, espaço também ele próprio era um instrumento de punição e disciplina.

¹²⁴ Idem.

- Filadélfia

A idéia básica que norteou a concepção da penitenciária da Filadélfia, na Pensilvânia, foi a do confinamento isolado de todos os presos. As celas eram amplas e altas, sendo 11 pés 9 polegadas de comprimento, 7 pés e 6 polegadas de largura e 16 metros de altura. Essas celas nunca abrigavam mais do que um preso e o motivo de sua extensão era permitir que os detentos tivessem espaço suficiente para se trabalhar. O trabalho era realizado dentro das próprias celas sob silêncio diurno e noturno.

A idéia que orientava todo o sistema era o do completo isolamento do preso, evitando assim o contato com os demais presos. Acreditava-se que a associação entre os presos fosse corruptiva. O sistema ficou conhecido como “sistema solitário”. Não havia a possibilidade de mudança do regime ao longo do tempo de cumprimento da pena.

A penitenciária da Filadélfia, no Estado da Pensilvânia, foi inaugurada em 1829. Possuía 250 celas, uma para cada preso.

Figura 5: Planta de uma prisão modelo Filadélfia¹²⁵.

¹²⁵ Idem.

- Auburn

A penitenciária de Auburn, no Estado de Nova York, foi construída em 1816 e passou por constantes reformas nos anos seguintes. A princípio as celas eram duplas, abrigando simultaneamente dois presos. Anos depois as celas passaram a ser individuais.

No sistema auburniano o isolamento era noturno e durante o dia o trabalho poderia ser coletivo e realizado em silêncio. Em Auburn a chamada regra do silêncio exigia que todos os prisioneiros evitassem qualquer conversa com os demais presos, tanto durante o trabalho, quanto durante as refeições, ou em qualquer outra ocasião. Auburn costumava ser chamado de "o sistema silencioso" (the silent system), para distingui-lo do "sistema solitário" (the solitary system) da Filadélfia.

O sistema auburniano alcançou maior difusão nos Estados Unidos do que o filadélfio. Isso foi devido, em parte, ao fato de que o trabalho coletivo permitia a instalação de indústria dentro das penitenciárias, o que o tornou mais produtivo e rentável do que o trabalho realizado em células individuais, oferecendo assim uma perspectiva econômica mais favorável do que o plano de Filadélfia. Outro argumento utilizado para o sistema de Auburn que este tipo de prisão (em blocos retangulares) era menos onerosa para a construção do que o projeto Filadélfia (de asas radiais).

Figura 6: Planta de uma prisão modelo Auburn¹²⁶.

¹²⁶ Idem.

“Presídio de Mulheres”

A arquitetura foi um dos elementos fundamentais para as reformas prisionais. Os projetos penais e correcionais eram responsáveis por organizar e delimitar o espaço de modo que este operacionalizasse a punição ao mesmo tempo em que disciplinava o comportamento. O artefato material da prisão correspondia, desse modo, ao produto e ao vetor da punição e da educação carcerária.

No Brasil, desde, pelo menos, o século XVIII as Casas de Câmara e Cadeia eram projetadas para cumprir simultaneamente duas funções. Uma delas era abrigar as atividades legislativas e a outra era de funcionar como prisão.¹²⁷

Nos terrenos da moderna prisão modelo que era o Carandiru¹²⁸, foi inaugurado o “Presídio de Mulheres”. Porém, o projeto arquitetônico original daquela instituição correspondia a uma casa.

¹²⁷ Falar um pouco mais e citar...

¹²⁸ Explicar... cancelli

Figura 7: Planta do projeto original da Penitenciária do Estado – SP¹²⁹.

¹²⁹ Acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Figura 8: Planta do “Presídio de Mulheres”¹³⁰.

¹³⁰ PADOVANI, Natália Corazza. “*Perpétuas espirais*”: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977- 2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado) – IFCH – Unicamp, 2010.

O lugar não estava em desacordo com as idéias pelas quais ele foi criado e com as quais ele interagiria. É importante frisar que o edifício do presídio não correspondia a um mero cenário onde o tratamento penitenciário era aplicado. No que diz respeito à arquitetura prisional ela própria é um instrumento de punição. Todo o planejamento desde a delimitação dos espaços, as medidas das celas, sua altura, largura e comprimento, espessura das paredes, entrada de iluminação, os materiais dos quais foram feitas, etc. tudo isso é projetado como parte da própria punição, é projetado para condicionar as formas de os apenados se relacionarem no interior do presídio. Esses espaços condicionam quando e como os encarcerados terão contato entre si e com o mundo, com as noções de dia e noite, sol e chuva, com seus visitantes, com os carcereiros e com a administração da instituição. A arquitetura prisional é mais do que o cenário onde a punição ou a regeneração acontece; o artefato material arquitetônico produz, influencia, reflete e interage nas relações prisionais punindo, educando, disciplinando, ressignificando relações e limitando movimentos. O tratamento penitenciário e as próprias penas não podem prescindir de sua dimensão material: a arquitetura do cárcere.

O local onde foi instalado o presídio era uma casa, até 1941 era a residência dos diretores da Penitenciária do Estado. O prédio fora projetado para servir de moradia e não como instrumento de punição. A esse respeito, Flaminio Fávero fez longas considerações em seu discurso de inauguração da instituição:

O presídio **satisfaz plenamente às exigências** técnico-científicas **dos fins a que se destina**, e atende às razoáveis restrições de despesas impostas pela situação. Ademais, começa a funcionar quando a vigência do novo Estatuto Penal recomenda revisão dos métodos de tratamento dos sentenciados.¹³¹

¹³¹ FÁVERO, op. cit., 1942. (Grifos nossos)

Mesmo não sendo um edifício projetado para exercer uma função penitenciária ele estaria em conformidade com sua função penitenciária. O fato de a arquitetura do edifício corresponder a uma casa parece se encaixar perfeitamente ao projeto de presídio que ora se inaugura.

Que o Presídio de Mulheres está à altura de seus objetivos impõe-se concluir. De fato Hartvig Missen, citado por Telma Reça, apresenta, em esquema, os seguintes pontos fundamentais a nortear o propósito de toda a pena restritiva da liberdade: 1.º) As idéias que orientarão o tratamento dos presos; 2.º) O local onde essas idéias terão de agir; 3.º) Os funcionários encarregados de aplicá-las.

No Direito Penal moderno, as idéias dominantes visam, por certo, a **reforma e a readaptação dos criminosos**. Revelados infensos ao meio em que se acham, pelo sintoma-delito, merecem afastados do seu *habitat*, enquanto não se restabeleçam, para, depois, voltarem, robustecidos, ao convívio social. A pena, pois, é remédio para os criminosos passíveis de cura.¹³²

No momento em que se realizava um trabalho de regeneração e readaptação social utilizou-se uma casa para tal fim. As mulheres deveriam ser readaptadas ao seu habitat e para isso foram enclausuradas numa casa. O que Fávero estava dizendo é que a casa era habitat das mulheres e que é para lá que elas devem ir [voltar] [re] adaptadas. O investimento público que ora se fazia estava voltado à definição e manutenção de certo grupo de mulheres em um devido lugar social. Para tal o Presídio objetivava certa ordem de regeneração.

A readaptação das mulheres delinquentes possui aspectos diversos da dos homens.

¹³² Idem.

Estes atuam em maior parte no meio coletivo, agindo e reagindo em grande cenário. A medicação moral que mais os beneficia é a que com maior presteza os pode aparelhar para essa realidade inegável. É então, isolamento celular estritamente necessário, em parcimônia rigorosa; depois, vida social abundante, nos estágios subseqüentes da pena. E tudo, ao influxo de largos sentimentos de humanidade, que revigora e enrijece propósitos.

As mulheres, mau grado o avanço contemporâneo dos seus costumes, ainda tem vida social diversa da dos homens. **Seu meio habitual é o lar.** Agem como donas de casa ou suas colaboradoras, quando empregadas. Nessas condições, **a reconstituição moral das mulheres, segregadas pelo crime, precisa ajeitá-las para a volta ao lar, do qual se hajam afastado, ou que nunca tiveram ou jamais conheceram,** - múltiplas podem ter sido as vicissitudes dolorosas de sua triste condição que o estudo da étio-patogenia do crime revela.

[...] O ambiente em que a personalidade das detentas vai ser refeita, é a antiga residência dos diretores da Penitenciária. Habitaram aqui duas respeitáveis famílias de nossa Sociedade, modelos de harmonia, equilíbrio e benemerências. Não vinca, pois, estas paredes, o estigma original de uma velha prisão, mas recendem elas ainda ao doce perfume da felicidade, que aqui foi vivida. É auspicioso estímulo, convireis, para o novo lar que ora surge.¹³³

¹³³ Ibidem. (Grifos nossos)

Figura 9: Vista do “Presídio de Mulheres”¹³⁴.

¹³⁴ *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. III – 1º sem, 1942.

Lavando a roupa suja: o trabalho prisional

No que diz respeito à execução das penas condenatórias, o trabalho prisional foi um dos principais instrumentos dentro do moderno projeto de recuperação dos apenados¹³⁵. O Código Penal brasileiro de 1940 tratou do assunto em dois parágrafos de seu artigo vigésimo nono:

§ 1.º. O sentenciado fica sujeito a trabalho, que deve ser remunerado, e a isolamento durante o repouso noturno.

§ 2.º. As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno.¹³⁶

No parágrafo segundo ficou então determinado que o trabalho realizado pelas mulheres presas devesse ser executado no interior do estabelecimento prisional. Tal determinação não foi esquecida durante a produção do “Presídio de Mulheres”.

Artigo 5.º - Os métodos educativos e de trabalho empregados na Seção serão os mesmos em vigor na Penitenciária, com as atenuações e modificações que forem **recomendáveis**. Serão de **preferência** estabelecidas oficinas de costura, lavanderia e engomagem de roupas, não somente destinadas a servir o estabelecimento como a particulares e a outras repartições oficiais.¹³⁷

Além do trabalho, outro ponto aparece no artigo: os métodos educativos. Ambos aplicados com “atenuações e modificações”. Mas, se os

¹³⁵ Breve revisão: Telma Reca, reforma penitenciária, iluministas.

¹³⁶ Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Art. 29º do Código Penal.

¹³⁷ Decreto-Lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941.

métodos são os mesmos em vigor na Penitenciária, por que modificações e atenuações seriam recomendáveis? Tais medidas estabelecem um regime diferenciado. E mais, o que determina o tipo de trabalho a ser realizado é uma mera “*preferência*”. O que significa que as habilidades específicas das presas ou suas atividades profissionais e experiências pregressas nada influiriam, nem seriam aproveitadas, na escolha e na atribuição do trabalho prisional no “Presídio de Mulheres”.

Marrey Júnior explicou sua escolha por tais determinações inscritas no artigo:

Ingenieros – em ‘Criminologia’ – ensina que nesses cárceres deve ser introduzido o critério aplicado nos reformatórios – de maneira a que o trabalho imposto às detidas não importe em exploração nem constitua simples passatempo. Às mulheres condenadas devem ser ministradas profissões úteis e bem remuneradas – afim de que, regressando à vida social, estejam aptas a manter-se honestamente.¹³⁸

Ele pretendia que o trabalho não fosse meramente exploratório, destacando o dever da remuneração; propôs as atividades visando o futuro, visando o momento de restituição da liberdade das presas de modo a manterem-se sem a necessidade de recorrer a atividades delituosas para tal. E dentre todas as atividades profissionais possíveis de serem exercidas ao longo dos anos de 1940, a *preferência* era que essas egressas lavassem, passassem e engomassem¹³⁹.

No longo discurso de Flamínio Fávero durante a cerimônia de inauguração do Presídio, essas determinações foram reforçadas e justificadas.

¹³⁸ MARREY JR, op. cit., 1941.

¹³⁹ Marrey foi o autor do artigo, dentro do decreto, aprovados pelo DAESP.

O trabalho a ser feito nesta casa de reforma é o mesmo que a vida doméstica exige, apenas em maior escala, porque também de grandes proporções é este lar.¹⁴⁰

Mais do que a elaboração de uma nova ideologia do trabalho, os esforços para punir e recuperar uma mulher agora se concentravam na manutenção de uma antiga concepção dos papéis sociais. A atividade dignificadora da mulher só poderia ocorrer por meio de sua manutenção dentro e de acordo com o espaço doméstico.

O trabalho, um dos principais elementos impostos para consecução da punição e da recuperação, estaria vinculado às propostas de por

as sentenciadas num ambiente em que o trabalho, **segundo moldes domésticos**, possa educar e reeducar a personalidade. As detentas se entregarão a atividades que **naturalmente irão desempenhar** em seus lares. Adquirido o conhecimento de sua responsabilidade na própria subsistência e na de quem viva aos seus cuidados, estarão capacitadas para agir por si mesmas quando em liberdade, condicional ou definitiva, e até nos estágios preliminares da pena, em verdadeiros encargos de colaboradoras ou até orientadoras de serviço. Esse ambiente de ação será um lar ampliado, uma família em grandes proporções.¹⁴¹

A concepção de que a recuperação do indivíduo infrator se daria por meio do trabalho foi repetida e reiterada constantemente na fala dos penitenciariistas. Contudo, quando o trabalhador a ser recuperado era uma trabalhadora, as atividades “profissionais” a serem desenvolvidas foram deliberadamente restritas e limitadas às atividades domésticas. Dentro da concepção em que o trabalho dignifica o homem, só o trabalho doméstico

¹⁴⁰ FÁVERO, op. cit., 1942.

¹⁴¹ Idem. (Grifos nossos)

dignificava a mulher. Se a atividade doméstica é compreendida como trabalho, e como trabalho realizado especificamente por mulheres, as mulheres passam a compor a classe trabalhadora no plano de modernização do Estado. E para que ela cumpra esse papel de trabalhadora doméstica é necessário que ela conheça e se mantenha dentro do lar. A mulher fora do lar e das atividades domésticas passa a ser uma ameaça ao próprio projeto de Estado moderno. Assim, pois, sua regeneração está imediatamente vinculada ao espaço de onde nunca deveria ter saído. E mais, a punição adequada por seu abandono do espaço doméstico é justamente seu retorno a ele.

A utilidade social do trabalho doméstico está na manutenção das mulheres no lar. A possibilidade de uma atividade industrial exercida pelas presas é deliberadamente rechaçada. A punição por meio do exercício da lavagem de roupa é o principal exemplo nesse caso

Vale recordar que na Penitenciária de mulheres de Bangu não instalamos lavanderia a vapor, atendendo a que as mulheres ao deixarem o estabelecimento, não encontrarão, por certo, lavanderia mecânica para seu uso, sendo desaconselhável, portanto, desabitua-las no velho processo de lavar e passar a ferro, profissão de que muitas mulheres honestas ganham hoje nas capitais os meios de subsistência.¹⁴²

Tentativa de garantir a manutenção das mulheres dentro dos lares, impedir que estejam na rua ou que tenham tempo para outras atividades. Impede o acesso a outras atividades, ao manuseio das máquinas.

Outra questão está relacionada a quem são essas mulheres, é a primeira referência às suas origens sociais. Que mulheres são essas que ao saírem da prisão prestarão serviços de lavagem e passagem de roupas? Lemos Brito responde:

¹⁴² BRITO, op. cit., 1943.

É de temer que as mulheres, em sua maioria pobres, pois a nossa criminalidade feminina em geral vai buscar nas classes inferiores os elementos de que se nutre, adquirindo hábitos e aprendendo uma profissão incompatível com a sua condição econômica e social, não mais tolere o meio humilde de onde saiu e a ele não queira mais submeter-se, gerando-se desse repúdio outros problemas igualmente sérios¹⁴³.

Marrey Jr já havia feito referência à necessidade de que o trabalho exercido pelas presas fosse útil, Lemos Brito corrobora essa posição:

Vida após a liberdade:

O que não se deve menosprezar é o próprio destino que a mulher terá quando recuperar a liberdade. Isto para mim é muito importante.¹⁴⁴

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Ibidem.

CAPÍTULO III

O encarceramento de mulheres no Brasil: reclamações de longa data

No Brasil, durante todo o século XIX, da mesma forma que em diversos países do mundo, as práticas estatais de encarceramento de mulheres consideradas infratoras ocorriam sob as mais variadas condições. Os tipos de abordagem a essas mulheres, bem como sua permanência e tratamento nas instituições prisionais – fossem elas cadeias ou casas de correção – não eram alvos de qualquer regulamentação legal.

Já em São Paulo existem registros desde, pelo menos, 1831, a respeito da presença de mulheres em cárceres públicos.¹⁴⁵ Esses registros relatam não somente a presença de mulheres nos cárceres, mas tratam essa presença como um problema público que, como tal, deveria ser solucionado.

Ainda no século XIX, em 1873, o diretor da Casa de Correção de São Paulo, Manoel Dias de Toledo, em um de seus relatórios encaminhado ao Presidente da Província, apontava para um dos problemas que iria se tornar crônico e alvo de constantes críticas em relação àquele estabelecimento: as mulheres encarceradas.

¹⁴⁵ Em 1825, foi criada uma comissão tríplice composta por um membro da Igreja, um civil e um militar, responsável por vistoriar a Cadeia Pública da Cidade de São Paulo. As visitas de vistoria resultavam em relatórios ao presidente de Província. A respeito de um desses relatórios a respeito do ano de 1831 Salla comentou que: “fazia duas sugestões específicas em relação às mulheres presas: a primeira dizia respeito à ampliação do espaço a elas destinado, de uma para duas salas, para que então se pudesse separar as condenadas das não-condenadas. Em segundo lugar, dever-se-ia prover o necessário alimento e vestuário para que elas não se prostituíssem. Com tal providência, além da instalação de uma segunda grade, a conservação da moralidade poderia ser alcançada com a guarda das mulheres sendo confiada a ‘pessoas probas e bem morigeradas’.”

à este inconveniente já por si tão contrario a decência, acresce um outro de não menos importância – o de serem elas confiadas a vigilância de guardas que, já por seu sexo, já por nem sempre oferecerem garantias de honestidade, trazem a administração em continuo sobressalto, e o que mais é, a impossibilitam de promover nesta parte a regeneração que tem em vista as instituições desta ordem.¹⁴⁶

Por um lado, a situação carcerária das mulheres infratoras, durante os primeiros anos do século XX no Brasil, não sofreu qualquer alteração. Tanto os procedimentos no ato das detenções quanto as práticas ligadas à manutenção de mulheres em instituições carcerárias públicas não foram alvo de regulamentações por parte do poder legislativo nesse período.

Por outro lado, são nos primeiros anos do século XX que jornalistas, juristas e penitenciaristas trouxeram a público seus relatos a respeito das práticas de encarceramento de mulheres infratoras. Esses relatos eram apresentados em tom de denúncia e eram uníssonos na cobrança por uma solução àquilo que consideravam um problema. As denúncias diziam respeito às condições de acomodação das detidas, que estariam presas em pequenas celas, úmidas e sujas, destinadas aos condenados do sexo masculino, em condições totalmente insalubres.

Por ocasião do Congresso Científico Latino Americano, reunido na Capital Federal, em 1907, o Desembargador Souza Pitanga contava que

... sem leito quase todos, alguns seminus, foi o espetáculo consternador que se me deparou em mais de uma visita que tive ocasião de fazer a esse valhacouto de miséria, triste monumento da nossa indiferença por esse importante ramo da administração judiciária; e, ao fundo, em um só compartimento desguarnecido de moveis e de quaisquer utensílios, a prisão das

¹⁴⁶ Relatório ao presidente de província, 1873 in: SALLA, Fernando

mulheres, porque é nesse lugar absolutamente impróprio, pela sua própria organização regulamentar que elas cumprem as penas que lhes são impostas.¹⁴⁷

Outro exemplo é o relato do escritor Paulo Barreto, conhecido pelo pseudônimo de João do Rio, chegou a descrever em 1908 o ambiente de convívio das detentas nas cadeias do Rio de Janeiro e destacou as condições físicas de seu encarceramento:

Há atualmente 58, divididas por três salas, uma das quais é a enfermaria. A falta de lugares, a promiscuidade é ignóbil nesses compartimentos transformados em cubículos. A maioria das detentas, mulatas e negras, fufias da ultima classe, são reincidentes, alcoólicas e desordeiras. Há caras vivas de mulatinhas com os olhos libidinosos de macacos. (...) Essas mulheres estão na Detenção por causas fúteis, causas que cometem diariamente até a cólera final dos inspetores tolerantes ou a vingança de algum soldadinho apaixonado¹⁴⁸.

Mais numerosos, do que os artigos em tom de denúncia, eram os relatórios queixosos produzidos pelas autoridades prisionais acerca da situação carcerária das mulheres detidas. Uma comissão, do Ministério da Justiça, responsável por vistoriar a Casa de Detenção do Distrito Federal, relatou que a prisão das mulheres compunha-se de poucos quartos pequenos e úmidos, localizados no quadro do estabelecimento destinado aos condenados do sexo masculino. Dentre as críticas feitas, deu-se destaque ao comportamento das detentas,

Consomem o tempo em tagarelices ou dormindo. (...)

¹⁴⁷ Citado em: BASTOS, José Tavares. *Unisexualidade do Regime Penitenciário*. Penitenciaria para Mulheres Criminosas. São Paulo, Duprat, 1915, p. 83.

¹⁴⁸ BARRETO, Paulo. *Alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: s.e, 1908, p. 255.

Constitui-se assim, um numeroso grupo de verdadeiras pensionistas que, longe de encarar a reclusão como um castigo ou penalidade, a consideram, pelo contrário um ponto de ociosidade e de repouso¹⁴⁹.

Nas décadas de 1910 e 1920, começavam a surgir as primeiras propostas de regulamentação das práticas de encarceramento das mulheres infratoras. Sob o título “*Unisexualidade do Regime Penitenciário. Penitenciária para Mulheres Criminosas*”, José Tavares Bastos acusava o Código Criminal do Império, de 1830, e o Código Penal, de 1890, de não tratarem devidamente a mulher infratora.

A proposta de Bastos consistia em

... ressaltar a necessidade urgente da modificação da lei penal na parte relativa a mulher e reclamar uma penitenciária no nosso país, só e exclusivamente para a detenção, durante a expurgação da pena pela mulher criminosa.¹⁵⁰

Bastos argumentava que: “O que pretendemos é que no direito penal sejam tratados com desigualdade seres desiguais”¹⁵¹ e uma vez desiguais os criminosos “Impõe-se, pois, como medida urgente a diferenciação do sexo para a imputação da pena”¹⁵². O que, por sua vez, teria impacto direto sobre o regime das penas, de modo que

... deve o direito penal encará-lo sob modo diverso do que considera o homem, dando-lhe penas diversas e exigindo a sua reclusão em um sistema penitenciário inteiramente diferente do adotado para o homem.¹⁵³

¹⁴⁹ SENA, Ernesto. *Através do Cárcere*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1908, p. 21.

¹⁵⁰ BASTOS, op. cit., 1915.

¹⁵¹ Idem, p. 29.

¹⁵² Ibidem, p. 27.

¹⁵³ Ibidem, p.44-45.

O então jurista e ex-promotor público encerra com um apelo ao legislativo pela alteração da legislação penal no que se refere às mulheres; com um apelo “às senhoras brasileiras, em especial para aquelas que se dedicam ao estudo e à imprensa”¹⁵⁴ por serem, segundo ele, possuidoras de sincera filantropia, capazes de empreender uma “humanitária cruzada” na criação de um estabelecimento modelo para mulheres criminosas; e, por fim, conclui que

... para tal conseguirmos, quanto à mulher criminosa, deve-se, e já, dela cuidar, dando-se-lhe penas especiais e encerrando-se-a em penitenciárias exclusivas a seu sexo.¹⁵⁵

Entre os anos de 1926 e 1927 foi feito, sob a coordenação de Cândido Mendes, então presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, um amplo levantamento a respeito da presença de mulheres encarceradas nas prisões da região sudeste do Brasil. Esse levantamento visava a obtenção de dados para que se desse início à realização de um cadastro penitenciário. Diversos dados estatísticos como nacionalidade, tipo de crime da condenação, tempo da pena e estado civil foram solicitados junto aos governos e secretarias da justiça dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Os dados coletados foram compilados e publicados na forma de folhetos avulsos a serem distribuídos nas instituições públicas e no Diário Oficial da União em 1928.

Alguns anos após a publicação do texto de Bastos, as primeiras propostas que surgiram do interior das instituições penais públicas estão desvinculadas de qualquer exigência de alteração do código penal vigente. O que foi posto em pauta foi a acomodação física das mulheres que cometeram crimes, passaram por processo e sofreram condenação de restrição de

¹⁵⁴Ibidem, p. 105.

¹⁵⁵Ibidem, p. 110.

liberdade. A primeira proposta era reunir todas as mulheres condenadas em uma única Penitenciária Agrícola para mulheres, a ser instalada no Distrito Federal, sob os auspícios de seus estados de origem:

Em trabalho especializado, já o Conselho Penitenciário estudou a situação das mulheres criminosas, comparando as condenadas no Distrito Federal e nos Estados, que lhe ficam mais próximos, isto é, Estado do Rio, S. Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, tendo chegado á apuração de existirem em 1927 apenas 39 mulheres condenadas por crime, todas elas recolhidas a simples cadeias esparsas, parecendo possível a reunião de todas em uma só Penitenciaria Agrícola para mulheres, com o concurso dos Governos desses Estados.¹⁵⁶

Um edifício no qual se pudesse estabelecer fisicamente uma instituição prisional para mulheres era, sem dúvida, a reivindicação mais recorrente. Uma outra proposta era a de resolver localmente a questão da acomodação das presas promovendo a extensão, através da construção de novas alas, das cadeias já existentes. Essa proposta de extensão não contemplava propostas de execução de regime penal. Tratava somente da criação de um espaço físico que abrigasse mulheres infratoras.

Assim, a reivindicação por uma solução física envolvia as mais recorrentes críticas às práticas de encarceramento de mulheres no Brasil ao longo de todo o século XIX e princípios do XX. Tais propostas de acomodação física eram apresentadas na tentativa de dar cabo àquilo que era considerado, unanimemente, como o maior problema do aprisionamento de mulheres: a existência de todo tipo de promiscuidade no interior das celas.

¹⁵⁶ Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, elaborado por Cândido Mendes de Almeida, sobre o ano de 1927, publicado no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 1928.

Souza Pitanga, por exemplo, reitera os relatos em tom de denúncia e engrossava o grupo dos que exigiam solução para a situação de promiscuidade existente no interior dos estabelecimentos prisionais:

No vão desse recinto quase oco, cerca de 70 mulheres de diversas raças e hábitos diversos, criminosas cínicas, vagabundas incorrigíveis e simples criaturas colhidas nas malhas de um crime passional, em ominosa promiscuidade, entregue ao ócio, sentadas quase todas no chão desse cárcere exaustivo e monótono, umas andrajosas e desguelhadas a darem gargalhadas estridulas; outras modestamente abotoadas em seus vestidos pobres, silenciosas e envergonhadas, de sua desgraça; algumas, muito poucas, a procurarem em ligeira costura um derivativo para o espírito atribulado.¹⁵⁷

A situação descrita por Pitanga era agravada pela inexistência de diretrizes legislativas que obrigassem ou, sequer, recomendassem qualquer separação. A promoção de uma segregação entre os presos no interior do cárcere fosse pelo sexo do preso, pela idade, pelo tipo de delito ou pela situação jurídica nunca foi uma prática óbvia, nem sempre fisicamente possível nem regulamentada. Isso nos indica que as regras de funcionamento dos presídios foram estabelecidas depois da criação desses, foram estabelecidas com as instituições já em funcionamento. Mais ainda, isso significa dizer que no ato do aprisionamento, a autoridade responsável pelo cárcere não tinha nenhuma obrigatoriedade legal de promover qualquer separação entre os presos – homens e/ou mulheres – no interior das celas. E caso o pretendesse, nem sempre (na maioria dos casos, diga-se) havia as condições materiais para isso. A inexistência de celas e a superlotação das celas existentes já faziam parte do cotidiano prisional brasileiro desde há muito tempo. Assim

¹⁵⁷Citado em: BASTOS, op. cit., p. 83-84.

As mulheres, processadas e condenadas por crime, jazem, na mais deletéria promiscuidade, em salas térreas nos fundos da Casa de Detenção, por não terem para onde ir, apesar dos, esforços do Patronato das Presas.¹⁵⁸

O Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Em seis de novembro de 1924 por determinação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi criado, sob o decreto-lei n.º 16.665, o Conselho Penitenciário. Cada estado da união deveria ter um conselho correspondente. Entre as atribuições dos Conselhos Penitenciários estavam:

1º. Verificar a conveniência da concessão do livramento condicional e de indulto, afim de serem promovidas as necessárias providências a requerimento do preso, representação do diretor do estabelecimento penal, ou por iniciativa própria do Conselho;

2º. Visitar, pelo menos uma vez por mês, os estabelecimentos penais da zona da sua jurisdição, verificando a boa execução do regime penitenciário legal e representando ao Governo respectivo, sempre que entender conveniente qualquer providência;

3º. Verificar a regularidade da execução das condições impostas aos liberados e condicionais e aos egressos localizados em colônias de trabalhadores livres ou em serviços externos, providenciando como for conveniente;

4º. Apresentar anualmente o relatório dos trabalhos efetuados.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, elaborado por Cândido Mendes de Almeida, sobre os anos anteriores, publicado em 04 de abril de 1934.

¹⁵⁹ Decreto nº 16.665 de 06 de novembro de 1924.

Tão logo passou a vigorar o decreto, o Conselho Penitenciário do Distrito Federal foi o primeiro a organizar seu corpo de conselheiros. O conselho foi presidido por Cândido Mendes de Almeida¹⁶⁰ desde sua inauguração, em 1924, até seu falecimento em 1939. Após o falecimento de Cândido Mendes, por meio de nomeação assinada por Getúlio Vargas, quem assumiu a presidência foi José Gabriel de Lemos Brito, permanecendo no cargo até 1957.

Os membros desse conselho foram todos nomeados em vinte e seis de novembro de 1924, sendo eles: Cândido Mendes de Almeida, Raul Leitão da Cunha, Melciades Mario de Sá Freire, José Gabriel de Lemos Brito e Juliano Moreira.

Antes de presidir o Conselho Penitenciário, Candido Mendes já presidia o Patronato Jurídico dos Condenados que foi criado em outubro de 1923. O patronato era composto por professores e estudantes do curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Mendes também prestava assistência jurídica ao Patronato das Presas, criado em 1921, sob os auspícios do então Ministro da Justiça, Joaquim Ferreira Chaves. A presidência desse patronato era exercido pela Condessa Candido Mendes de Almeida e sua composição era a seguinte: tesoureira Julieta de Carvalho Leão Teixeira, pela secretaria Maria Brazilina de Alencar Lima e pelo conselho composto das senhoras Julieta Miranda Pompeu, Maria Henriqueta de Alencar Lima, Sylvia Figueira de Mello, Stella de Faro, Regina San Juan Benevenuta James, Maria Villela dos Santos, Hygina de Souza Leão e Ida Leão Teixeira.¹⁶¹

Anos antes da instituição do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Candido Mendes participou de uma série de comissões responsáveis

¹⁶⁰ Ingressou no Ministério Público, no Rio de Janeiro então capital federal. Ao deixar esta função, decidiu-se à advocacia. Lecionou Prática Forense na Faculdade de Ciências Sociais do Rio de Janeiro e, mais tarde, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Junto com seu irmão, o senador Fernando Mendes de Almeida foi diretor do Jornal do Brasil.

¹⁶¹ Relatório do Patronato das Presas, sobre os anos de 1924 a 1926, ao Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

por visitar estabelecimentos prisionais no Brasil e no exterior. Em uma dessas visitas às instituições penais da América do Sul, Candido Mendes foi conhecer o *Carcel de Murejes*, em Buenos Aires, na Argentina, que era administrado pelas religiosas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, mais conhecidas a época pela designação de Irmãs do Bom Pastor. Sobre sua visita, Mendes relatou que:

O edifício em que está instalado em Buenos Aires, a rua S. Juan, é uma velha construção colonial, que foi um antigo Colégio de Jesuítas, mas apesar da falta de condições próprias para os eu destino atual, está de tal modo conservado pelas Irmãs do Bom Pastor que merecem estas o mais franco elogio. Parte do edifício está afeto ao recolhimento das meninas abandonadas, secção completamente separada do departamento das presas. Gerais são os encômios que a direção dessas religiosas têm recebido, quer no Uruguai, quer na Republica Argentina, quer no Chile. A minha observação pessoal e a dos cientistas que me acompanhavam na visita a prisão de mulheres de Buenos Aires, foi a melhor possível, e no dia da nossa inspeção encontrarmos cerca de trezentas reclusas em perfeita ordem e tranqüilidade, dirigidas e guardadas apenas por vinte e seis religiosas, que não tinham nenhuma outra pessoa para auxiliá-las de portas a dentro, fazendo todos os serviços, inclusive os de cozinha, lavanderia e higiene, com a colaboração apenas das reclusas.¹⁶²

Foram nessas visitas que Candido Mendes tomou conhecimento do funcionamento interno dos cárceres administrados pelas freiras dessa congregação. A presença de brasileiras entre as freiras que trabalhavam no cárcere argentino animou Mendes a vislumbrar um estabelecimento nesses moldes no Distrito Federal:

¹⁶² MENDES A., Cândido Mendes. *Justiça e as Prisões no Uruguay e na República Argentina*. Rio de Janeiro, 1919.

Devo deixar aqui registrado que na prisão de mulheres de Buenos Aires tive ocasião de encontrar, entre as beneméritas religiosas do Bom Pastor, duas brasileiras, as irmãs Maria Thereza Pedreira Duprat e Maria de São João Evangelista Coelho de Almeida, que ali ocuparam cargos de responsabilidade e que prestaram valiosas informações...¹⁶³

A partir de então, Cândido Mendes viabilizou e intermediou os contatos entre o Patronato das Presas, o Ministério da Justiça e a Congregação do Bom Pastor. Dois anos depois das referidas visitas, estiveram presentes na solenidade de inauguração do Patronato das Presas três freiras, representantes da Congregação, oferecendo assim os seus serviços:

A sua sessão de instalação na supra referida data de 22 de outubro de 1921, compareceram três ilustres patricias as Sras. Maria d'Utra Vaz, superiora do Asilo do Bom Pastor do Rio de Janeiro, Maria Horta Barbosa e Maria Fernandes Pinheiro, da mesma benemérita Congregação, que perante o ministro da Justiça Dr. Joaquim Ferreira Chaves, que presidiu a assembléia, ofereceram ao Patronato das Presas a sua direta colaboração, de modo que o Governo Federal poderia contar com dez senhoras carcereiras especialistas, com grande tirocínio nas prisões de mulheres, na Europa e na America do Sul, para, sem nenhum outro pessoal de portas a dentro, cuidar da guarda e da regeneração das mulheres criminosas, processadas e condenadas.¹⁶⁴

O Patronato das Presas e o próprio Candido Mendes advogaram publicamente a necessidade da instauração de um estabelecimento penitenciário específico para mulheres no Distrito Federal – até então

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Relatório do Patronato das Presas, sobre os anos de 1924 a 1926, ao Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

inexistente – e tentaram viabilizar que tal se desse nos moldes propostos pela Congregação e por ela administrado:

A principal preocupação do Patronato das Presas tem sido a criação de uma prisão especializada para mulheres criminosas a exemplo do *Carcel de Mujeres*, existente no Uruguai, República Argentina e outros países sul-americanos, que são estabelecimentos modelares dirigidos pelas Religiosas da Congregação do Bom Pastor, cuja sede metropolitana é em Angers, França. [...] Estes algarismos[*] são assaz eloqüentes para convencer de que não seria difícil concentrar as mulheres processadas e condenadas em um só estabelecimento sob a direção de senhoras especialistas como o são as da Congregação do Bom Pastor, o que só produziria resultados vantajosos para a regeneração das criminosas e contraventoras e principalmente para diminuir a reincidência e, portanto, para a efetiva Defesa Social.¹⁶⁵

Para a execução desse projeto o Patronato das Presas apoiou-se num dispositivo legal já existente desde janeiro de 1921 que já autorizava o estabelecimento de uma penitenciária agrícola para mulheres:

Art. 3º : É o Governo autorizado:

[...] VI – A construir, dentro dos limites do Distrito Federal uma penitenciaria agrícola para homens e outra separada para mulheres, onde se ministre aos sentenciados nelas recolhidos, ensino pratico de agricultura, sob um regime que se assemelhe quanto possível, ao trabalho livre.

Parágrafo 1º - A Penitenciaria agrícola para mulheres poderá ser entregue á direção de senhoras especialistas, e terá acomodações próprias para, em secção distinta, receber as pessoas do sexo feminino condenadas por crime ou contravenção,

* refere-se ao baixo número de mulheres que cumpriam pena nas prisões do estado do rio de janeiro.

¹⁶⁵ Idem.

processadas ou simplesmente detidas, ficando absolutamente proibida a internação de pessoas desse sexo na Casa de Detenção e na Colônia Correcional de Dois Rios.

Parágrafo 2º - Para esse fim, fica, outrossim, autorizado a abrir os créditos necessários, não só para a construção do estabelecimento, como para pagamento do pessoal administrativo do seu regular funcionamento.¹⁶⁶

O Patronato, por recomendações do Ministro da Justiça, passou, então, a concentrar esforços na busca por locais onde se pudesse construir a penitenciária e por garantir, junto ao legislativo, a aprovação dos recursos necessários para as obras. Enquanto isso, Cândido Mendes, com o apoio do senador Mendonça Martins, conseguiu que fosse aprovada a lei n.º 4.577 de cinco de setembro de 1922 que autorizava o executivo a realizar alterações, reformas e construções nos estabelecimentos penitenciários sem que fosse necessária a prévia autorização do legislativo.

Por conta das perturbações políticas ligadas às eleições presidenciais e com a mudança de governo¹⁶⁷, a verba e a autorização constante do orçamento público de 1921 não foram liberadas a tempo. O Patronato chegou a oficializar junto ao Governo Federal solicitações de manutenção da autorização a valer para o ano seguinte, mas os pedidos foram arquivados.

Em 1924, já como Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Cândido Mendes apresentou ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Affonso Penna Junior, a proposta encabeçada pelo Patronato das Presas de construção da Penitenciária Agrícola para mulheres no próprio Distrito Federal. Mendes argumentava que, diante do baixo número de mulheres presas em cumprimento de penas não só no Distrito Federal como

¹⁶⁶ Decreto-Lei de numeração parcialmente ilegível 4.212 ou 4.242.

¹⁶⁷ Série de conflitos, falsas eleições, saída de Epitácio Pessoa assumindo Artur Bernardes, mesmo assim as agitações continuavam.

também nos estados vizinhos – São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo – somado à inexistência de instituição especializada em quaisquer dos estados, seria conveniente fundar no Distrito Federal uma instituição de amplitude nacional, que recebesse as sentenciadas de outros estados mediante o apoio financeiro proporcional à quantidade de reclusas. Apoiando a iniciativa de Mendes, Affonso Penna recomendou que antes de qualquer coisa fossem ouvidos os governadores dos estados vizinhos

o que foi feito, a pedido do Patronato, pelo seu consultor jurídico o professor Candido Mendes, já então presidente do Conselho Penitenciário, que conferenciou oficialmente com os Srs. Drs. Carlos de Campos e Fernando de Mello Vianna, presidentes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e com o Dr. Geraldo Vianna, deputado pelo Estado do Espírito Santo, havendo todos três prometido apoio e colaboração.¹⁶⁸

Em vinte e sete de julho de 1927 foi publicado no Diário Oficial da União, a pedido de Candido Mendes¹⁶⁹, o primeiro relatório das atividades do Conselho Penitenciário do Distrito Federal encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Nesse relatório estavam presentes as transcrições de todos os pareceres emitidos pelos conselheiros a respeito dos pedidos e processo de livramento condicional, avaliações e relatos sobre as visitas feitas aos estabelecimentos prisionais do estado do Rio de Janeiro, bem

¹⁶⁸ Relatório do Patronato das Presas, sobre os anos de 1924 a 1926, ao CPDF.

¹⁶⁹ Todos os relatórios, do Conselho Penitenciário do Distrito Federal elaborados e assinados durante o período de presidência de Cândido Mendes de Almeida enviados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foram encaminhados com uma solicitação de publicação dos mesmos no Diário Oficial da União. Entre os anos de 1924 e 1939, todos os relatórios emitidos pelo Conselho foram integralmente publicados no Diário Oficial da União: “Solicito se digne V. Ex. mandar publicar no *Diário Oficial* o relatório ora apresentado com os seus anexos, providenciando para que seja aproveitada a composição e paginada, em folheto para poder ser distribuído pelos Conselhos e pelos interessados, como elemento de estudo dos importantes interesses da defesa social no Brasil e ainda como base da justificação de reformas penais de indiscutível urgência”.

como uma série de tabelas e dados estatísticos sobre os movimentos de entrada, saída e permanência de presos nesses estabelecimentos.

Todo o relato de Cândido Mendes foi redigido em tom de denúncia e indignação. Ao relatar sua visita à Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, descrevia a instituição como

A esse pseudo estabelecimento penal faltam todos os elementos para ser colônia agrícola, e para instituto correcional. É uma antiga fazenda em terreno muito acidentado, cheio de pedras, de difícil desbravação, não se prestando para nenhuma exploração agrícola. Os edifícios, mal construídos e sem orientação técnica, contêm apenas compartimentos semelhantes aos que servem de xadrez nas delegacias de polícia, nos quais vivem em comum os presos.¹⁷⁰

A situação do encarceramento de mulheres no estado não era descrita de maneira muito diferente das instituições destinadas aos presos do sexo masculino. Nesse caso, Mendes denunciava que

Para as mulheres sentenciadas não há nenhuma instalação condigna, pelo que todas as mulheres quer processadas, quer as definitivamente condenadas, quer as simplesmente detidas sem processo, ficam em completa promiscuidade entre elas em uma dependência da Casa de Detenção, composta de quatro salas de um pavilhão térreo, uma das quais destinada à enfermaria. [...] Penitenciária para mulheres criminosas não existe. Todas as mulheres condenadas por crimes ficam na Casa de Detenção até o fim do tempo das suas sentenças. [...] As mulheres condenadas são superintendidas por um homem, e dormem também reunidas em edifício separado, mas da mesma natureza dos outros. Só se ocupam em lavar roupa, tendo de atravessar os lugares em que

¹⁷⁰ Relatório do CPDF, 1927, p. 11.

andam os presos homens com grande prejuízo para a ordem e a moralidade do presídio.¹⁷¹

Nesse relatório consta também uma série de levantamentos feitos a respeito da movimentação, correspondente aos anos de 1925 e 1926, de entrada, saída e permanência de mulheres tanto na Casa de Detenção quanto na Colônia Correccional. De posse desses dados Mendes dizia que

Diminuto é relativamente o número de mulheres condenadas por crime no Distrito Federal. Assim, havia em dezembro de 1925 tão somente sete mulheres definitivamente condenadas por crime, isto é, com as suas sentenças passadas em julgado, sendo duas por furto, duas por homicídio, uma por tentativa de morte, uma por moeda falsa e uma pelo crime de roubo com homicídio. Uma dessas mulheres é menor de dezoito anos e a única mulher criminosa sujeita á jurisdição do Juízo de Menores, o que quer dizer que não deveria estar na Casa de Detenção e muito menos em convívio com as outras presas.¹⁷²

Após as queixas, Candido Mendes fez uma proposta de como solucionar a situação e aproveita para fazer campanha em defesa da criação da Penitenciária Agrícola para mulheres alegando que o diminuto número de presas facilitara sua concentração em um único estabelecimento

No biênio de 1925-1926, o total geral de entradas das mulheres presas por crime ou contravenções é tão somente de 246, das quais só passaram 24 para 1926, e 28 para 1927: de onde se vê que fácil seria com grande vantagem social a colocação da pequena quantidade de mulheres condenadas em uma Penitenciária Agrícola especializada.¹⁷³

¹⁷¹ Relatório do CPDF, 1927, p 10 e 11.

¹⁷² Relatório do CPDF, 1927, p. 10.

¹⁷³ Relatório do CPDF, 1927, p. 10.

Candido Mendes fez diversas visitas, como Presidente do Conselho Penitenciário, aos estabelecimentos prisionais que abrigavam mulheres não só no estado do Rio de Janeiro, mas também nos estados vizinhos. Em 1925, em nome do Conselho, ele enviou ofícios às secretarias de justiça dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro solicitando informações a respeito da situação carcerária das mulheres presentes nos estabelecimentos prisionais. Entre as informações solicitadas estavam a quantidade de internas, de liberadas, os crimes cometidos, nacionalidade, naturalidade, idade, cor, instrução, estado civil, profissão. Tal levantamento fazia parte de um projeto de realização de um cadastro penitenciário nacional, por meio do qual os serviços de administração penitenciária teriam acesso a uma pormenorizada relação dos dados referentes a todas as pessoas encarceradas, seus crimes, tempo de reclusão estipulado nas penas, origem, profissão etc., em território nacional

A situação das mulheres condenadas em processos crimes tem preocupado muito o conselho penitenciário que, em suas visitas às prisões verificou acharem-se elas abandonadas em promiscuidade com as processadas na Casa de Detenção do Distrito Federal, não havendo nenhum lugar para elas na Casa de Correção, para onde não podem portanto ser requisitadas. O desejo de iniciar o cadastro penitenciário determinou pesquisas junto dos Governos e Justiça dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, produzindo o interessante resultado de apurar-se a diminuta quantidade de mulheres criminosas com sentença condenatória passada em julgado.¹⁷⁴

Essa pesquisa sobre a presença feminina no interior das prisões dos estados vizinhos ao Rio de Janeiro se estendeu dos anos de 1925 até 1927 e a

¹⁷⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil*. Rio de Janeiro, 1928, p. 03.

partir dos dados coletados, Candido Mendes elaborou um artigo intitulado *As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil*. O artigo, a seu pedido, foi publicado no Diário Oficial da União entre os informes do Ministério da Justiça e foi também publicado na forma de folheto avulso.

Além da apresentação dos dados, Mendes aproveitou o texto para reiterar seu apoio ao projeto da Penitenciária Agrícola, propor atividades a serem realizadas pelas presas e a apresentá-la como uma vantagem social

É um campo novo de grande resultado econômico que maior será si, junto à Penitenciaria Agrícola, for instituída uma colônia de trabalho livre, parcelada em lotes, onde as mulheres presas beneficiadas pelo livramento condicional: e onde continuariam a produzir o mesmo que tivessem aprendido na Penitenciaria, mas com a certeza de lucro, porque a proteção dos órgãos penitenciários permitiria assegurá-lo pela assistência industrial e pela regularidade da aquisição dos produtos, inteligentemente distribuídos pela administração da Penitenciaria. Com isso o êxito econômico seria completo, evitando ás egressas os perigos dos desânimos, tão frequentes e deletérios aos que saem das prisões e que se encontram em liberdade mas desprotegidos e vítimas do desprestígio que deriva da situação de antigos encarcerados.¹⁷⁵

A defesa do projeto, encabeçada por Mendes, assentava sua argumentação na situação prisional brasileira e no benefício público econômico que, segundo ele, seria proporcionado pela solução do problema. Ele reconhecia e até demonstrava surpresa diante do reduzido número de mulheres encarceradas em cumprimento de pena na Capital Federal, contudo a maior ou menor quantidade de mulheres presas não era motivo para criar ou deixar de criar um estabelecimento específico para elas.

¹⁷⁵ Idem, p. 04.

Cândido Mendes baseava parte de sua argumentação naquilo que ele entendia que provocaria a reação de seu interlocutor: êxito econômico. Estamos diante de uma situação de negociação, Cândido Mendes queria ver seu problema solucionado, portanto, apresentava vantagens disso. Não era a toa que as vantagens apresentadas eram econômicas. Parte da proposta era guiada pela lógica do investimento. Cândido parecia querer assegurar ao Ministro que o investimento humano teria retorno econômico. No caso de mulheres criminosas, o investimento humano, a proposta de regeneração não se justificava por si só – mesmo ela sendo diversas vezes reiterada. A regeneração das criminosas não se justificava desvinculada de lucro, desvinculada de êxito econômico. A regeneração de criminosos só parecia ser socialmente vantajosa se houvesse êxito econômico. Pessoas criminosas só eram socialmente interessantes se produzissem êxito econômico.

A defesa incessante da Penitenciária Agrícola para mulheres por parte de Cândido Mendes, longe de ser apenas mera filantropia, era acima de tudo uma proposta de ampliação da ação do Estado sobre as condenadas. Dizia que a “regeneração das criminosas exige cuidados meticulosos” e propunha que a administração penitenciária garantisse a continuidade do trabalho prisional mesmo após a presa ter alcançado a liberdade. O que colocaria as presas sob a eterna “proteção dos órgãos penitenciários”, o que faria delas eternas penitentes. A justificativa de Cândido Mendes era a de que mesmo tendo cumprido sua pena, elas seriam vítimas e estariam desprotegidas ante de sua condição de ex-presidiárias.

As mulheres condenadas não seriam, assim, criminosas, mas infelizes. Uma prisão para mulheres não seria, portanto, um local de penitência e cumprimento de pena, mas um local de proteção de vítimas de sua própria condição. Pior, no momento em que o Estado se coloca na condição de eterno protetor dos condenados ele está criando os eternos condenados

Portanto, a tutela do Estado se justificaria por uma necessidade da sociedade em defender-se da reincidência. Aqui ele estabelecia um outro

problema social a ser solucionado: a reincidência. Para Cândido Mendes a reincidência seria causada pela “vida despreocupada das cadeias”. A principal proposta de solução para a regeneração das criminosas era, então, o recolhimento das presas “a um estabelecimento penal conveniente”.

Um dado bastante relevante e, até então, ausente das discussões e relatórios oficiais diz respeito ao tempo de encarceramento estipulado pelas condenações. Cândido Mendes atribuía a eficiência de sua proposta de trabalho penal lucrativo ao tempo de execução das penas das presas que era alto, chegava a somar trinta anos de prisão. Segundo Mendes as penas eram longas por conta da gravidade dos crimes nos quais essas mulheres estavam envolvidas

Releva ainda ponderar que, sendo em grande maioria longas as penas a que foram condenadas as mulheres criminosas em consequência da gravidade do crime cometido, evidente é a vantagem da Penitenciária Agrícola especializada, na qual poderiam ser educadas, na prática de trabalhos rurais e agrícolas próprios para as mulheres, como sejam a avicultura, a apicultura, a sericicultura, a pequena lavoura e a jardinagem com os seus consectários de floricultura e indústria de conservas.¹⁷⁶

Segundo os dados desse mesmo estudo, no estado de Minas Gerais, de um total de quinze condenadas presas, todas foram condenadas por homicídio. Seis dessas quinze foram condenadas a mais de cinco anos de prisão, outras seis foram condenadas a mais de dez anos de prisão e sobre uma delas a pena imposta foi de trinta anos de prisão.¹⁷⁷

Em junho de 1928, novo relatório das atividades do Conselho Penitenciário do Distrito Federal foi encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Nele, Mendes tornou suas críticas aos estabelecimentos

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem, p. 07.

prisionais do estado ainda mais agudas, ao referir-se à Colônia Correcional afirmou que “As condições dessa imprestável Colônia, impropriamente denominada Correcional, são de inteira inaptidão para os propósitos de reeducação agrícola para que foi instalada”¹⁷⁸

No mesmo relatório, o presidente torna patente seu descontentamento com o cumprimento das penas somente no que diz respeito à restrição de liberdade. Mais do que uma instituição que apenas separe mulheres de homens, independente se muitas ou poucas, ela teria que garantir a realização do trabalho.

Durante o ano de 1927 terminaram o tempo das suas condenações 398 homens e 14 mulheres, isto é, 407 condenados que saíram da prisão sem terem cumprido a pena de *prisão com trabalho* que os juízes e tribunais lhes haviam imposto nas sentenças condenatórias.¹⁷⁹

Nesse relatório constava seu incessante apoio às atividades do Patronato das Presas que estaria prestes a conseguir um terreno para a fundação da Penitenciária. O então ministro da Justiça, Augusto de Vianna do Castelo, teria autorizado que o diretor geral da Saúde Pública, Clementino Fraga, concedesse as plantas da Fazenda da Capela, na Estrada de Rio Grande, em Jacarepaguá, ao presidente do Conselho Penitenciário. A fazenda teria sido adquirida visando a instalação do Instituto de Lepra, mas, ao que parecia, não reunia as condições para seu estabelecimento podendo vir a ser destinada a outros fins. Interessado na fazenda o Patronato das Presas não tardou em reunir seus membros, avaliar a área, elaborar o projeto e solicitar os recursos para sua execução.

¹⁷⁸ Relatório do CPDF, 1928, p. 98.

¹⁷⁹ Idem, p. 96 – grifo nosso.

Desenvolveu imediatamente a maior atividade o Patronato das Presas; e dentro de poucos dias era a dita Fazenda objeto de nova visita da presidente desse Patronato, acompanhada do presidente do Conselho Penitenciário, e de varias colaboradoras, as Sras. Maria Brasilina de Alencar Lima, Stella de Faro e algumas carcereiras especialistas brasileiras, as Sras. Affonso Penna, Horta Barbosa, Fernandes Pinheiro e outras, em companhia da Superiora das Religiosas do Bom Pastor, que tanto se tem já distinguido nos Cárceres de Mulheres Uruguai, Republica Argentina e Países da costa Sul americana do Oceano Pacifico.¹⁸⁰

As constantes agitações políticas promovidas pelos intensos embates políticos, econômicos e militares das décadas de 1920 e 1930 promoveram uma verdadeira dança das cadeiras no funcionalismo público¹⁸¹. Se o então diretor geral da Saúde Pública, nos idos de 1927, Clementino Fraga havia concordado em ceder a Fazenda para a construção da Penitenciária, um de seus sucessores nos idos de 1930, Belisário Penna, não foi nem um pouco simpático à concessão do terreno para tais fins e se negou a ceder a área alegando ainda ter planos de fundar ali um asilo para os filhos de portadores de lepra¹⁸². E foi por conta desse conflito de interesses entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Saúde Pública que o projeto de uma Penitenciária Agrícola para mulheres de âmbito nacional não teve prosseguimento.

No relatório de meados de 1930, Candido Mendes segue sua descrição das atividades prisionais denunciando que “A Casa de Detenção, sempre superlotada, recebe todos os presos remetidos por todas as autoridades policiais e judiciárias sem nenhuma cogitação sobre se há ou não há lugar para

¹⁸⁰ Ibidem, p. 98.

¹⁸¹ No interior das instituições prisionais não foi diferente, a massa carcerária sofreu ampla movimentação nesse período: “No período de 1930-1931 sucederam-se três administração na Casa de Detenção e duas na Casa de Correção e na Casa de Detenção e duas na Casa de Correção e na Colônia Correcional de Dois Rios, e todos esses três estabelecimentos penais sofreram as naturais perturbações conseqüentes dos movimentos revolucionários, sendo atingida a própria disciplina interna.”(MENDES A., 1932, p. 10)

¹⁸² Relatório do CPDF, 1932, p. 10.

os detentos, homens ou mulheres” e também que “As mulheres condenadas continuam em compartimento separado na Casa de Detenção, mas em promiscuidade com as processadas e as vagabundas e ébrias habituais enviadas pela Polícia”.¹⁸³

Antes e depois de assumir a presidência do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Cândido Mendes estivera presente em visita a diversas instituições que abrigavam mulheres infratoras em diversos estados e fora do país. Foi responsável direto por estudos a respeito da situação carcerária das mulheres no Brasil e apresentou propostas de regulamentação e de aplicação de verbas na reforma penitenciária para mulheres. Depois de anos reivindicando solução para os problemas apresentados, Mendes, em um de seus últimos relatórios ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ainda reclamava:

Parece incrível que apesar das constantes repetidas e pertinazes reclamações do Conselho Penitenciário já lá vão nove anos, não se conseguiu do Governo Federal providências efetivas para que cesse tão deprimente documento do descaso dos Poderes Públicos em assunto que tão diretamente entende com a defesa da sociedade contra o crime.¹⁸⁴

Ante-projeto de Código Penitenciário do Brasil

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 1933 foi publicado no Diário Oficial da União o Anteprojeto de Código Penitenciário do Brasil, elaborado pela chamada décima quarta subcomissão legislativa composta pelo médico e psiquiatra Heitor Pereira Carrilho, pelo jurista José Gabriel de Lemos Brito e presidida pelo também jurista Cândido Mendes de Almeida. O

¹⁸³ Relatório do CPDF, 1930, p. 79.

¹⁸⁴ Relatório do CPDF, 1934, p. 04.

anteprojeto resultou de uma série de 114 sessões realizadas no edifício da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro e visava alcançar todos os atos de execução penal criminal nas suas várias modalidades de penas detentivas, penas pecuniárias e penas acessórias.

O anteprojeto possui oitocentos e cinquenta e quatro artigos, contemplando a regulamentação das colônias penais, das medidas de segurança, da suspensão condicional, da soltura do condenado, do livramento condicional, da extinção da pena, da reabilitação dos condenados, dos recursos, do Museu Criminal e do Fundo Penitenciário.

O encarceramento de mulheres não foi esquecido pela comissão, o quinto capítulo foi todo dedicado ao reformatório de mulheres e continha vinte e cinco artigos a respeito do tratamento penal às mulheres, fossem elas já condenadas ou meras reclusas.

Entre outras coisas, nas palavras de Cândido Mendes, o que impressionou foi a clareza de objetivos descritos na exposição de motivos, tais como:

A regulamentação de cada um desses estabelecimentos penais, de preferência agrícolas, **afim de evitar o perigo de acúmulo de proletariado industrial e o congestionamento operário, atendeu às mais modernas exigências de defesa social**, conforme decisões dos congressos penitenciários, mas tendo sempre em consideração o propósito de regenerar e de afeiçoar esses estabelecimentos às condições e possibilidades brasileiras.¹⁸⁵

A ação modernizadora sobre os estabelecimentos penais visava também garantir que eles viabilizassem um escoamento de populações indesejadas das cidades para o campo, não sem antes incutir neles a lógica do

¹⁸⁵ Exposição de Motivos do Ante-projeto de Código Penitenciário do Brasil. Rio de Janeiro, 1933, p. 07. (Grifos nossos)

trabalho como meio de regeneração social. Uma regeneração social que, uma vez alcançada, não deveria ser usufruída no meio social urbano, mas rural. Alguns dos objetivos da reforma penitenciária eram, portanto, tirar os infratores das ruas em todos os sentidos. Primeiramente, por meio do encarceramento durante o cumprimento de sua pena, aproveitando o tempo de reclusão para habituá-lo à atividade agrícola. E, posteriormente, à sua “regeneração”, induzindo-o a procurar ocupação no campo uma vez que estaria habilitado para o trabalho agrícola.

Chegando ao legislativo, o anteprojeto ficou parado até 1935, quando os deputados da bancada paraibana promoveram seu desarquivamento, alçando-o à condição de Projeto de Lei, o que habilitaria sua entrada na pauta de discussões¹⁸⁶. Em 1937, com a perpetração do golpe do Estado Novo e a paralisação das atividades do legislativo o projeto não chegou a ser aprovado, ele sequer discutido. O projeto foi completamente abandonado, até que em julho de 1956, a discussão a respeito de uma possível regulamentação das atividades carcerárias foi retomada. Por meio da portaria n.º 95M, o então Ministro da Justiça, Nereu de Oliveira Ramos, designou uma nova comissão, sob sua presidência, para elaborar um novo anteprojeto de Código Penitenciário.¹⁸⁷ No Brasil, o primeiro conjunto de leis visando especificamente regulamentar as práticas carcerárias só foi aprovado em 1984. Sob o título Lei de Execução Penal, foi promulgado em onze de julho a Lei nº 7.210.

¹⁸⁶ ABI-ACKEL, Ibrahim. *Exposição de motivos à Lei de Execução Penal de 1983 do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel ao Presidente da República João Figueiredo*. Brasília, Mensagem 242, de 1983 do Poder Executivo.

¹⁸⁷ A comissão designada era composta por: Roberto Lyra com vice-presidente da comissão; Professor Francisco Oscar Penteado Stevenson; o Doutor Rodrigo Ulisses de Carvalho; o diretor do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho; Doutor Justino Carneiro, Inspetor Geral Penitenciário do Distrito Federal; Padre Fernando Bastos de Ávila S. J.; e Vitorio Caneppe, Presidente Perpétuo da Associação Brasileira de Prisões.

Inspetoria Geral Penitenciária e o Selo Penitenciário

Com vistas a arrecadação de recursos financeiros para a realização de obras de construção e reformas nos estabelecimentos prisionais, Cândido Mendes, com o apoio do, então, Ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel, conseguiu a aprovação do projeto para implementação da cobrança do Selo Penitenciário. O Selo corresponderia ao montante de dinheiro arrecadado com a cobrança das multas penais; taxas penais de sentenças condenatórias; taxa de dez por cento sobre a importância das fianças criminais; taxa de dez por cento sobre a importância do pagamento de indenizações; taxa de cinco mil réis sobre a emissão de licenças para o funcionamento de bares, botequins, agências lotéricas e sobre a venda de armas, entre outras taxas.

Esses recursos deveriam ser administrados pela Inspetoria Geral Penitenciária criada pelo mesmo decreto que criou o Selo.¹⁸⁸ A Inspetoria deveria ser constituída pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal e governada pelo mesmo presidente, com todos os membros nomeados pelo Ministro da Justiça e dedicados à viabilizar a execução das reformas penais no país.¹⁸⁹

Cadastro Penitenciário e Estatística Criminal do Brasil

O Cadastro Judiciário Penitenciário do Brasil foi elaborado pela Inspetoria Geral Penitenciária e publicado em vinte e três de fevereiro de 1937. O cadastro não tinha força de lei, mas foi mais um dos instrumentos de controle das informações, a respeito da situação jurídica dos apenados em território nacional.

¹⁸⁸ Decreto n.º 24.797 de 14 de julho de 1934.

¹⁸⁹ Idem, p. 05.

Objetivando a constituição de um banco de dados amplo, único, preciso e acessível, a inspetoria solicitou, dos setores administrativos das prisões dos diferentes estados, dados dos apenados tais como: nome, idade, cor, nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, instrução, crime cometido, pena a que foi sentenciado, local onde o crime foi cometido, local de cumprimento da pena.

Cumpre que a maioria dos estados enviou os dados solicitados, alguns, muitas vezes, incompletos fosse por conta das solturas por suspensão das penas ou livramento condicional, fugas ou mesmo por displicência no fornecimento das informações por parte dos estabelecimentos carcerários. Os dados adquiridos foram organizados em quadros cujas disposições eram organizadas por estados, por crimes, por tribunais, dedicados às mulheres, dedicados aos menores, por condenações, pelos locais de cumprimento das penas.

Essa coletânea foi divulgada por meio de publicação no Diário Oficial da União e da impressão de folhetos avulsos. Para o ano de 1934, constam dessas estatísticas as informações de que

A comparação dos algarismos, relativos às *mulheres criminosas*, indica que o seu maior número se encontra em Pernambuco (15), seguindo-se o Distrito Federal (10), e o Rio Grande do Sul (10), vindo depois Minas Gerais (9), Ceará (7) e Maranhão (5). Somente três mulheres condenadas foram encontradas em São Paulo, Paraíba do Norte e Santa Catarina. Duas apenas na Bahia, no Espírito Santo e em Alagoas. Uma só no Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. Nenhuma mulher condenada havia no Pará, no Paraná, em Sergipe, no Acre, em Goiás e no Amazonas.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Cadastro Penitenciário e Estatística Criminal do Brasil. Rio de Janeiro, 1937, p. 04.

Vale lembrar que os números de mulheres presas em cumprimento de suas condenações não correspondia ao total da massa carcerária feminina, composta também por meras detidas, por aquelas que ainda aguardavam julgamento ou liberação. E quanto à situação carcerária dessas mulheres, constava que

Na própria Penitenciária de São Paulo, cuja administração merece todos os louvores, não são internados todos os condenados pelos tribunais criminais, continuando na vetustíssima Casa de Detenção, a Cadeia da Luz, as mulheres e os condenados aos quais faltem menos de dois anos de prisão para terminar a pena.¹⁹¹

Em suma, não faltaram esforços por parte de Cândido Mendes e de todo o Conselho Penitenciário na tentativa de ampliar a ação do Estado sobre os estabelecimentos prisionais de todo o país por meio das propostas de reformas físicas e legais. Desde sua nomeação como Presidente do Conselho do Penitenciário, é notório o empenho de Cândido Mendes de buscar apoio em dispositivos legais para tirar da alçada do legislativo as deliberações sobre os assuntos penitenciários. Ele passou mais de quinze anos exigindo que se cumprisse uma determinação legal de 1922 que autorizava o executivo a realizar reformas nos estabelecimentos prisionais sem que se tivesse de esperar as deliberações do legislativo, que tinham um tempo distinto do executivo.

Cândido Mendes de Almeida, que teve forte atuação durante toda a década de 1920 e 1930 – exercendo muita pressão, mormente, sobre o legislativo – no sentido de promover reformas no suporte legal que regulamentava as prisões brasileiras¹⁹², seguiu presidindo tanto o Conselho

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Tais reformas e seus objetivos foram debatidos em: - PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão. Condições Carcerárias e Reformas Prisionais no Brasil. 1890-1940*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, 1995, FFLCH – USP. - HERSCHMANN, Michael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.) *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e*

Penitenciário do Distrito Federal quanto a Inspetoria Geral Penitenciária até seu falecimento em 1939, quando, por meio de nomeação de Getúlio Vargas, Lemos Brito herdou os cargos.

Em 1942, passou a vigorar o novo Código Penal, estabelecido por meio do decreto-lei n.º 2.848 de sete de dezembro de 1940. Somente com ele foram tomadas as primeiras medidas efetivas, por parte do Legislativo, em direção à acomodação legal de mulheres que cometeram crimes¹⁹³. A primeira diretriz legal no que diz respeito ao encarceramento feminino veio com o Código Penal e o Código de Processo Penal, ambos de 1940, e a Lei das Contravenções Penais, de 1941. Assim, no 2º parágrafo, do Art. 29º, do Código Penal de 1940, estabeleceu-se que “*As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno*”. Cumprindo esta lei, com efeito, somente duas prisões femininas foram criadas.¹⁹⁴ Em São Paulo, em 11 de agosto de 1941, foi lançado o Decreto-Lei n.º 12.116 que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”. Inaugurado em 21 de abril de 1942, permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. E no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 3.971 de 24 de dezembro de 1941, foi criada a Penitenciária Feminina da Capital Federal, também administrada por freiras da mesma congregação até 1955.¹⁹⁵

engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.- FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2005. - CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

¹⁹³ Segundo Lima: “Durante todo o período que antecede a criação da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, em 1942, e a de São Paulo em 1941, as mulheres sempre foram recolhidas conjuntamente com os homens, nas delegacias de polícia ou prisões, ficando, conforme as possibilidades destes estabelecimentos, em ‘alas’, ‘compartimentos’ ou ‘pavilhões’, ou em celas separadas, ou mesmo nas mesmas celas dos homens. Para todo esse período nunca foi-lhes ministrado nenhum ‘tratamento’ penitenciário especial.”

¹⁹⁴ Ibid, 1983, p. 48

¹⁹⁵ Duas autoras citam a existência, desde aproximadamente 1936, de um Reformatório para Mulheres Criminosas na cidade de Porto Alegre. Contudo, nenhuma das autoras especifica se tratava-se de um estabelecimento religioso, uma vez que era administrado por freiras católicas, ou se se tratava de uma instituição estatal administrada pelas freiras como era o

Enquanto isso em São Paulo

Em São Paulo, o cronista Sylvio Floreal, em suas andanças pela cidade, fez uma série de visitas a diversos estabelecimentos da administração pública¹⁹⁶. Ao visitar algumas das instituições *prisionais* da cidade comentou sobre a ala para mulheres da Cadeia Pública, o Presídio Tiradentes a que intitulou de “Inferno”:

Diversas encarceradas respondem por crime de infanticídio, furto e assassinatos. E outras, quase todas pretas e mulatas, por bebedeiras e arruaças. O barulho que essas mulheres fazem mantém todo o enorme edifício em constante atoarda¹⁹⁷.

Campos Vergal, que na década de 1930 ocupava cargo legislativo em São Paulo, não descreve o comportamento das sentenciadas como um desejado desfrute de repouso ou de ociosidade. Ele atribui a ociosidade carcerária ao tipo de regime sob o qual estavam submetidas. Regime esse responsável, não por puni-las mas, por mutila-las da própria vida.

O pior é que vivem elas em completa ociosidade, regime aviltante, que nenhuma sociedade civilizada pode tolerar, e com o qual as infelizes encarceradas tudo perdem, inclusive a saúde. Quando restituídas á vida civil, cumprida a pena, são

caso do “Presídio de Mulheres” ou da Penitenciária Feminina da Capital Federal. Ver: MONTANO, Eliza Eliana Lisbôa. *Mulheres delinqüentes: uma longa caminhada até a Casa Rosa*. Dissertação (Mestrado) – UFRGS – 2000. – WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre, Editora Dom Quixote, 2007.

¹⁹⁶Essas visitas foram publicadas na forma de crônicas, compiladas sob o título *Ronda da meia-noite*. Suas crônicas se destacam por apresentar sua circulação no submundo da cidade de São Paulo. Floreal visitou bares, cabarés, restaurantes, feiras-livres, mas também presídios, asilos, hospitais e hospícios, descrevendo o cotidiano dessas instituições.

¹⁹⁷ Sylvio Floreal(1925). *Ronda da meia-noite*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

verdadeiras mutiladas da vida, na sua acepção mais compreensiva, sob o ponto de vista moral, intelectual e físico.¹⁹⁸

Além do comportamento das detentas, do regime ao qual estavam sujeitas e das condições de seu encarceramento, outra queixa que se fazia era a respeito da inexistência de condições para a aplicação das próprias penas de privação de liberdade.

As mulheres criminosas não têm para onde ir, porque o diretor da Casa de Correção não as pode requisitar por não dispor de acomodações em que possam cumprir as penas constantes das suas sentenças. Ficam portanto na Casa de Detenção em comum com as outras presas processadas por crime ou contravenção.¹⁹⁹

Para tanto, ele propunha que:

É preciso que o honrado governo do Estado lance os olhos sobre a situação angustiosa em que se encontram as mulheres sentenciadas de S. Paulo e procure resolver tão importante problema, providenciando sobre a construção de mais um pavilhão na Penitenciária ou na Cadeia Pública, extinguindo assim a mácula existente, e dando cumprimento às disposições do Código Penal.²⁰⁰

¹⁹⁸ Campos Vergal – 52ª sessão ordinária da assembléia legislativa de São Paulo, 11 de setembro de 1935.

¹⁹⁹ Diário Oficial da União, p. 97 – 16.10.1928.

²⁰⁰ Campos Vergal, op. cit., 1935.

CAPÍTULO – IV

O “Presídio de Mulheres” foi criado sobre quatro pilares principais – suas presas, seu quadro de funcionárias, sua arquitetura e o trabalho prisional – que combinados compunham o regime de execução penal. Tal execução, circunstanciada pelo regime estadonovista, carregava e estava carregada das expectativas do que seria uma punição adequada às mulheres, qual o papel das mulheres nessa sociedade que ora se constituía e quais as características dessa mesma sociedade.

A institucionalização do modo de execução das penas esteve carregada de valores, interesses, conflitos, acordos e concessões sociais e políticos enquanto simultaneamente mobilizava esses mesmos componentes. O “Presídio de Mulheres” agregava e movimentava tudo isso. A combinação das quatro engrenagens – as presas, o quadro de funcionárias, a arquitetura prisional e o trabalho prisional – que compuseram o “Presídio de Mulheres” não era mera parte, nem reflexo, nem espelhava uma dada organização social. O “Presídio de Mulheres” compôs e foi composto por um mundo e sua compreensão, enquanto exercia as funções para as quais fora criado.

Ao contrário de países como os Estados Unidos – onde a execução penal em todas as suas dimensões (suporte legal, instituição carcerária, corpo de funcionários, natureza dos trabalhos carcerários, regimes de cumprimento das penas) foram alvo de intensa disputa política entre grupos organizados de mulheres²⁰¹ e setores ligados à administração penitenciária – no Brasil, tanto a criação de uma instituição penal para mulheres quanto a execução da pena

²⁰¹ O que não significa necessariamente que fossem feministas.

propriamente dita, foi alvo de grandes investidas figuras ligadas à administração penitenciária. Embora existisse no Rio de Janeiro, o Patronato das Presas gerido por mulheres não exercia pressão sobre o Legislativo no sentido de garantir um suporte legal e a aprovação de orçamento. O pouco alcance de suas propostas se limitava aos contatos de seu assessor jurídico, Cândido Mendes, que em diversas ocasiões fez as vezes de porta-voz do patronato.

Durante toda a primeira república não faltaram discussões e projetos voltados para a regulamentação do encarceramento e da punição sobre as mulheres. A maioria desses projetos encontrou na morosidade do poder legislativo seu maior obstáculo. Fosse por certo influxo da inconstância política do poder executivo central ou fosse por completo desinteresse das bancadas legislativas pelo assunto, as tentativas de institucionalização do cárcere feminino sequer adentravam a Câmara dos Deputados na condição projeto de lei. Um dos exemplos mais pujantes dessa situação foi o Código Penitenciário, que foi elaborado e encaminhado à Assembléia Legislativa em 1933 e permaneceu dois anos no mais completo ostracismo até que, em 1935, passou finalmente por uma avaliação preliminar que o alçou à condição de projeto de lei. Só então a proposta de código passaria a configurar no rol das questões a serem discutidas e votadas pelos deputados. Nos dois anos seguintes, o projeto não chegou a ser votado. Com a interrupção das atividades legislativas a partir de 1937, o projeto ficou completamente esquecido e, por fim, o projeto de Código Penitenciário da República jamais fora aprovado.

Cândido Mendes foi, talvez, quem mais investiu nas solicitações de ampliação dos poderes do executivo para criação e reforma de instituições prisionais. Mendes propunha a aprovação de dispositivos legais que autorizassem a tomada de decisões do executivo sem a necessidade de prévia aprovação legislativa.

Em São Paulo, por exemplo, a morosidade do Legislativo não foi menor do que no Distrito Federal. Ao longo da década de 1930, deputados

como Campos Vergal constantemente traziam a questão à baila, alcançando pouco eco entre os colegas.

Não por coincidência, foi justamente no momento em que o poder Executivo concentrou poderes, inclusive, legislativos, que a institucionalização de uma série de práticas punitivas e repressivas aconteceu. Longe de propor interpretações que corroborem o entendimento de que *deve ser* assim para que o Estado se fortaleça garantindo seu alcance a todos os setores sociais, ou de que *teve que ser* assim para o Estado alcançar homogeneidade em sua ação, como está presente no alerta de Marilena Chauí

A diferença (e que é essencial, digamo-lo com ênfase), entre este último e os intérpretes do período consiste no seguinte aspecto: enquanto para os Integralistas o autoritarismo *deve ser* a solução para os problemas do ‘Brasil real’, para os intérpretes liberais e marxistas o autoritarismo *teve que ser* a solução encontrada pela classe dominante, impossibilitada de exercer por conta própria a hegemonia.”²⁰²

O mapeamento do embate de idéias e projetos para a institucionalização de uma prática já existente (afinal de contas o encarceramento de mulheres já ocorria há mais de cem anos antes das construção das prisões para mulheres no Brasil) contribui para a compreensão das estratégias das quais certos grupos se valiam.

O maior destaque fica, portanto, à institucionalização propriamente dita. A privação da liberdade já estava consolidada há décadas, mas agora parecia não mais bastar como punição. Institucionalizar a punição sobre mulheres infratoras era mais do que garantir a privação da liberdade, mas assegurar que sua liberdade fosse privada de determinado modo. E está no modo a característica fundamental dessa instituição.

²⁰² CHAUI, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo, Brasiliense, 1979. (Grifos da autora)

No “Presídio de Mulheres” de São Paulo, o aparato destinado a garantir certo modo de se privar a liberdade e a forma pela qual se combinam revelam concepções de liberdade e de quem as usufrui. Identificar, com algum grau de objetividade, a partir de olhares masculinos, quem são essas mulheres criminosas que tão poucas foram motivo de institucionalização, não é tarefa das mais fáceis. Nesse sentido, a opção foi o olhar a partir da *perspectiva da política* proposta por Foucault:

- “Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – **efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.**”²⁰³

É justamente na tentativa de identificar essa recondução que o modo de execução das penas para o qual o “Presídio de Mulheres” foi criado que está voltada nossa atenção.

Com a promulgação do Código Penal em 1940, Roberto Lyra, um de seus autores, publicou uma série de *Comentários* sobre o código. Nesses comentários, ele apresentou um vasto panorama sobre diferentes regimes, sistemas, estabelecimentos e legislações penais vigentes à época em várias partes do mundo; apresentou, também, ampla exposição de motivos sobre a escolha da letra de cada artigo do código ora promulgado. Explicando a elaboração do parágrafo segundo do artigo vigésimo nono, “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”, ele defendia que:

Na falta de penitenciária para mulheres, que é o estabelecimento especial previsto no § 2.º do art. 29, estas

²⁰³ FOUCAULT, op. cit., p. 26. (Grifos nossos)

cumprem pena na penitenciária comum ou na prisão comum, em seção adequada (não basta ser especial, é preciso ser *adequada* ao sexo), separadas de todos os demais presos ou presas.

[...] O Código, com a separação das mulheres em estabelecimento especial e adequado, e assegurando a exclusividade do trabalho interno, não cedeu ao pressuposto da inferioridade física ou intelectual. Não se distinguiram os sexos em face das penas, que são de qualidades e quantidades idênticas para homens e mulheres.

A civilização moderna orienta-se no sentido de equiparar os direitos e os deveres dos dois sexos.²⁰⁴

A princípio parece, de fato, não haver diferenciação de tratamento entre os sexos face às penas. Contudo, a sutileza das diferenciações mostra o quão profundas e arraigadas são as desigualdades imprimidas a esses dois grupos a ponto de se afirmar sua inexistência. Ora, como se adéqua uma instituição a um sexo (nas palavras de Lyra) que deve ser equiparado ao outro? Por que, então, o trabalho prisional de um deve ser realizado exclusivamente no interior do presídio e do outro tem a possibilidade de ser realizado fora?

Um código penal, mais do que o resultado de uma política de um governo específico, é um importante mecanismo por meio do qual a própria estrutura estatal se orienta, envolvendo e regulamentando as próprias relações sociais. Longe de limitar-se à dimensões culturais, religiosas, econômicas ou, até mesmo científicas (como defenderiam alguns), certas diferenciações entre grupos sociais ocorrem também no campo da apropriação de instrumentos legislativos definidores de projetos nacionais. Longe da dicotomia “na prática a teoria é outra”, longe de propor uma imposição “de cima para baixo” ou uma relação entre “um opressor e um oprimido”, a proposta aqui é o exercício de tentar compreender o que é que estavam fazendo quando fizeram isso.

Afinal de contas, como bem disse Pocock:

²⁰⁴ LYRA, op. cit., 1943. (grifo do autor)

O discurso político obviamente é prático e animado por necessidades do presente, mas não obstante está constantemente envolvido em um esforço por descobrir quais são as necessidades presentes da prática, e as mentes mais vigorosas que o utilizam **estão constantemente explorando a tensão entre os usos linguísticos estabelecidos e a necessidade de usar as palavras de novas maneiras.**²⁰⁵

Gostemos ou não, um Código Penal que visava regulamentar as relações sociais entre os cidadãos brasileiros foi elaborado, aprovado e está em vigor até hoje, correspondendo às expectativas de uns e insatisfação de outros, promovendo tensões e questionamentos. A presente proposta não é estabelecer uma medida da funcionalidade do Código Penal brasileiro, mas identificar as motivações políticas presentes na promulgação do parágrafo segundo do artigo vigésimo nono.

A operacionalização desse artigo foi garantida pela criação de instituições orientadas pela letra do código. A instauração do “Presídio de Mulheres” em São Paulo correspondia, com efeito, a essa demanda. A forma pela qual as características desse presídio se combinavam assegurava a peculiaridade do regime de execução das penas. A instalação física das condenadas ocorreu num edifício originalmente projetado e utilizado como uma casa; o trato direto cotidiano com as presas era função de freiras sem a presença imediata de agentes penitenciários ou policiais; o trabalho prisional era pré-estabelecido segundo moldes domésticos, independentemente da vida profissional pregressa das presas.

Essas eram consideradas as condições adequadas à execução das penas a serem aplicadas sobre as mulheres criminosas. Flamínio Fávero, por exemplo, não se cansava de expor sua satisfação com o estabelecimento que ora inaugurava,

²⁰⁵POCOCK, op cit., p. 37. (Grifos nossos)

Que o Presídio de Mulheres está à altura de seus objetivos impõe-se concluir. De fato Hartvig Missen, citado por Telma Reca, apresenta, em esquema, os seguintes pontos fundamentais a nortear o propósito de toda a pena restritiva da liberdade: 1.º) As idéias que orientarão o tratamento dos presos; 2.º) O local onde essas idéias terão de agir; 3.º) Os funcionários encarregados de aplicá-las.²⁰⁶

O regime prisional e sua aplicação foram alvos de variados comentários. Ao contrário de Roberto Lyra, Marrey Júnior alegava claramente acreditar na inferioridade feminina, elemento para ele justificador de um regime penal atenuado para mulheres: “A fraqueza física e a superior afetividade da mulher – palavras sempre as mesmas empregadas pelos escritores – explicam as atenuações que lhes são concedidas no regime das penas”²⁰⁷. Nesse sentido, Marrey Jr. faz um alerta relevante: “A mulher não está, pois, sujeita ao regime penitenciário estabelecido para o recluso ou detento e assim os regulamentos da Penitenciária lhes são aplicáveis apenas em especiais condições”²⁰⁸.

Mesmo com a promulgação do Código e a inauguração do Presídio, a discussão sobre a diferenciação do tratamento carcerário se estendeu por anos. Em 1943, em conferência realizada em São Paulo, Lemos Brito atribuía a uma mulher a autoridade para falar do assunto:

O que nos preocupa saber é se a mulher sentenciada deve ser submetida ao mesmo regime das prisões de homens ou se devemos estabelecer um regime especial e atenuado para ela.

²⁰⁶ FÁVERO, op. cit., 1942.

²⁰⁷ Marrey Jr, José Adriano. 98ª Sessão Ordinária, de 18 de julho de 1941, do Departamento Administrativo. Exposição de motivos.

²⁰⁸ Idem.

Convém ouvir o que, a propósito, escreveu, com sua dupla autoridade de mulher e de penitenciária eminente, a senhora Concepción Arenal. Nenhum homem foi tão positivo neste assunto como a referida escritora.

“La mujer tiene los mismos resortes Morales, igual inteligencia, siente, comprende y quiere como el hombre; por lo que hemos observado en las que viven en el mundo y en las reclusas, si les puede aplicar todas, absolutamente todas las reglas que sean buenas para corregir a los penados, y nos parece errónea la opinión de que la mujer no puede soportar el aislamiento y el silencio, salvo en algunos casos, que son de la competencia del médico.”

Os homens, entretanto, quando capazes de sua missão, têm nos países cultos suavizado as penas em se tratando de mulheres.²⁰⁹

Parece ser conveniente, por vezes, afirmar a igualdade moral e cognitiva entre os sexos. Mas, parece menos conveniente garantir essa igualdade por meio da execução penal. Neste sentido, temos, também, o próprio Decreto-Lei nº 12.116 que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”. Dentre os vários exemplos podemos tomar o

Artigo 5º - Os métodos educativos e de trabalho empregados na Secção serão os mesmos em vigor na Penitenciária, com as atenuações e modificações que forem recomendáveis. Serão de preferência estabelecidas oficinas de costura, lavanderia e engomagem de roupas, não somente destinadas a servir o estabelecimento como a particulares e a outras repartições oficiais.²¹⁰

²⁰⁹ Brito, p.15.

²¹⁰ DECRETO-LEI Nº 12.116 – DE 11 DE AGOSTO DE 1941. Dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”.

Na primeira oração, declara-se que, em duas dimensões da vida – educação e trabalho – das mulheres no “Presídio de Mulheres” os métodos serão os mesmos empregados aos homens na Penitenciária do Estado. Pressupondo, assim, um conjunto de condições cognitivas idênticas tanto para a educação quanto para o trabalho entre os dois sexos. No entanto, na segunda oração da mesma frase, os legisladores contrariam o que foi dito anteriormente afirmando que “*atenuações e modificações*” seriam feitas a partir de *recomendações*. E os tipos de trabalho a serem realizados pelas mulheres são todos tradicionais do espaço doméstico.

O lugar social que a punição e a reeducação prisional moderna no Brasil visava garantir às mulheres era o lar. O “Presídio de Mulheres” como um todo estava voltado para isso desde sua suposta atenuação das penas, da instalação física das condenadas em uma casa, do trato direto com as presas ser função de freiras sem a presença imediata de agentes penitenciários ou policiais, até do trabalho prisional ser precisamente o doméstico. Flaminio Fávero foi categórico ao descrever os objetivos daquela instituição:

Eis, pois, o primeiro aspecto da questão na prática. A readaptação das mulheres delinquentes será feita sob a égide desta idéia dominante e vital: conceder-lhes um lar comum de que o seu próprio será, mais tarde, suave prolongamento.

E não pára por aí, a apropriação do aparelhamento estatal para promover, impor e perpetuar desigualdades entre os sexos se estendeu também sobre a possibilidade da conjugação sexual dos apenados. Lemos Brito, por exemplo, advogava contra a possibilidade de as presas receberem visitas íntimas independentemente das recomendações legais:

Indago dos competentes, já que falamos na questão da contigüidade dos estabelecimentos de homens e de mulheres, se um regime científico de execução das penas privativas da liberdade

deve ser completado, tal qual preconizo para os homens, com a facilitação das visitas conjugais, às mulheres. A mim se afigura que a questão muda de aspecto quando se trata das mulheres, embora do ponto de vista jurídico **não faça o Código qualquer distinção entre as regalias a serem dispensadas a estas e àqueles.**²¹¹

O controle sobre as atividades das apenadas não se limitava ao tempo de sua permanência na prisão, o tratamento prisional visava também sua vida egressa e procurava determinar o tipo de atividade “profissional” que seria exercido após a conquista da liberdade:

Vale recordar que na Penitenciária de mulheres de Bangu não instalamos lavanderia a vapor, atendendo a que as mulheres, ao deixarem o estabelecimento, não encontrarão, por certo, lavanderia mecânica para seu uso, sendo desaconselhável, portanto, desabituá-las no velho processo de lavar e passar a ferro, profissão de que muitas mulheres honestas ganham hoje nas capitais os meios de subsistência.²¹²

É como se a única perspectiva na vida de uma mulher que um dia passou pelo complexo prisional fosse a vida doméstica e seus afazeres, ou o que faria da vida uma mulher pobre que não tivesse o hábito de lavar e passar? Era ainda dentro da prisão que se buscava estabelecer os limites da vida livre de uma egressa fora da prisão. Nesse sentido, Lemos Brito aponta quais objetivos deveriam orientar a execução das penas sobre as mulheres:

Façamos das mulheres criminosas, daquelas sentenciadas a quem a fatalidade arrastou a um mau desígnio, mulheres aptas para a luta pela vida, **de acordo com a sua condição de mulheres** e o meio a que devem um dia voltar,

²¹¹ LEMOS BRITO, op. cit., p. 18. (Grifos nossos).

²¹² LEMOS BRITO, op.cit., p. 22.

reclassificadas. Ensinemos-lhes a trabalhar utilmente. Disciplinemos-lhe a vontade.²¹³

Em suma, a inexistência de uma instituição específica para as sentenciadas inviabilizou durante décadas a execução plena das penas, que consistiam em privação de liberdade aliadas à realização de trabalho. As mulheres condenadas ficavam presas nas delegacias e casas de detenção de todo o estado, estabelecimentos voltados para abrigar provisoriamente aqueles que aguardavam julgamento. Antes da promulgação do Código Penal de 1940 e da posterior criação de estabelecimentos prisionais específicos, todo o período da pena era cumprido nesses estabelecimentos sem que lhe fossem aplicados os regimes prisionais aos quais foram condenadas.

O interesse estava na criação de um estabelecimento voltado não para o abrigo de todas as mulheres, mas para um grupo específico da massa carcerária feminina, no caso, somente para as já condenadas. Independentemente da quantidade mulheres condenadas (como reiteradamente foi afirmado que eram poucas) que deveriam cumprir pena, o que se procurava garantir era que as penas fossem, efetivamente, aplicadas em sua integralidade.

Diante desse conjunto de elementos, o “Presídio de Mulheres” não seria apenas uma variante dos modelos institucionais masculinos, mas uma instituição específica já na sua origem, cujas funções e a própria natureza divergiria dos presídios da época. A institucionalização do encarceramento de mulheres não partiu de um modelo masculino nem sequer variou de algum deles. O “Presídio de Mulheres” foi todo projetado para punir e regenerar aquela compreensão que se tinha do que era ser mulher, com regime e legislação que reeducasse as mulheres condenadas aos papéis a elas destinadas naquela definição de nação moderna. Com efeito, identificar as especificidades dessa instituição passou pela etapa de fundamental

²¹³ LEMOS BRITO, op.cit., p. 26.

importância de mapear e sistematizar o debate a respeito daquilo que teria sido entendido como a *necessidade* de criação do “Presídio de Mulheres”. Tal mapeamento teve sua relevância assentada também na possibilidade de nos fornecer apontamentos seguros a respeito da natureza e das funções dessa instituição. Afinal de contas, uma das maiores preocupações de Lemos Brito era a de que “é preciso não dar à mulher que cumpre uma pena um trato que a torne inadapável mais tarde ao ambiente a que deve voltar”²¹⁴

²¹⁴ BRITO, op. cit., 1943.

Bibliografia:

- ADORNO, Sérgio. “Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios.” *Revista USP*, nº 9, 1991.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP, 1996.
- AMORIM, Marina Alves. **“Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia**. In: *Cadernos Pagu*. N. 20, 2003, pp. 217-244.
- BARRETO, Paulo. *Alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: s.e, 1908, p. 255.
- BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint Ltda [Ediouro], Coleção Universidade, 1986.
- BESSE, Susan K. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil: 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- BITTENCOURT, Adalzira. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1954.
- BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. *Mulher Encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/USP, 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A polícia da Era Vargas*. 2. ed. Brasília, Unb, 1992.
- _____. *Repressão e controle prisional no Brasil: Prisões Comparadas*. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba, Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.
- _____. *Cultura do crime e da lei. 1889-1930*. Brasília, Humanidades, 2001.

- _____. *Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso*. Brasília, UNB, 2005.
- CAPELATO, M. H. R. *Estado Novo: Novas Histórias*. In: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
- CARNEIRO, Augusto Accioly. *Os penitenciários, a alma do condenado, o regime celular*. Rio de Janeiro, H. Velho, 1930.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Classes sociais e movimento operário (1930-1945)*. São Paulo, Ática, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das letras, 1990.
- CASTAN, Nicole. *Criminosa*. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (orgs) *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. vol.3. Porto, Afrontamentos, 1991. p.96-137.
- CASTRO, Sertório de. *Política, és mulher!* São Paulo, Paulo de Azevedo & Cia, 1931.
- CEDAW/ONU. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979)*. Universidade de São Paulo. Comissão de Direitos Humanos. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. www.usp.br 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- CUNHA, Maria Clementina. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1985.
- _____. “Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres no Juquery na São Paulo do início do Século XX.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, pp. 121-144, ago/set 1989.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- DAVIS, Ângela & DENT, Gina. *A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalizando a punição*. *Rev. Estudos Feministas* [online]. Jul/Dez. 2003, vol. 11, nº2. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200011&Ing=pt&nrm=iso
- DE DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. In: *Estudos Feministas*, n. 2, pp. 373-382, 2º sem. 1994.
- _____. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: *Uma questão de Gênero*. Porto Alegre, Rosa dos Ventos, 1992.
- DUARTE, Adriano. *Cidadania e Exclusão (1937-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1995.
- EVANGELISTA, Roberto. *Representações da assistência psicológica e do psicólogo no imaginário das sentenciadas da penitenciária feminina*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1993.
- FAUSTO, Boris. *Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)*. In: PINHEIRO, Paulo S. (org.) *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2001.

FEMALE OFFENDERS: SPECIAL NEEDS AND SOUTHERN STATE CHALLENGES - A SPECIAL SERIES REPORT OF THE SOUTHERN LEGISLATIVE CONFERENCE – 2000.

FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2005.

FISCHER, Rosa Maria. *Poder e cultura em Organizações Penitenciárias*. São Paulo, Tese de Livre-docência, FEA-USP, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 3ª ed. Tradução de Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, vozes, 1984.

FREEDMAN, Estelle B. *Their sisters' keepers: women's prison reform in America, 1830-1930*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1981.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GONZALEZ, D. & PARANHOS, U. "O problema sexual nas prisões." In: *Revista Penitenciária*. São Paulo: vol. 1, 1940.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.) *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. *A Classe Operária tem Dois Sexos*. In: *Revista de Estudos Feministas*, nº1, 1994.

ISSA ASSALY, Alfredo. *O trabalho penitenciário: aspectos econômicos e sociais*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1944.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, Unicamp, 1996.

_____. (org.) *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LE MOS BRITO. *Questão sexual nas prisões*. Rio de Janeiro, Jacintho, 1943.

- _____. “As mulheres criminosas e seu tratamento carcerário.” In: *Estudos Penitenciários*. São Paulo: 1943.
- _____. “Evolución del sistema penitenciário brasileiro en los últimos veinticinco años.” In: *Revista Penal y Penitenciaria*. Buenos Aires: 1946, tomo XI.
- _____. “A elaboração do Código Penitenciário.” In: *Revista Forense*. Belo Horizonte: 1932, volume 58.
- _____. “Conferência penitenciária brasileira.” In: *Revista Forense*. Rio de Janeiro: 1941, volume 85.
- _____. “Da necessidade dos institutos de preparação do pessoal penitenciário.” In: *Revista de Direito Penal*. Rio de Janeiro: 1939, volume 25.
- _____. “A reforma penitenciária do Brasil.” *Revista de Direito Penal*, 3(1): 3-32.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus/Unicamp, 1986.
- LIMA, Elça Mendonça. *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. O Período das Freiras (1942-1955).
- LIMA, G. M. B. *Mulheres presidiárias: Sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações*. Dissertação (Mestrado de Enfermagem em Saúde Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB – 2005.
- LIMA, Roberto Moreira da Costa. “A Penitenciária de São Paulo”. *Revista de Direito Penal*, 10 (1-2): 31-9, 1935.
- MARQUES, José Frederico. “Evolução histórica do processo penal brasileiro.” *Investigações*, 7: 105-27, 1949.
- MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.) *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, Volume I e II.

- MARREY JUNIOR. "Presídio de Mulheres." In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. 1941, volume 2.
- MARTINS, Dora. "A mulher no sistema carcerário." *Jornal Juízes para a democracia*. Ano 5, nº25, jul/set de 2001. Disponível: www.mj.gov.br/depen;inst_textos-jornal5.htm.
- MARTINS, Silvia Helena Zanirato. "Pobreza e criminalidade: a construção de uma lógica." *Revista de História*. nº132, 1995, pp. 119-130.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de Gênero: percursos e possibilidade na historiografia contemporânea*. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, 11, pp. 67-75, 1998.
- MATOS, M. I. S. & ALVES, G. "'A nova mulher' educando as futuras mães. São Paulo 1850-1900." *Caderno Espaço Feminino*, v.15, nº 18, Jan/Jun. 2006.
- MATTOS, Selma Rinaldi. *Ordenar, civilizar e instituir*. p.1: <http://www.educaçãopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist07a.htm>
- MELLO, José de Moraes. "Alcoolismo e criminalidade." *Revista de Criminologia e Medicina Legal*, 2 (3-4): 74-7, 1928.
- MELLO, Marcelo Pereira. *A Casa de Detenção da Corte e o Perfil das Mulheres Presas no Brasil Durante o Século XIX*. In: *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p. 31-48, 2. sem. 2001.
- MORAES, Evaristo de. "Primeiros adeptos e sympathisantes, no Brasil da chamada 'Escola Penal Positiva'." *Arquivo Judiciário – Publicação Quinzenal do Jornal do Commercio*, 51 (2): 19-20, suplemento, 20-07-1939.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Usos e limites da categoria Gênero*. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, 11, pp. 99-105, 1998.
- MORAES MELLO, José de. "Penitenciária para mulheres." *Pandectas Brasileiras*. Rio de Janeiro: 1929, volume 6, parte 5, p.457.
- MORRIS, Norval & ROTHMAN, David (Edited by). *The Oxford History of*

- the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York – Oxford, Oxford University Press, 1998.
- MOTA, Candido. “E as mulheres?” In: *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo: ano 1, volume 1, fasc. 1, 1940.
- NOGUEIRA, J. C. Ataliba. “A Penitenciária de São Paulo, seu histórico e desenvolvimento, no período de 1910 a 1940.” *Revista Penal e Penitenciária*, 1(1): 17-25, 1940.
- PEDROSO, Regina Célia. *Os Signos da Opressão*. Condições carcerárias e Reformas Prisionais no Brasil. 1890-1940. Dissertação (Mestrado em História Social) – São Paulo, FFLCH-USP, 1995.
- O'BRIEN, Patricia. *The Promise of Punishment*. Prisons in Nineteenth-Century France. Princeton, Princeton University Press, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. São Paulo, Editora FGV, 1999.
- PEIXOTO, Michelle. *Da Cidadania Homogênea ao Reconhecimento das Diferenças no Sistema Prisional Feminino Paulista*. In: II Seminário Internacional – Educação Intelectual, Gênero e Movimentos Sociais – *Identidade, diferença, mediações: de 08 a 11 de abril de 2003*. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/758-of7a-st4.pdf>
- PENITENCIÁRIA DO ESTADO. *A reforma administrativa da Penitenciária na intertória do dr. Adhemar Pereira Barros – discursos, publicações, portarias e decreto n.9396, de agosto de 1938*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1939.
- _____. “Penitenciária do Estado de São Paulo: histórico, localização e disposição geral; regime penal; organização administrativa – 1941.” *Revista Penal e Penitenciária*, 2(1-2): 437-509, 1942.
- _____. “Discurso do prof. Flaminio Fávero, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado, na inauguração do Presídio de Mulheres

- da Penitenciária de São Paulo.” *Revista Penal e Penitenciária*, 3 (1-2): 323-8, 1943.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. In: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995, pp. 9-28.
- _____. “Práticas da Memória Feminina.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, pp. 09-18, ago/set 1989.
- _____. (org.) *L'impossible prison*. Recherches sur le system pénitentiaire au XIX siècle reunites par Michelle Perrot. Débat avec Michel Foucault. Paris, Éditions du Seuil, 1980.
- PINTO, Rute Bernardo. *Mulheres no Sistema Penitenciário: Criminalidade, Punição e Gênero*. Marília, 2004. Dissertação – Ciências Sociais – Unesp, campus de Marília.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- RAFTER, Nicole Hahn. *Partial Justice: Women, Prisons, and Social Control*. New Brunswick, Transaction Publishers, 1990.
- RAGO, Margareth. “E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo.” In: SCAVONE, Lucila (org.) *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- _____. “Descobrimo historicamente o gênero.” In: *Cadernos Pagu*. Campinas, 11, pp. 89-98, 1998.
- _____. “Modernizar para Conservar: Relações de Gênero em São Paulo nas décadas iniciais do século vinte”. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, pp. 419-427.
- _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

- RAMIDOFF, Mário Luiz. *Mulheres Reclusas*. In: *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília, 1 (18) – jan./jul. 2005, p. 113-125.
- ROSE, June. *Elizabeth Fry, a biography*. London & Basingstoke: Macmillan, 1980.
- ROTHMAN, David. *The Discovery of the Asylum*. Social Order and Disorder in the New Republic. New York, Aldine de Gruyter, 2002. Revised Edition.
- SAFFIOTTI, Heleith I.B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo, Vozes, 1976.
- _____. “Rearticulando gênero e classe social.” In: COSTA, A. de O. & BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992.
- _____. *O poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987.
- SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo, 1999, Annablume.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, UNESP, 1992 – 4ª Reimpressão.
- SENA, Ernesto. *Através do Cárcere*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1908, p. 21.
- SILVA, Glaydson José. *Gênero em questão – apontamentos para uma discussão teórica*. Mneme - Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun. 2004. Dossiê História Cultural. Disponível em : <http://www.seol.com.br/mneme>
- SILVA, Janaína C. S. da. *Mulheres Infratoras*. Formas de sobrevivência e criminalidade: uma tentativa de vislumbrar as mulheres na cidade

- de São Paulo (1890-1920). Dissertação (Mestrado em História Econômica), São Paulo, FFLCH-USP, 2004.
- SILVA, Marina Albuquerque. *Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 1992.
- Sylvio Floreal(1925). *Ronda da meia-noite*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência*. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- _____. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História*. Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997 – 15ª Reimpressão.
- _____. *História das mulheres e história de gênero. Um depoimento*. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, 11, pp. 77-87, 1998.
- _____. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.” In: DEL PRIORI, Mary L. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 362-400.
- TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. In: *Cadernos Pagu*. Vol. 3, 1994, pp. 29-62.
- VARIKAS, Eleni. “Paria: Uma Metáfora da Exclusão das Mulheres.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n. 18, pp. 19-28, ago/set 1989.
- VELHO, Gilberto. “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social.” In: *Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro,
- WEINSTEIN, Bárbara. “Inventando a “Mulher Paulista”: Política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras.” In: *Gênero*. Niterói, v. 5, n. 1, p. 71-95, 2. sem., 2004.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. Ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo, Edusp, 2001.

- ZEDNER, Lucia. "Wayward Sisters. The Prison for Women." In: MORRIS, Norval & ROTHMAN, David (Edited by). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York – Oxford, Oxford University Press, 1998.
- _____. *Women, Crime and Custody in Victorian England*. Oxford, Clarendon Press, 1994.

ANEXO I:

Modernas Instituições para Mulheres nos EUA.

Entre as melhores dessas instituições designadas para mulheres está o New York State Reformatory for Women, aberta em Bedford Hills em 1901, no qual uma prisão estatual para mulheres [State Prison for Women – como está em maiúscula, eu acho que pode ser o nome da prisão] foi adicionada em 1933; o New Jersey State Reformatory em Clinton, foi aberto em 1913; o Ohio State Reformatory for Women em Marysville, foi aberto em 1916; a Kansas State Industrial Farm for Women em Lansing, foi aberta em 1917; a Connecticut State Farm for Women em East Lyme, foi inaugurada em 1917, suplementada por uma State Prison for Women, foi aberta em 1930; o Iowa State Women's Reformatory em Rockwell City, foi aberto em 1918; o Minnesota State Reformatory for Women em Shakopee, foi aberto em 1920; o Nebraska State Reformatory for Women em York, foi aberto em 1920; a Pennsylvania State Industrial Home for Women at Muncy, foi aberta em 1920; a Wisconsin State Industrial Home for Women em Taycheedah, aberta em 1921, e também suplementada por uma State Prison for Women, foi aberta em 1933; o Illinois State Reformatory for Women em Dwight, foi aberto em 1930; e a California State Institution for Women em Tehachapi, aberta em 1933. Dentre essas, as instituições de Connecticut, New Jersey, Pennsylvania, Ohio, Kansas, Iowa, Minnesota, Nebraska e California são cuidadosamente modernizadas na planta de construção e foram planejadas e edificadas de acordo com o sistema casinha [? o termo é “cottage system”]. Quanto uma prisão para mulheres é idealizada para o reformatório, existem duas práticas comuns: 1) uma casinha[cottage] adicional ou casinhas[cottages] adicionais são construídas do tipo mais seguro ou contendo quartos com alguma segurança especial; ou 2) uma construção com características de prisão é adicionada às casinhas[cottages] do reformatório, como em East Lyme. O primeiro procedimento é preferível e tem trabalhado bem onde quer que se tenha tentado.

ANEXO II:

Arquivos e Bibliotecas:

1. Biblioteca da Faculdade de Direito – USP
2. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros – USP:
3. Biblioteca Central da Escola Politécnica – USP
4. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP:
5. Biblioteca da Faculdade de Educação – USP:
6. Biblioteca da Faculdade de Medicina – USP:
7. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
8. Bibliotecas da Escola de Administração Penitenciária (EAP) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo:
9. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)
10. Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo
11. Arquivo Histórico Nacional.
12. Biblioteca da Academia de Polícia [Civil] de São Paulo.
13. Biblioteca da Unesp dos campi de Franca e Marília.
14. Biblioteca do IFICH da Unicamp.

ANEXO III:

Fontes:

- BASTOS, José Tavares. *Penitenciária para mulheres criminosas: aplicação desta these entre nós precedida do estudo da mulher ante o direito penal*. São Paulo, Duprat, 1915.
- CARNEIRO, Augusto Accioly. “Os penitenciários, a alma do condenado, o regime celular.” Rio de Janeiro, H. Velho, 1930.
- CASTRO, Sertório de. *Política, és mulher!* São Paulo, Paulo de Azevedo & Cia, 1931.
- ESPÍNOLA, Eduardo. “Novos rumos da criminologia.” In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. II – 2 sem. 1941, pp. 65-74.
- _____. “Novos rumos do tratamento penitenciário.” In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. VI – pp. 293-298, 1943.
- FÁVERO, Flaminio. “O problema sexual nas Prisões.” In: *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, ano VIII, vol. VIII, fasc. 1-2, pp. 113-128, 1947.
- _____. *Discurso de Flaminio Fávero – Na inauguração do Presídio de Mulheres*. *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, Ano III – vol. III- 1º e 2º semestres de 1942. Fasc, 1 e 2, pp. 323-328.
- GARCIA, Basileu. “Crime de abortamento seguido de morte da paciente.” In: *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, ano/ed. ?, pp.187-199.
- GARCIA, Basileu. “Regimes adequados ao cumprimento das penas de reclusão e detenção – Estabelecimentos de prisão provisória.” In: *Estudos Penitenciários*. São Paulo, pp. 45-59, 1943.
- ISOLDI, Francisco. “As criminosas da antiguidade e o eterno feminino.” In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. III – 1 sem. 1942, pp. 179-193.

- LEMOS BRTO, J. G. “As mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário.” In: *Estudos Penitenciários*. São Paulo, pp.7-26, 1943.
- _____. “A questão sexual nas Prisões.” Rio de Janeiro, Livraria Jacintho, 1943.
- MARREY JÚNIOR. “Presídio de Mulheres.” In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, vol. 2, pp. 478-485, 1941.
- _____. “Presídio de Mulheres”. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. V, 1 sem. 1943, pp. 655.
- MELLO, José de Moraes. “Pennitenciaría para Mulheres.” In: *Pandectas Brasileiras*. Rio de Janeiro: 1929, vol.6, parte 5, pp 457-460.
- MENDES, R. Teixeira. *A preeminência social e moral da mulher*. Rio de Janeiro, Empreza Brasil Editora, 1920 (1908).
- MIRANDA, Humberto Sá de. “A Mulher na Etiologia do Crime.” In: *Archivos de Polícia e Identificação*. São Paulo, Abril de 1936 – n. 1, pp. 5-19.
- MOTA, Candido N. N. “E as mulheres?” In; *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, vol. 1, pp. 95-107, 1940.
- NOGUEIRA, Acácio. “A Penitenciária de São Paulo. Seu histórico e desenvolvimento, no período de 1910 a 1940.” In: *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, 1(1): 17-25, 1940.
- Nota. “Presídio de Mulheres”. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Vol. III – 1 sem. 1942, pp. 554-556.
- Nota. “Presídio de Mulheres”. In: *Arquivos Penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro, 1945, pp.518.
- Nota. “A Penitenciária de Mulheres. In: *Arquivos Penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro, 1945, pp. 468-469.
- SOUSA, Henrique de. *Discurso Henrique de Sousa - na inauguração do Presídio de Mulheres*. *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, Ano III – vol. III – 1º e 2º semestres de 1942 – Fasc. 1 e 2, pp. 335-38.
- VERGUEIRO CÉSAR, Abelardo. “Discurso do Sr. Dr. Abelardo Vergueiro César - Secretario da Justiça.” In: *Estudos Penitenciários*. São Paulo, 1943.

- WHITAKER, E. de Aguiar. “O crime e o criminoso à luz da psicologia e da psiquiatria – estudo acerca de 50 delinquentes – considerações sobre o problema da delinquência em São Paulo.” In: *Arquivos de Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: 1942.

_____. (Resenha de Pacheco e Silva –A.C.) “O Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo. Histórico. Instalação. Organização. Funcionamento.” Officinas Graphics do Hospital de Juquery, Juquery, 1935. In: *Archivos de Polícia e Identificação*. São Paulo, vol. I, n. 2, 1937c.

Legislação:

- *Decreto-Lei nº 12.116 – De 11 de Agosto de 1941*. Dispõe sobre criação do “Presídio de Mulheres”.
- Contrato de serviço entre o Departamento Geral de Presídios e a Congregação do Bom Pastor D’Angers de 10.07.1946.
- Código Penal – 1940. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*.
- Lei de Introdução do Código Penal – 1941. *Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941*.
- Lei das Contravenções Penais – 1941. *Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941*.
- Código do Processo Penal – 1941. *Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941*.

Diário Oficial do Estado de São Paulo:

- 12.09.1935	- 26.07.1941
- 16.10.1935	- 31.07.1941
- 23.01.1936	- 12.08.1941
- 07.12.1938	- 07.11.1941
- 07.08.1940	- 21.06.1942
- 06.06.1941	- 08.07.1942
- 17.06.1941	- 22.07.1942
- 02.07.1941	- 09.08.1942
- 03.07.1941	- 07.10.1943
- 04.07.1941	- 04.04.1944
- 19.07.1941	- 10.07.1946

Diário Oficial da União:

- 12.09.1922	- 03.12.1932
- 08.11.1924	- 15.12.1932
- 29.11.1924	- 31.08.1933
- 30.11.1924	- 21.02.1934
- 14.01.1925	- 16.07.1934
- 27.07.1927	- 04.04.1934
- 04.03.1928	- 28.05.1934
- 16.10.1928	- 20.11.1934
- 21.01.1930	- 23.02.1937
- 20.06.1930	- 18.11.1938
- 22.11.1932	- 24.04.1939
- 25.11.1932	- 23.04.1940

- 30.07.1956

- Relatórios do Conselho Penitenciário do Distrito Federal ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

- Julho de 1927: referente às atividades dos anos de 1924, 1925 e 1926
- Outubro de 1928: referente às atividades do ano de 1927
- Março de 1928: “As mulheres no centro mais populoso do país”
- Janeiro de 1930: referente às atividades dos anos de 1928 e 1929
- Junho de 1930: referente às atividades dos anos de 1928 e 1929 (continuação do relatório anterior)
- Novembro de 1932: referente às atividades dos anos de 1930 e 1931
- Dezembro de 1932: referente às atividades dos anos de 1930 e 1931 (continuação do relatório anterior)
- Agosto de 1933: “Ante-Projeto de Código Penitenciário do Brasil”
- Fevereiro de 1934: referente às atividades dos anos de 1933 e 1934
- Abril de 1934: referente às atividades dos anos de 1933 e 1934 (continuação do relatório anterior)
- Fevereiro de 1937: Cadastro Penitenciário

- Atas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo:

- 52ª Sessão Ordinária, em 11 de setembro de 1935
- 81ª Sessão Ordinária, em 15 de outubro de 1935
- 68ª Sessão Ordinária, em 12 de maio de 1937

- Atas do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo

- 75ª Sessão Ordinária, em 05 de junho de 1941
- Expediente da Presidência, em 16 de julho de 1941
- 87ª Sessão Ordinária, em 01 de julho de 1941
- 88ª Sessão Ordinária, em 02 de julho de 1941
- 89ª Sessão Ordinária, em 03 de julho de 1941
- 98ª Sessão Ordinária, em 18 de julho de 1941

- 102ª Sessão Ordinária, em 25 de julho de 1941
- 104ª Sessão Ordinária, em 30 de julho de 1941